

Universidade de São Paulo - USP

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São  
Paulo (FFLCH-USP)

Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras  
Legitimidades

Américo José Córdula Teixeira

Políticas públicas de cultura: uma construção partilhada com os  
indígenas

Versão Corrigida

Mestrado em Políticas Públicas  
Linha de Pesquisa - Etnocentrismo: Natureza e Cultura

São Paulo  
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Teixeira, Américo José Córdula

T262p Políticas públicas de cultura: uma construção  
partilhada com os indígenas / Américo José Córdula  
Teixeira; orientador Sérgio Bairon Blanco  
Sant'Anna  
- São Paulo, 2022.  
143 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação  
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da  
Universidade de São Paulo. Área de concentração:  
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS. 2. POVOS INDÍGENAS  
E CULTURA. 3. DIVERSIDADE CULTURAL. 4.  
COSMOPOLÍTICA. 5. GESTÃO CULTURAL.

I. Sant'Anna , Sérgio BaironBlanco , orient. II. Título.

Universidade de São Paulo - USP

Américo José Córdula Teixeira

Políticas públicas de cultura: uma construção partilhada com os  
indígenas

Mestrado Políticas Públicas

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Bairon Blanco Sant'anna.

São Paulo

2022

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Sérgio Bairon Blanco Sant'anna (orientador)

---

Prof. Dr. Antônio Albino Canelas Rubim

---

Profa. Dra. Lia Calabre de Azevedo Félix

---

Profa. Dra. Marília Librandi Rocha

## **Dedicatória e agradecimentos**

Aos meus pais, Lêda Córdula e Rubens Teixeira, pela dedicação e educação proporcionada com muita partilha e afeto envolvendo minha família, os irmãos Lara e Raul e as minhas filhas, Nina e Sophia.

À memória do meu mestre Sérgio Mamberti, amigo de uma vida desde a infância, que me convidou para compor sua equipe no Ministério da Cultura, e que permitiu a existência dessa dissertação.

Ao meu orientador, Sérgio Bairon, por acreditar no projeto de construção partilhada de conhecimento pela gestão pública.

Aos amigos e parentes que adquiri ao longo desses dez anos de convivência, povos originários que resistem à colonização e que precisam de respeito e valorização da sociedade brasileira.

TEIXEIRA, Américo José Córdula. **Políticas públicas de cultura: uma construção partilhada de conhecimento com os indígenas.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2022.

## **Resumo**

A inserção dos povos indígenas na construção de políticas culturais pelo Ministério da Cultura durante os dois mandatos do presidente Luiz Inácio da Silva, possibilitou a partilha de conhecimento para a criação de políticas culturais voltadas para esse segmento da diversidade cultural. O acolhimento, o processo de escuta e de acordo, foram favorecidos por debates, análises e proposições do Grupo de Trabalho Indígena. Isso possibilitou atender demandas históricas de reconhecimento e valorização dessas culturas, há muito ausentes das políticas culturais. Ao analisar o modelo de Estado e os códigos existentes na burocracia estabelecida, um obstáculo até então para contemplar os povos indígenas, coube à gestão desse período encontrar brechas e soluções inovadoras, com destaque para o Prêmio Culturas Indígenas - Versão Ângelo Cretã, de 2006. A ação provou que é possível o Estado contemplar políticas de cultura que atingiram 92% dos povos indígenas, criando uma rede de parcerias institucionais comprometidas com as causas indígenas. Ações complementares, com a inclusão nos espaços de representação e participação, garantindo a presença e o aprendizado desses povos na disputa pelos seus direitos, resultaram na criação do Plano Setorial para as Culturas Indígenas. O Estado, no entanto, ainda precisa avançar na perspectiva das cosmopolíticas necessárias para contemplar as relações desses povos com a vida, como mostram como mostram as referências utilizadas nessa dissertação por Isabelle Stengers, Arturo Escobar, Manuela Carneiro da Cunha, Paulo Freire, Milton Santos, Ailton Krenak, Davi Kopenawa.

**Palavras-chave:** 1. POLÍTICAS PÚBLICAS. 2. POVOS INDÍGENAS E CULTURA. 3. DIVERSIDADE CULTURAL. 4. COSMOPOLÍTICA. 5. GESTÃO CULTURAL.

TEIXEIRA, Américo José Córdula. **Public cultural policies:** a shared production of knowledge with indigenous people. Dissertation (Master degree) - University of São Paulo, 2022.

### **Abstract**

The insertion of indigenous people in the construction of cultural politics through the Ministry of Culture during the two mandates of president Luiz Inácio da Silva, enabled the sharing of knowledge for creating cultural politics aimed at this segment of cultural diversity.

The embrace, the process of listening and agreements, were favored by debates, analysis and propositions of Indigenous Work Group. It made it possible to attend historical demands of recognition and valuing of said cultures, absent from cultural politics since long.

By analyzing the state's model and existing codes within established bureaucracy, one obstacle to contemplate indigenous nations, it was due to this period of governance to find loopholes and innovative solutions, with highlights for the Indigenous Cultures Prize – Ângelo Cretã Version, of 2006. This action proved that it is possible for the State to contemplate politics of culture that reached 92% of indigenous nations, creating a networking of institutional partnerships compromised with indigenous causes.

Complementary actions, with the inclusion in representation and participation spaces, guaranteeing the presence and the learning of these people in the dispute for their rights, resulted in the creation of the Sectoral Plan for Indigenous Cultures.

The State, however, still need to advance in the perspective of necessary cosmopolitics to contemplate the relations of these nations with life, like appointed by the references utilized in this dissertation by Isabelle Stengers, Arturo Escobar, Manuela Carneiro da Cunha, Paulo Freire, Milton Santos, Ailton Krenak, Davi Kopenawa.

Keywords: 1. PUBLIC POLITICS. 2. INDIGENOUS NATIONS AND CULTURE. 3. CULTURAL DIVERSITY. 4. COSMOPOLITICS. 5. CULTURAL MANAGEMENT.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Maquete 3D da OCA no Encontro de povos indígenas	34
<b>Figura 2</b> - Apresentação povos do Xingu na OCA construída no Sesc Belenzinho – São Paulo	34
<b>Figura 3</b> - Entrega do documento <i>Diretrizes para a formulação de uma política cultural referente aos povos indígenas</i> ao secretário Sérgio Mamberti	36
<b>Figura 4</b> – Grupo de Trabalho Indígena e o ministro Gilberto Gil	49
<b>Figura 5</b> – Logotipo do Prêmio Culturas Indígenas – Edição Ângelo Cretã	67
<b>Figura 6</b> – Capa do Catálogo Prêmio Culturas Indígenas: Edição Ângelo Cretã	68
<b>Figura 7</b> - Mapa de distribuição dos premiados no PCI 2006.	81
<b>Figura 8</b> - Casa de Reza na Aldeia Teyi Auê em Caarapó (MS)	88
<b>Figura 9</b> – Laboratório de informática – Aldeia Tevi Auê – Caarapó/MS, 2010	89
<b>Figura 10</b> - Site anunciando a participação do Bro MC's no Rock in Rio 2022	89
<b>Figura 11</b> - <i>Frame</i> do vídeo da Campanha de Valorização das Culturas dos Povos Indígenas, com Puirá Tembê Teneterrara do Pará	91
<b>Figura 12</b> – Lula entrega a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol (RR)	94
<b>Figura 13</b> - Cartaz do I Encontro dos Povos Guarani da América do Sul	98
<b>Figura 14</b> - Ministro da Cultura, Juca Ferreira, recebendo a Carta do Encontro dos Povos Guarani – Aldeia Añetê – Santa Helena D'Oeste – PR	99



## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** – Organograma dos Macro Programas do PSCI

104

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Projetos inscritos por região	80
<b>Tabela 2</b> – Iniciativas inscritas	81
<b>Tabela 3</b> – Inscrições por região	83

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
AER	Administrações Regionais
Amaai	Associação do Movimento de Agentes Agroflorestais
Apib	Associação do Povos Indígenas do Brasil
Apio	Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque
Apiti-Kaxi	Associação de Mulheres Indígenas Kaxinawá
Apitu	Associação dos Povos Indígenas de Tumucumaque
Apoimne	Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
Aproint	Associação dos Professores Indígenas de Tapeba
Arpin	Articulação dos Povos Indígenas do Sul
Askap	Associação Kaxinawa do Karapanã
Atix	Associação Terra Indígena do Xingu
ATL	Acampamento Terra Livre
Cabs	Central de Apoio ao Desenvolvimento Social
Capema	Comissão Nacional de Apoio à Produção de Material Didático Indígena
Cepisp	Conselho Estadual de Povos Indígenas de São Paulo
CGART	Coordenação Geral de Artesanato
CGE	Conselho Geral de Educação
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CIR	Conselho Indígena do Roraima
CNC	Conferência Nacional de Cultura
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
Coiab	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
Coiam	Coordenação das Organizações Indígenas do Amazonas
Copipe	Comissão dos Professores Indígenas de Pernambuco
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
Cuca	Rede dos Centros Universitário de Cultura e Arte
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ENNF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
Fepi	Fundação Estadual dos Povos Indígenas
FMC	Fórum Cultural Mundial
FNB	Fundação Biblioteca Nacional
FNC	Fundo Nacional de Cultura
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FPCP	Fórum Permanente das Culturas Populares
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funarte	Fundação Nacional das Artes
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
GT	Grupos de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideti	Instituto de Defesa das Tradições Indígenas
Iepe	Instituto de Formação e Pesquisa Indígena
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional
ISA	Instituto Socioambiental
Laced	Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento
MEC	Ministério da Educação
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MinC	Ministério da Cultura
Mirad	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTur	Ministério do Turismo
NAI	Núcleo de Assuntos Indígenas
OIT	Organização Indígena do Tocantins
OMC	Organização Mundial do Comércio
Omir	Organização das Mulheres Indígenas do Roraima

## Continuação

Ompi	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
ONG	Organização Não Governamental
OP	Orçamento Participativo
Opan	Operação Amazônia Nativa
Opiac	Organização dos Professores Indígenas do Acre
Opimo	Organização dos Professores Indígenas do Município de Oiapoque
OPRIMT	Organização dos Professores Indígenas do Mato Grosso
Orccip	Organização Resgate Crítico da Cultura Indígena do Paraná
Orpij	Organização dos Povos Indígenas do Juruá
PCI	Prêmio Culturas Indígenas
PGR	Procuradoria-Geral da República
PNC	Plano Nacional de Cultura
Promoarte	Programa de Promoção do Artesanato Tradicional
PSCI	Plano Setorial para as Culturas Indígenas
Psol	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RID	Reserva Indígena de Dourados
SAI	Secretaria de Articulação Institucional
Secadi	Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão
Secom	Secretaria Nacional de Comunicação
Sefic	Secretaria de Fomento e Incentivo Fiscal
Semam	Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República
Sepi	Secretaria Especial dos Povos Indígenas do Governo do Acre
Sesai	Secretaria Especial de Saúde Indígena
Sesc	Serviço Social do Comércio
SFC	Sistema Federal de Cultura
SID	Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SNPPCP	Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares
SPC	Secretaria de Políticas Culturais
SPHAN	Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SPPC	Secretaria de Programas e Projetos Culturais
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TNC	The Nature Conservancy
UBE	União Brasileira de Escritores
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNI	União das Nações Indígenas
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
Unila	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Unilab	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Upiat	União dos Povos Indígenas do Araguaia e Tocantins
USP	Universidade de São Paulo

## **ANEXOS**

Anexo I - Carta das Culturas Populares	124
Anexo II - Presença Indígena no FCM - Documento Final	125
Anexo III – GT Indígena - Relatório Síntese 2005	128
Anexo IV - Carta do Povos Guarani da América do Sul	137
Anexo V - Lista dos selecionados no Edital Prêmio Culturas Indígenas	139

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>1 O ESTADO CONTRA A SOCIEDADE?</b>	<b>21</b>
1.1 Precedentes das políticas indigenistas no Brasil	24
1.2 O acolhimento pelo Ministério da Cultura	28
1.3 Metodologia participativa: o Estado se aproxima da sociedade	39
1.4 Grupo de Trabalho Indígena	40
<b>2 MÃO NA MASSA – AS AÇÕES DE FOMENTO E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS INDÍGENAS</b>	<b>63</b>
2.1 A ideia do Prêmio Culturas Indígenas	64
2.2 Articulações institucionais e parcerias para o PCI	69
<b>2.2.1 Articulações com entidades indígenas</b>	<b>69</b>
<b>2.2.2 Parcerias do Governo Federal</b>	<b>69</b>
<b>2.2.3 Parcerias regionais</b>	<b>70</b>
2.3 As oficinas de divulgação do Prêmio no Brasil	74
2.4 Categorias para inscrição no Prêmio	76
2.5 Inscrições democráticas	78
2.6 A comissão de seleção	79
2.7 Seleção e premiação	80
2.8 Distribuição regional	80
2.9 Avaliação dos resultados	82
2.10 Produtos resultantes	84
2.11 Análise de impactos	86
2.12 Campanha de valorização da cultura dos povos indígenas	90
<b>3 ESPAÇOS DE REPRESENTATIVIDADE NO MINC</b>	<b>93</b>
3.1 Ocupando assento no Conselho Nacional de Políticas Cultural	93
3.2 A cultura dos povos indígenas na agenda internacional	95
3.3 Plano Setorial para as Culturas Indígenas	100
<b>3.3.1 Criação do PSCI</b>	<b>100</b>
3.4 Estrutura do PSCI	103
<b>3.4.1 Macroprogramas de ações</b>	<b>103</b>
<b>4 COSMOPOLÍTICA E COSMOVISÃO: DESAFIOS PARA O ESTADO</b>	<b>107</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>116</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>124</b>

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação pretende refletir sobre como a gestão pública pode gerar conhecimento e produzir políticas públicas de cultura, de forma partilhada, com e para os povos indígenas. O objeto dessa análise será a gestão do Ministério da Cultura nos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Os povos indígenas historicamente não tiveram espaço para participação consultiva, na criação de políticas. O Estado moderno tratou sempre a “questão” indígena como um entrave ao desenvolvimento econômico do país por conta da ocupação das terras e, principalmente, do que tem embaixo dela: ouro, minério e áreas de interesse agrário.

A devastação desses territórios é resultante de conflitos de interesses: de um lado, a usurpação direito à terra, ao bem viver e, do outro, a exploração dessas terras para o “desenvolvimento” do país, a expansão das cidades, a instalação de hidrelétricas, a expansão do agronegócio e do extrativismo mineral. As consequências dessa agenda mobilizaram não só a sociedade brasileira, mas também outros países, preocupados com o impacto global, como o aquecimento do planeta em decorrência do desmatamento da Amazônia e as questões relativas aos direitos humanos dos povos indígenas. Dentre os impactos da exploração, está em risco a sobrevivência das culturas dos povos indígenas, que necessitam de proteção e garantia de seus direitos, posto o sério risco de extinção a que estão submetidos, caso não haja esforços do Estado e da sociedade, que assegurem o cumprimento da Constituição Federal de 1988.

A gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva, desenvolveu uma série de ações nos diversos órgãos do Poder Executivo com vistas a atender, compreender e criar políticas para esse segmento. A pesquisa dessa dissertação tem como foco o processo dessa construção, que envolveu os povos indígenas, a maneira como foram implementadas as ações, as dificuldades encontradas e o que foi possível ser feito, na perspectiva freiriana do inédito viável (FREIRE, 2019), traçando soluções com base na investigação, em um processo dialógico no qual foram encontradas ou construídas ações, nas brechas dos mecanismos burocráticos e distantes da realidade dos indígenas.

A pesquisa foi realizada sob a perspectiva de uma autoetnografia, alicerçada na memória e no acervo pessoal construído ao longo dos dez anos

de minha colaboração no Ministério da Cultura (MinC) no período em que ocupei cargos na Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (SID 2005-2010) e na Secretaria de Políticas Culturais (SPC 2011-2015), ambas responsáveis pelas políticas para a diversidade cultural, que acomodavam as culturas indígenas.

O processo de implementação dessas políticas envolveu instituições, órgãos, autarquias e parcerias com segmentos da sociedade civil e associações indígenas de todas as regiões do Brasil. A articulação se deu nas fases de planejamento, desenvolvimento e implementação das políticas, assegurando a conquista de espaços de representação participativa no MinC.

Na dissertação em pauta, pretendo analisar como foram construídas essas articulações, por meio de reuniões, encontros, conferências e fóruns. Apesar da dificuldade, pretendo analisar com distanciamento crítico o resultado do que foi criado, os avanços, os retrocessos e a efetividade da relação interétnica entre povos indígenas e o Estado-Nação, bem como as possibilidades de avanço, com base na compreensão e da valorização nas cosmovisões, que precisam ocupar seu lugar nas políticas públicas, com os seus representantes originários. Por óbvio, o texto é também um registro documental da minha passagem pelo MinC.

### **Como entrei nessa história**

Oriundo de uma família de artistas que casaram em João Pessoa, onde nasci, e fixou residência em São Paulo em 1969, tornei-me ator e me profissionalizei em 1991. Paralelamente, minha militância política começou nos anos 1980, com as primeiras mobilizações para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), a campanha pelas Diretas Já, em 1984, e o acompanhamento da Assembleia Nacional Constituinte, de 1988, que resultou na Constituição Cidadã.

Os grupos de teatro independentes de São Paulo, dos quais fiz parte, no final dos anos 1990 passavam por uma crise devido à falta de espaços para alojar suas companhias e à ausência de políticas de fomento para a produção de seus espetáculos, voltados a um teatro experimental, de pesquisas estéticas diferentes do considerado “teatro comercial”. Assim, por volta de 1998, iniciamos reunião que viriam a se tornar o Movimento Arte Contra a Barbárie, que se articulava para a criação de políticas para grupos de teatro paulistano.



Durante quatro anos de mobilização, discussões, debates e criação de estratégias, o movimento conseguiu mobilizar a classe artística paulistana e a Câmara de Vereadores para a criação da Lei de Fomento ao Teatro<sup>1</sup>, que se tornou uma referência na cidade de São Paulo. Empolgados pelo sucesso dessa ação, criamos, naquele mesmo ano, com um grupo de pesquisadores das culturas populares, mestres e mestras, o Fórum Permanente das Culturas Populares (FPCP). Imaginávamos que poderíamos realizar o mesmo para as culturas populares, nas reuniões do fórum discutimos inicialmente quais campos das culturas populares estariam envolvidos e como se daria a articulação com as associações, as Organizações Não Governamentais (ONG) e as instâncias governamentais e patronais.

Dentre os segmentos das culturas populares, foram acolhidos os povos indígenas. Discutimos estratégias de aproximação, discussão e possíveis parcerias com instâncias municipais, estaduais e federal. Realizamos uma série de encontros nos quais discutiu-se a situação das políticas para os segmentos das culturas tradicionais. A princípio, o foco era apenas no âmbito da cidade de São Paulo. Era necessário criar um processo de escuta e, para tal, pensamos em fazer um mapeamento dos grupos e um seminário para trocas de experiências.

No final daquele ano, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, que levou Gilberto Gil à frente do MinC, em 2003, uma das primeiras articulações da gestão foi realizar a Caravana Cultura para Todos, entre 16 e 22 de agosto de 2003. A Caravana circulou por 9 capitais: Brasília, Rio de Janeiro, Recife, Cuiabá, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Belém e Salvador.

Particpei da reunião, representando o FPCP, em São Paulo, realizada no Teatro João Caetano<sup>2</sup>. Nessa reunião, apresentamos a proposta de realizar um Seminário Nacional para discutir políticas voltadas às culturas populares, que foi prontamente acolhida pelo secretário de Políticas Culturais Paulo Miguez. O assunto foi levado para ser discutido no MinC.

Em 2003, o MinC passava por uma reforma estrutural das secretarias. Nessa perspectiva, foi sugerida a criação da Secretaria de Identidade e

---

SÃO PAULO (SP). Lei Municipal nº 13.279 de 8 de janeiro de 2002, que institui o Programa Municipal de Fomento à Cultura.

MINISTRO Gilberto Gil lança seminário "Cultura para Todos". Folha de S. Paulo, 11 mar. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u33979.shtml>. Acesso em: 02 abr. 2021

Diversidade Cultural (SID), comandada pelo ator Sérgio Mamberti (1939-2021). A nova secretaria teria um caráter estratégico na nova postura do MinC, de formular e implementar políticas públicas ativas. Ativas no sentido da promoção da cultura, tanto do ponto de vista de seus aspectos econômicos, de inclusão social e cidadania, bem como da importância da cultura como produção simbólica. A afirmação positiva buscava estimular e promover ações transversais de promoção à diversidade e à pluralidade cultural brasileira e do intercâmbio cultural no território nacional, além de apoiar os processos de formulação de políticas culturais e articulação institucional.

A transversalidade de atuação da SID se deu em relação às áreas e aos segmentos da legislação cultural em vigor, que se referiam às linguagens artísticas – música, artes cênicas, produção audiovisual, literatura, artes plásticas –, à preservação do patrimônio cultural, às culturas populares e ao artesanato. Assim, a promoção da diversidade cultural brasileira tinha o sentido de incorporar as manifestações das identidades ligadas aos movimentos sociais e às novas identidades, como as referentes às situações de classe (trabalhadores do campo e da cidade), culturas populares, de gênero, orientação sexual, étnicas (povos indígenas, afrodescendentes e ciganos), pessoas com deficiência, pessoas com transtornos psíquicos e grupos etários, sempre com ênfase no apoio às expressões culturais.

Paulo Miguez entendeu que a demanda do FPCP deveria ser encaminhada a SID, que algum tempo depois nos convidou para uma reunião para ouvir nossa proposta junto com outra do Rio de Janeiro, que propunha um programa para as culturas populares, criado por pesquisadores que atuavam na área. Nesse ponto, discordamos, porque deveríamos fazer uma consulta nacional, escutando mestres e mestras. Isso foi acatado e criou-se no MinC um grupo de trabalho (GT), que durante um ano e meio (2003 a 2005) preparou o I Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares (SNPPCP), que viria a acontecer entre 21 e 23 de fevereiro de 2005.

O SNPPCP foi a primeira iniciativa em grande escala de escuta e construção de políticas para as culturas populares. Teve a participação de 16 Estados, que receberam oficinas de escuta e sistematização de diretrizes e ações em Brasília, onde foram reunidos 800 mestres e mestras (que, por sinal, nunca tinham ido a Brasília, muito menos viajado de avião). As oficinas de escuta

tinham uma metodologia adequada às necessidades dos participantes e permitiram realizar um diagnóstico e estabelecer diretrizes e ações para o campo das culturas populares, expressas no relatório final do seminário e na Carta das Culturas Populares (Anexo I).

As culturas populares fazem parte das expressões da diversidade cultural, mas ainda não tinham sido encampadas pelas políticas públicas de maneira efetiva. O mesmo acontecia com os povos indígenas, que, na perspectiva de um governo popular, estavam entre as prioridades para a inclusão cidadã. Esses grupos vivem numa situação limítrofe e precisam ser atendidos por políticas inéditas viáveis, na perspectiva freiriana:

No momento em que estes as percebem não mais como uma “fronteira entre o ser e o nada, mas como uma fronteira entre o ser e o mais ser”, se fazem cada vez mais críticos na sua ação, ligada àquela percepção. Percepção em que está implícito o inédito viável como algo definido, a cuja concretização se dirigirá sua ação. A tendência então, dos primeiros, é vislumbrar no inédito viável, ainda como inédito viável, uma “situação-limite” ameaçadora que, por isto mesmo, precisa não concretizar-se. Daí que atuem no sentido de manterem a “situação-limite” que lhes é favorável (FREIRE, 2013, p. 100).

Resolver os problemas dos oprimidos integra a pauta do Partido dos Trabalhadores. A questão, porém, é que, naquele momento, governar o país exigia enfrentar interesses difusos em detrimento a interesses coletivos, rever procedimentos, regramentos e mecanismos pouco afeitos a atender esses segmentos. Isso passou a ser desafiador e as orientações vieram no sentido de encontrar soluções inéditas e viáveis.

Esse *modus operandi* seria adotado em todas as áreas. No caso da SID, o desafio era de incluir segmentos da diversidade que ainda não se relacionavam diretamente com o MinC. Para abrir esse espaço, foram implementadas metodologias participativas e de aprendizado mútuo.

Como dito, entre 2005 e 2015 colaborei com o Ministério da Cultura, como secretário da Identidade e Diversidade Cultural e de Políticas Culturais. Durante esse período, fui entrevistado por pesquisadores para dissertações e teses acadêmicas na área de políticas culturais para a diversidade cultural, como as culturas indígenas. Essas pesquisas mostravam criticamente a eficiência ou não das políticas e das ações implementadas, atribuindo ao Estado e, por consequência, aos gestores a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso das

políticas implantadas. No entanto, os trabalhos não abordavam o processo de construção dessas políticas, seja porque não era o seu foco ou porque não tinham acesso aos documentos.

Percebi, então, que poderia produzir conhecimento com o olhar da gestão pública e criei um arquivo digital pessoal durante esses dez anos como gestor, fonte primária da dissertação em pauta. Esse acervo é constituído de documentos, relatórios, atas e gravações de reuniões, fóruns e conferências, muitos deles inéditos. Alguns deles estão disponibilizados nos anexos, para que possam ser fonte de novas pesquisas.

### **Roteiro da dissertação**

A dissertação está dividida em cinco capítulos distribuídos, conforme segue.

No **capítulo 1** (O Estado contra a sociedade?), faço uma análise das políticas indigenistas desenvolvidas ao longo dos anos, da relação entre o Estado com os povos indígenas - seus interesses, a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e da Fundação Nacional do Índio -, da questão fundiária e das primeiras políticas de cultura para os indígenas. Como pano de fundo, os contextos históricos: a ditadura e o processo de redemocratização do país, a criação dos movimentos sociais, a articulação dos indígenas na Constituinte de 1988, a chegada do governo popular e o acolhimento dos povos indígenas no Ministério da Cultura (a criação do grupo de trabalho indígena GTI). Também é objeto de estudo a análise das cinco reuniões do GTI, a criação de consensos e as diretrizes estabelecidas no relatório final.

No **capítulo 2** (Mão na massa: as ações de fomento e valorização das culturas indígenas), são apresentadas as políticas desenvolvidas no MinC, com base nas diretrizes apontadas pelo GTI. O processo de criação, divulgação e implementação do primeiro edital destinado às iniciativas de cultura dos povos indígenas; o resultado e a distribuição regional; o mapeamento, baseado nas inscrições; como as iniciativas poderiam colaborar para a criação das políticas; bem como o processo de criação da Campanha da Valorização das Culturas Indígenas serão objeto de análise.

O **capítulo 3** (Espaços de representatividade no MinC) aborda a presença indígena no Conselho Nacional de Política Cultural, a formação do Colegiado

Setorial das Culturas Indígenas e as culturas indígenas no cenário internacional: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o fórum de ministros da cultura do Mercado Comum do Sul Cultural (Mercosul Cultural) e realização do Encontro dos Povos Guarani da América do Sul. Trata-se, também, da análise da construção do Plano Setorial para as Culturas Indígenas, do desafio de uma base interétnica que considerasse a etnicidade dos povos indígenas, de como criar macroprogramas e ações que dessem conta dessas fronteiras e da formação para o monitoramento e avaliação que permitissem o estabelecimento de estratégias para sua implementação.

O **capítulo 4** (Cosmopolítica e cosmovisão: desafios para o Estado) traz a proposição cosmopolítica de Isabelle Stengers. Ela nos orienta a enxergar o impacto de nossas ações para além da vista e mesmo da nossa espécie (políticas para humanos e não humanos). Sob essa perspectiva, cada etnia tem o seu cosmos, que “não possui representante, ninguém fala em seu nome e ele não pode ser feito objeto de nenhum procedimento de consulta. Seu modo de existência se traduz pelo conjunto de modos de fazer, dos artifícios cuja eficácia é a de expor aqueles que terão que decidir” (STENGERS, 2018, p. 463). Nesse aspecto, abordamos o cuidado relacionado com a velocidade da tomada de decisões e como ela dialoga com o conceito de homens lentos, criado por Milton Santos (2006), que torna visível a forma não dualista de conhecimento, utilizando suas práticas ancestrais para tomar decisões.

Na **conclusão** desse trabalho, é apresentado um balanço das ações durante o período pesquisado e a contribuição das políticas de cultura na formação de novas lideranças, o papel das referências indígenas nos dias de hoje e no futuro próximo.

## 1 O ESTADO CONTRA A SOCIEDADE?

“Não há vontade política” se diz. Pior ainda há positiva vontade política contra a causa indígena. Os povos indígenas teriam o pleno direito a exigir vontade e ação políticas oficiais para sua sobrevivência e realização, mas não esperam, não vamos esperar, que as autoridades responsáveis se responsabilizem mesmo. Os povos indígenas, através de várias organizações e com gestos emblemáticos ou heroicos rasgam as portarias, recuperam suas terras, arriscam a própria vida”.

**(Dom Pedro Casaldáliga, 2012<sup>3</sup>).**

A “questão” indígena foi tratada pelo Estado como um problema, um entrave ao progresso desenvolvimentista. O Estado, como definido por Gramsci (1989, p. 87), é esse “complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém não só seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados”. Esse é um modelo que difere das relações sociais, centradas na relação de parentesco, organizadas com base no ordenamento cosmológico, que rege o equilíbrio social e da natureza, e tem como o principal fator de existência o direito a um território real e simbólico, sem o qual, as culturas não sobrevivem, pois, não podendo ser expressadas e vividas, não podem ser continuadas, de acordo com Baniwa (2005).

Dentre tantas formas de visão de mundo, pode-se referenciar um conceito que sintetiza a relação com a vida, definido pelos Quéchua e Aimará como o bem viver: *sumak kawsai*, uma expressão que nomeia um modo de estar na Terra, um modo de estar no mundo.

Esse modo de estar na Terra tem a ver com a cosmovisão constituída pela vida das pessoas e de todos os outros seres que compartilham o ar com a gente, que bebem água com a gente e que pisam nessa terra junto com a gente. Esses seres todos, essa constelação de seres, é que constituem uma cosmovisão (KRENAK, 2020, p. 6)

---

<sup>3</sup> HECK, Egon Dionísio; SILVA, Renato Santana da; FEITOSA, Saulo Ferreira (org.). Manifesto contra os decretos de extermínio. In: **Povos indígenas, aqueles que devem viver**. Brasília: Cimi, 2012.

Em se tratando de políticas culturais para os povos indígenas, elas estavam circunscritas a um modelo reducionista que atendiam à sua cultura com aspas (CUNHA, 2009) sem contemplar as múltiplas cosmovisões desses povos. Esse é um Estado que não atende e nem compreende o comportamento eto-ecológico desses povos, “que afirma a inseparabilidade do *éthos*, da maneira de se comportar própria de um ser, e do *oikos*, do habitat desse ser, da maneira que esse habitat satisfaz ou contraria as exigências associadas a tal *éthos* [...]” (STENGERS, 2018, p. 454). A visão cosmopolítica aborda a desaceleração, própria dos indígenas, e confronta o modelo de desenvolvimento capitalista.

Ao longo desses cinco séculos de ocupação do Brasil, a relação dos povos originários com os donos do poder, desde a colonização, tem sido objeto de diversas pesquisas acadêmicas, em várias áreas de conhecimento. As pesquisas apontam que as políticas públicas realizadas para os povos indígenas apresentam uma relação de tutela<sup>4</sup>, com uma preocupação assimilacionista e com o objetivo de integrá-los a sociedade, homogeneizando a diversidade de etnias para adequação a um modelo universalizante de sociedade.

A partir da sétima Constituição Federal, proclamada em 1988, apelidada de “Constituição Cidadã” pelos constituintes, possibilitou-se a ampliação da cidadania e o pleno exercício da democracia representativa e participativa. Pela primeira vez os indígenas tiveram um capítulo dedicado - Capítulo VIII, Dos Índios, com dois artigos<sup>5</sup>.

Esse marco legal abriria os amplos direitos fundiários e, assim, dessa maneira possibilitaria reparar os danos históricos causados pela desapropriação de terras indígenas, ampliando a demarcação, uma luta que atravessou a

---

<sup>4</sup> A tutela se constitui num dispositivo de poder veiculado pelo Código Civil de 1916. Os povos indígenas foram:

[...] enquadrados na categoria de relativamente capazes, que engloba os menores entre 16 e 21 anos, os pródigos e, até 1962, quando se retirou do artigo, as mulheres casadas! Trata-se, como se percebe pela presença na mesma categoria de 'relativamente capazes' dos pródigos e menores entre 16 e 21 anos, de defender os índios nas suas transações negociais, tentando impedir que sejam lesados (CUNHA, 2009, p. 266).

O status de relativamente capazes foi mantido pelo Estatuto do Índio, Lei nº 6001 de 1993.

<sup>5</sup> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

República e que alcançou, até o momento, 727 Terras Indígenas<sup>6</sup>, que correspondem a 13,7% do território nacional. Mesmo com essa regulamentação, os indígenas seguem sob a ameaça de invasão e desapropriação.

A partir de então, as políticas dos povos indígenas, que até 1990 estavam sob a responsabilidade tutelar da Fundação Nacional do Índio (Funai), criada pelos militares em 1967, que veio a substituir o SPI. Com a ampliação das responsabilidades, a Funai passa a ser subordinada ao Ministério da Justiça, deixando de ter a exclusividade da formulação das políticas indígenas, que são distribuídas para outros ministérios e órgãos federais.

Se, por um lado, não existe mais a tutela da Funai, por outro, as ações se espalham pela estrutura do Estado<sup>7</sup>. No Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrários (Mirad), seriam criadas a Coordenadoria de Conflitos Agrários e a Coordenadoria de Terras Indígenas, implantadas respectivamente por Alfredo Wagner Berno de Almeida e João Pacheco de Oliveira, em 1985, e integradas sobretudo por antropólogos. Para a defesa de interesses indígenas, passar-se-ia a invocar a Procuradoria Geral da República, cuja competência nessa área específica seria paulatinamente constituída e, por fim, inscrita na Constituição de 1988. Também a então Secretaria do Meio Ambiente (Semam) estabeleceria sua participação em relação aos problemas indígenas, com quadros vindos da própria Funai. Outro importante marco legal no âmbito internacional, que mudou a relação com os indígenas, foi a adoção pelo Brasil da Convenção 169 da OIT<sup>8</sup>, que consolida uma nova ordem jurídica quanto aos povos indígenas, fixando os princípios gerais de uma política indigenista que não esteja pautada em uma perspectiva assimilacionista e autoritária, mas, sim, no diálogo intercultural e no respeito às diferenças.

---

<sup>6</sup> TERRAS indígenas no Brasil. **Instituto Socioambiental**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil>. Acesso em: 05 jun. 2022.

<sup>7</sup> LIMA, Antônio Carlos de S.; BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra-capas, 2002.

<sup>8</sup> CONVENÇÃO nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, 07 de junho de 1989 (Decreto nº 5.051/2004).



## 1.1 Precedentes das políticas indigenistas no Brasil

Antes de adentrar no foco da dissertação, é necessário repassar o processo de construção das políticas indigenistas e apontar uma cronologia.

A formação do Brasil trouxe enfrentamentos diários e permanentes em se tratando da relação do Estado com os povos indígenas, “sem lei, sem fé e sem rei”, como escreveria Pero Vaz de Caminha em sua primeira carta ao Rei de Portugal, Dom Manuel<sup>9</sup>. Esses povos sem Estado e sem comando, como afirma o antropólogo Clastres (2017), a sociedades da falta, necessitavam sobreviver durante o período colonial e, depois, no modelo de República, importado da Europa e da América do Norte. Esse modelo não contemplava as necessidades básicas dos povos indígenas, que garantisse a subsistência, a posse de suas terras e o respeito ao seu modo de vida; ao contrário, negava-lhes a cidadania, seus direitos e os considerava povos sem cultura, selvagens.

As políticas de ocupação do interior do Brasil no início do século XX, geraram situações de enfrentamento com expansionistas, que se envolveram em batalhas envolvendo os territórios indígenas. Em 1908, após acusação de massacre aos índios no XVI Congresso dos Americanistas, ocorrido em Viena (RIBEIRO, 1979; CUNHA, 1987), foi criado, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), depois rebatizado apenas como SPI, o primeiro aparelho de poder governamental instituído para gerir a relação entre os povos indígenas, distintos grupos sociais e demais aparelhos de poder<sup>10</sup>.

O SPI integrava o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Os interesses dos expansionistas em ocupar as terras, produzia muitos enfrentamentos pela ocupação das propriedades dos indígenas. O objetivo inicial da criação do órgão era promover a vinculação entre o Estado e a gestão das terras indígenas e tornar-se o tutor legal dos povos indígenas, sendo responsável pelo processo de integração dos índios à sociedade nacional.

Esse processo foi entendido à época como gradual “*desindianização*” dos povos. O engenheiro militar Cândido Mariano da Silva Rondon, conhecido como

---

<sup>9</sup> Dom Manuel I, apelidado de O Venturoso, foi o Rei de Portugal e Algarves de 1495 até a sua morte.

<sup>10</sup> LIMA, Antônio Carlos. O governo dos índios sobre a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Schwarcz, 1992.

Marechal Rondon, ele mesmo um descendente de Bororo, Guaná e Terena do Mato Grosso, assumiu a direção do órgão e, comandando a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, instaurou as primeiras políticas indigenistas. Durante o período de sua gestão foi promulgada a Constituição Federal de 1934, que determinava que as terras indígenas fossem consideradas patrimônio da União, garantindo o direito em relação às terras demarcadas e à concessão de seu usufruto pelos povos indígenas.

Na década de 1940, surge uma nova proposta de ação indigenista, voltada para a ideia de retirada dos não índios das terras indígenas e à manutenção das culturas e povos indígenas como grupamentos separados da sociedade nacional (OLIVEIRA, 2006). Rondon coloca em prática essa ideia ao estimular a criação do Parque Nacional do Xingu, coordenado pelos sertanistas irmãos Villas-Boas<sup>11</sup>, com a colaboração do casal de antropólogos Darcy e Berta Ribeiro, que contribuíram com suas etnografias no mapeamento do patrimônio material e imaterial indígena.

Tanto o SPI como a Funai foram instituições criadas para proteger os povos indígenas de conflitos, invasões, assegurando a demarcações de terras, mas mantendo esses povos tutelados pelo Estado, que os classificava de incapazes de exercerem a cidadania, de participar da vida pública e de ter autonomia. Algumas políticas foram propostas pelo Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e depois pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

[...] A atenção do SPHAN, e mais tarde do IPHAN, voltou-se para a preservação daqueles aspectos materiais relacionados à cultura indígena, mesmo assim com ações bastante incipientes, relacionados a sítios arqueológicos. Só no início dos anos 2000 é que se começa a perceber alguns dos efeitos das políticas do IPHAN sobre os aspectos imateriais das culturas indígenas (NEVES, 2008, p. 94)

Durante a Ditadura Militar, o SPI é substituído pela Funai, com as seguintes funções definidas por Lei<sup>12</sup>:

---

<sup>11</sup> Os irmãos Villas-Bôas: Orlando (1914-2002), Cláudio (1916-1998) e Leonardo Villas-Bôas (1918-1961).

<sup>12</sup> BRASIL. Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Institui a Funai e outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l5371.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5371.htm). Acesso em: 05 jun. 2022.

- I - Estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, baseada nos princípios a seguir enumerados:
- a) respeito à pessoa do índio e as instituições e comunidades tribais;
  - b) garantia à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nela existentes;
  - c) preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio, no seu contacto com a sociedade nacional;
  - d) resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma a que sua evolução socioeconômica se processe a salvo de mudanças bruscas;
- II - Gerir o Patrimônio Indígena, no sentido de sua conservação, ampliação e valorização.

Na realidade, a instituição foi criada e estruturada de modo a atender o projeto nacional desenvolvimentista do governo. Atuou principalmente como uma instituição voltada para a demarcação fundiária, tratando do assentamento dos povos indígenas e definindo, por consequência, o estoque de terras que estaria “liberado” ao empreendimento capitalista. Assim, configurou-se numa instituição voltada para a gestão dos conflitos de interesse sobre terras, ainda que, em tese, numa perspectiva de garantia de direitos dos indígenas (PERES, 2004).

Na década de 1980, no final da Ditadura Militar e no início da redemocratização, surgiram partidos e movimentos sociais que reivindicavam direitos dentre os quais de trabalhadores rurais, metalúrgicos e bancários, dentre os quais, o Movimento dos Sem Terra (MST), o Partido do Trabalhadores (PT) e a Central Única do Trabalhadores (CUT). Juntos, em 1984, tiveram um importante papel no movimento Diretas Já, que mobilizaram a sociedade por eleições diretas com voto popular. Nesse cenário, no ano de 1980 foi criado o primeiro movimento que reuniu os indígenas de forma autônoma, a União das Nações Indígenas (UNI), com a articulação de Marcos Terena, Álvaro Tukano, Paulinho Paiakã e Ailton Krenak por exemplo, que atuaram, ainda atuam e são referências do movimento indígena. Até hoje, participam ativamente, como veremos adiante, na construção das políticas culturais.

O Ministério da Cultura, criado em 1985, na gestão do presidente José Sarney, que teve José Aparecido de Oliveira como o primeiro ministro da Cultura. Dentre outras ações, criou a Assessoria de Assuntos da Cultura Indígena, destinando-a a Marcos Terena, que era chefe de gabinete da Funai <sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> MONTEIRO, Maria Carmina Monteiro; BARROS, Rogério Barros. Verbete José Aparecido de Oliveira. In: **Dicionário histórico biográfico brasileiro**, CPDOC/FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-aparecido-de-oliveira>. Acesso em: 05 jun. 2022.

O espaço dado à assessoria, no entanto, não teve apoio suficiente. Além disso, houve um questionamento de que essa assessoria não precisava ser necessariamente realizada por um indígena, o que fez Marcos Terena entregar o cargo em 1987<sup>14</sup>.

Em 1987, foi instalada a Assembleia Constituinte. A UNI desempenhou um papel importante na articulação das representações de indígenas de todo o Brasil, colaborando com as proposições inseridas na Constituição Federal. Na ocasião, Ailton Krenak teve a palavra concedida na plenária do Congresso Nacional e realizou uma *performance*: pintou o rosto com jenipapo, enquanto defendia as propostas que seriam expressas no capítulo VIII - Dos Índios com dois artigos:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

A Constituição de 1988 tornou-se, até então, o marco legal mais importante para a questão indígena, possibilitando a criação de políticas e ações em âmbito nacional, que ainda não tinham uma justificativa constitucional. A prioridade dos indígenas estava na possibilidade de defender suas terras, contando, ainda, com mecanismos como o Ministério Público para defendê-los. A proteção e a preservação da cultura ainda estavam sob responsabilidade da Funai, porém as ações mais efetivas eram feitas por ONGs e Associações, que viabilizavam projetos com recursos oriundos de patrocínios de empresas e fundos internacionais.

O Ministério da Cultura não tinha políticas específicas de fomento à cultura destinadas especificamente para os povos indígenas. Em 1991, foi criada a Lei nº 8.313, também conhecida como Lei Rouanet, que permitiria a patrocinadores

---

<sup>14</sup> SEVERINO, Francisco. Terena deixa o MinC e abre o jogo. **Correio Brasiliense**, 02 out. 1987. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia//35968\\_20160525\\_174416.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia//35968_20160525_174416.pdf). Acesso em: 05 jun. 2022.

investirem em projetos de interesse cultural, por meio de renúncia fiscal, podendo abater até 4% do Imposto de Renda em patrocínio a projetos culturais.

A gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso consolidou a Lei Rouanet como o principal instrumento de fomento à cultura com o lema “Cultura é bom negócio”. Era a terceirização da política cultural para os departamentos de *marketing* das empresas, que decidiam qual projeto deveria ser patrocinado, de acordo com o retorno de imagem para a marca. O detalhe é que esses recursos são públicos, ou seja, oriundos de impostos que deveriam ir para o Tesouro Nacional e que eram destinados a projetos culturais. No entanto, nessa época, era uma realidade distante dos indígenas, por falta de formação e capacitação de entidades representativas do segmento, que tinham dificuldades para criar projetos de interesse dos patrocinadores. As poucas iniciativas realizadas foram criadas por produtores que intermediavam projetos com pouco retorno para as comunidades indígenas. Havia uma continuidade da tutela exercida, reduzindo a produção cultural aos produtos como publicações e exposições.

## 1.2 O acolhimento pelo Ministério da Cultura

O presidente Lula, no seu primeiro mandato em 2003, convida para ocupar o Ministério da Cultura o artista, cantor e compositor Gilberto Gil, que traz seu capital simbólico para se juntar aos propósitos do projeto de cultura. Em seu discurso de posse, propõe o tom de como conduziria a pasta, a começar pelos propósitos do papel do Estado:

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou *mentefatos*. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> GIL, Gilberto. Discurso de solenidade de transmissão de cargo. In: ALMEIDA, Armando; ALBERAZ, Maria B.; SIQUEIRA, Maurício (orgs.). **Cultura pela palavra**: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura (2003-2010). Gilberto Gil e Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2003 (p.230).

Ainda nesse mesmo discurso, crítica a gestão anterior, ao afirmar que a política não deve apostar “todas as suas fichas em mecanismos fiscais e assim entregando a política cultural aos ventos, aos sabores e aos caprichos do deus-mercado” (ALMEIDA; ALBERRAZ; SIQUEIRA, 2003 p.231). Essas proposições trazem uma mudança de paradigma na política cultural e, ao mesmo tempo, o desafio em contemplar a diversidade cultural que estava ausente desse processo.

O conceito de cultura passa a ser tratado sob três dimensões: a dimensão simbólica (o conceito antropológico, que define que cultura é toda e qualquer manifestação e expressão humana); a dimensão cidadã (a garantia dos direitos culturais, expressos no Art. nº 215 da Constituição Federal de 1988<sup>16</sup>); e a dimensão econômica (como fator de geração de renda e impacto econômico). Para os indígenas afetavam diretamente as dimensões antropológica e cidadã que colaborava ao reconhece-los com integrantes da diversidade cultural e identitária e garantindo direitos; já a dimensão econômica trata de valores que são questionados em relação do seu modo de vida, ainda que necessária para sua subsistência.

Alguns espaços na estrutura do Estado, nas áreas da saúde, educação e justiça, já tratavam dos interesses indígenas, mas de forma desarticulada. A cultura ainda não fazia parte das prioridades. Ela estava sob os cuidados da Funai, que tratava de parte desses interesses envolvendo os bens culturais. O Museu do Índio, localizado na cidade do Rio de Janeiro, é o principal promotor das pesquisas e responsável pelas publicações e estudos sobre os povos indígenas e por exposições temáticas. Em suas lojas, a Funai promovia e comercializava o artesanato.

O programa de governo do PT, batizado de “A imaginação a serviço do Brasil”<sup>17</sup>, contemplava, no âmbito da Cultura, diretrizes para os povos indígenas, como “realizar programas interministeriais que contribuam para a

---

<sup>16</sup> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

<sup>17</sup> BRASIL. **A imaginação a serviço do Brasil**. Programa de governo 2002 Lula presidente. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-aimaginacaoaservicodobrasil.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2022.

sustentabilidade cultural das comunidades indígenas” (BRASIL, p. 16). O próximo passo seria definir quem cuidaria dessas diretrizes.

Logo após a vitória de Lula, houve um período de transição do governo Fernando Henrique Cardoso, para receber o legado da gestão e, depois da posse, ocupar a estrutura existente, com servidores e colaboradores em Brasília, as coligadas, autarquias e fundações que se conformavam como vinculadas ao Sistema Federal de Cultura.<sup>18</sup>

Para além das vinculadas, foram encontradas poucas políticas de cultura para os indígenas, além do Museu do Índio, já citadas, destacamos o Iphan, por ter como objetivo, assegurar a política de proteção do patrimônio cultural (inicialmente o patrimônio material<sup>19</sup>), criado em 1937, e o patrimônio imaterial<sup>20</sup>, em 2000, além de ser a instituição com maior capilaridade nacional, com representação em todos os estados da federação.

Em relação ao patrimônio material indígena, como política de proteção, o que existia estava circunscrito a artefatos encontrado em coleções e acervos de museus, e que foram registrados e reunidos por Berta Ribeiro, que publicou, em 1988, o Dicionário de Artesanato Indígena<sup>21</sup>, classificados como: cerâmicas, trançados, cordões e tecidos, adornos plumárias, indumentárias, instrumentos musicais, armas, utensílios de madeira, objetos de rituais, mágicos e lúdicos e outros materiais.

Quando da implementação do Registro do Patrimônio Imaterial, a primeira manifestação indígena registrada, foi a arte Kusiwa, um sistema de representação gráfica próprio dos povos indígenas Wajãpi<sup>22</sup>, do Amapá. Ele sintetiza seu modo particular de conhecer, conceber e agir sobre o universo.

---

<sup>18</sup> Composto por: Fundação Biblioteca Nacional (FNB), Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional (Iphan), Fundação Nacional das Artes (Funarte), Fundação Casa de Rui Barbosa e Fundação Palmares.

<sup>19</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 06 jun. 2022.

<sup>20</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm#:~:text=D3551&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,Imaterial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm#:~:text=D3551&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,Imaterial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 06 jun. 2022.

<sup>21</sup> RIBEIRO, Berta Gleizer; MALHANO, Hamilton Botelho. **Dicionário do artesanato indígena**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

<sup>22</sup> DOSSIÊ Iphan 2 Wajãpi: expressão gráfica e oralidade entre os Wajãpi do Amapá. Brasília: Iphan, 2006.

Como Patrimônio Imaterial, a arte Kusiwa foi inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão, em 20 de dezembro de 2002, e, no ano seguinte, recebeu da Unesco o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

Depois da posse da nova gestão teve início a reestruturação do MinC ao longo de 2003. Novas secretarias foram criadas para atender ao programa de cultura proposto nas eleições. No âmbito da reforma, foi criada a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural, em 2004<sup>23</sup>, por sugestão do ator Sérgio Mamberti, que viria a ocupar a sua direção. O Artigo I do decreto de criação, define que a secretaria deveria “promover e apoiar as atividades de incentivo à diversidade e ao intercâmbio cultural como meios de promoção da cidadania” (BRASIL, 2004). Seu objetivo estava centrado no fomento à diversidade cultural brasileira, a fim de atender grupos sociais e culturais historicamente desfavorecidos, destituídos de plena cidadania cultural e, até então, desconsiderados pela ação pública.

Para definir as áreas de atuação da Secretaria, durante o ano de 2004 a SID, em parceria com a Secretaria de Políticas Culturais e a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), promoveram uma série de encontros sobre diversidade cultural brasileira, com a participação de intelectuais, políticos, pesquisadores e gestores<sup>24</sup>. O intuito era refletir sobre essa diversidade e adensar a proposta de quais segmentos o MinC deveria atender, assim como acatar sugestões e propostas. A FCRB, braço de pesquisa e reflexão sobre políticas culturais, além de preservar acervos importantes, produziu um documento provocador, distribuído a palestrantes e moderadores. Nele, solicitou aos participantes que produzissem *papers*, que resultariam num relato final com a sistematização dos debates e a publicação de um livro<sup>25</sup>. Esse material servira para uma orientação

---

<sup>23</sup> BRASIL. Decreto nº 5.036, de 07 de abril de 2004. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos e das funções gratificadas do Ministério da Cultura e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5036.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5036.htm). Acesso em: 06 jun. 2022.

<sup>24</sup> Antônio Cavalcanti Maia, Antônio Dayrell de Lima, Antônio Herculano Lopes, Eduardo Jardim, Emir Sader, Fernando Gabeira, Geraldo Moraes, Gersem Baniwa, Jacintho Lins Brandão, João de Jesus Paes Loureiro, José Almino de Alencar, Lia Calabre, Luiz da Costa Lima, Mônica Grin, Paulo Miguez, Sérgio Mamberti e Sérgio Paulo Rouanet.

<sup>25</sup> LOPES, Antônio Herculano; CALABRE, Lia (orgs.). **Diversidade cultural brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.



inicial para a Secretaria que, atendeu a 14 segmentos ao longo de sua existência (2004-2010) <sup>26</sup>.

Ainda sobre os encontros, a temática indígena foi tratada por Gersem José dos Santos Luciano Baniwa, um dos primeiros indígenas com doutoramento em Antropologia Social, pela Universidade Brasília. Baniwa também foi fundador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), no alto Rio Negro, onde vive seu povo. Ele foi um colaborador importante na trajetória da formulação das políticas no MinC. Participou em vários momentos desde o Fórum Cultural Mundial, do Grupo de Trabalho Indígena (GTI) e foi convidado para trabalhar na coordenação da Educação Indígena no Ministério da Educação (MEC). Em seu artigo para a publicação, discorreu sobre a proteção e o fomento da diversidade cultural e os debates culturais. E trouxe cinco pressupostos básicos para ser trabalhado nas políticas:

[...] O primeiro pressuposto diz respeito à memória histórica, para entender de que lugar e com que perspectiva histórica e política estamos falando. A redução populacional drástica é resultado de séculos de uma política de limpeza étnica. Povos indígenas inteiros foram literalmente dizimados física e culturalmente. Como relacionar-se emocionalmente com essa história de violência e crueldade? Segundo, fazer uma política que leve em conta a diversidade dos 220 povos, com cerca de 180 línguas... Terceiro, entendemos que a identidade pessoal e de grupo é de natureza multifacetada e cambiante. A identidade tem a ver com tudo que o grupo é ou possui em termos de valores e conhecimentos, materiais e não materiais para si mesmo e perante outras identidades ou grupos sociais [...]. Quarto, o direito à terra, identidade e terra, são indissociáveis e indispensáveis para a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas, enquanto grupos étnicos diferenciados [...]. O quinto pressuposto é a necessidade de uma educação adequada e de qualidade para formar intelectuais e profissionais indígenas capazes de organizar e sistematizar, segundo conceitos e metodologias privilegiadas da sociedade dominante, as experiências e conhecimentos de seus povos e garantir a proteção, promoção e divulgação dos valores culturais dos povos indígenas (LOPES; CALABRE, 2005, pp. 180-183).

Baniwa falava de uma forma tranquila e com muita eloquência em vários momentos em que nos encontramos. Os pressupostos apontados passariam a fazer parte da construção das políticas e seriam desenvolvidos no Grupo de Trabalho Indígena, como veremos adiante.

---

<sup>26</sup> Segmentos; culturas populares, indígenas, ciganas, afro-brasileiras, infância, juventude, idosos, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, trabalhadores rurais,

A relação do PT com os movimentos indígenas surgiu desde sua fundação e se intensificou durante as Caravanas da Cidadania do partido, realizadas em todas as regiões do país entre 1993 e 1997. Na ocasião, já haviam sido realizadas reuniões em todo o Brasil, com associações, ONGs e lideranças indígenas, o que possibilitou mapeá-las e estabelecer articulações que viriam a se consolidar na gestão federal.

Em abril de 2004, o MinC iniciou uma parceria com o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por meio do Departamento de Antropologia, dirigido pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira, coordenador do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced), respeitado pesquisador e consultor de políticas indigenistas na gestão pública, e que viria a fazer parte do GTI, como veremos adiante. O objetivo inicial era estabelecer uma articulação para a presença dos povos indígenas na construção de políticas culturais, viabilizada por seminários, fóruns e encontros, com a presença de representantes de associações indígenas de todas as regiões do Brasil, no Fórum Cultural Mundial (FMC), realizado em São Paulo entre 29 de junho e 03 de julho de 2004. O propósito do fórum, que teve a parceria do MinC e do Serviço Social do Comércio (Sesc-SP) e fez parte do calendário de comemorações dos 450 anos da cidade de São Paulo, foi trazer a cultura para o centro das discussões e destacar seu papel no desenvolvimento das sociedades. O Sesc-SP promoveu a *Programação especial indígena: Tradição e Resistência - Encontro de Povos Indígenas*, no Sesc Belenzinho<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> PROGRAMAÇÃO indígena. **Folha de S. Paulo**, 24 jun. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2004/forumculturalmundial/programacao-indigena.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2022.

**Figura 1** – Maquete 3D da OCA no Encontro de povos indígenas



Fonte: Königsberger Vannucchi Arquitetos Associados, 2004.

**Figura 2** – Apresentação povos do Xingu na OCA construída no Sesc Belenzinho – São Paulo



Fonte: Gal Opido – Fórum Cultural Mundial, 2004.

O ciclo de debates intitulado Presença Indígena no Fórum Cultural Mundial<sup>28</sup>, contou com lideranças indígenas de diferentes estados e regiões, sob a coordenação das duas maiores organizações indígenas do país naquele momento, a Coiab e a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime).

Particpei do FCM, representando o Fórum Permanente das Culturas Populares, que tinha, em suas atribuições, discutir as políticas de cultura dos povos indígenas, como já dito. Passo a relatar o que aconteceu durante aqueles seis dias.

O FCM seguiu o modelo semelhante ao Fórum Social Mundial, com atividades autogestionadas reunidas em salas no complexo do Pavilhão de Exposição do Anhembi, em São Paulo. O desafio era construir um documento de consenso em poucas sessões, com um grupo que tinha cosmovisões diferenciadas e um tempo distinto dos não indígenas para construir consensos. Reunimos os participantes nos espaços possíveis de acomodar o grupo, seja no hotel onde estavam hospedados, nas praças do complexo ou em salas não ocupadas. O intuito era chegar à versão final do documento com recomendações relativas para a criação de um espaço para a formulação de uma política pública de Cultura, destinadas e com a participação dos povos indígenas que contemplasse os anseios e as singularidades existentes, exigindo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Cultura, Gilberto Gil, a criação de um grupo de trabalho indígena que, em colaboração com a gestão, definisse as prioridades das políticas de cultura indígena (Anexo II).

Nesses encontros, pudemos observar que as demandas relatadas pelas associações indígenas eram mais voltadas para temas prementes, como demarcação de terras, escola e saúde indígena. Também foi relatado que, naquele momento, existia uma real possibilidade de ocupar mais um espaço, o da Cultura, no Governo Federal.

---

<sup>28</sup> Promovido pelas seguintes organizações: Laced, Museu Nacional, Fundação Joaquim Nabuco, Fórum Permanente das Culturas Populares, Raízes da Tradição, Engenho Produções Artísticas e pela Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (SID), do MinC.

**Figura 3** – Entrega do documento *Diretrizes para a formulação de uma política cultural referente aos povos indígenas ao secretário Sérgio Mamberti*<sup>29</sup>



Fonte: Acervo pessoal Américo Córdula - Fórum Cultural Mundial, 3 jul. 2004.

O documento foi entregue na cerimônia de encerramento do FCM, no dia 3 de julho de 2004. Sérgio Mamberti representou o ministro Gilberto Gil, recebeu e leu o documento *Diretrizes para a formulação de uma política cultural referente aos povos indígenas* (Anexo III).

Ali se enunciava o pressuposto de que a elaboração das políticas culturais deveria contemplar os 220 povos e as 180 línguas<sup>30</sup>, com suas histórias, realidades sociais, seus ecossistemas e sua distribuição geográfica. Além disso, deveriam considerar estratégias diferenciadas para a diversidade histórica, ecológica e cultural.

A Constituição Federal de 1988 também é citada e referenciada:

[...] ao reconhecer como legítimas as manifestações culturais e as formas de organização próprias dos povos indígenas, veio a retirar todo o fundamento legal ao exercício generalizado do mecanismo da tutela, reconhecendo a capacidade civil dos indígenas. A Convenção 169 da OIT, homologada recentemente pelo governo brasileiro, veio a consolidar uma nova ordem jurídica quanto aos povos indígenas, fixando os princípios gerais de uma política indigenista que não esteja pautada em uma perspectiva assimilacionista e autoritária, mas sim no diálogo intercultural e no respeito às diferenças (Anexo 3, p. 128).

<sup>29</sup> Na foto: Américo Córdula, à esquerda, e Sérgio Mamberti, ao centro, dentre outros.

<sup>30</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: 06 jun. 2022.

A fundamentação para exigir uma atitude do Ministério da Cultura estava, portanto, alicerçada em marcos legais, que poderiam estabelecer o comprometimento do Poder Executivo com bases jurídicas, plenamente justificadas pelo ordenamento orçamentário. Ao enfatizar que os povos indígenas são parte integrante do patrimônio cultural do país e, em consequência, é responsabilidade do Estado protegê-lo, abriu-se a possibilidade de justificar as políticas de Cultura para os povos indígenas e a importância da existência da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural, como o *locus* dessa política.

O documento enunciou as cinco diretrizes, listadas a seguir.

**a) Fortalecer as manifestações culturais indígenas.**

Essa diretriz se justifica pela situação de invasão das terras indígenas, conflitos e ameaças, falta de assistência, fome e medo. Se não existem condições de sobrevivência, subsistência e cuidados essenciais, também não há como ter cultura. Portanto, a política cultural não deveria limitar-se às ações do Ministério da Cultura, tais como vinham sendo feitas até então. Ela deveria articular-se a outros ministérios, como Saúde, Educação, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Agricultura. No que se refere diretamente aos aspectos culturais, seria preciso fortalecer as iniciativas existentes, mantendo a tradição e possibilitando a transmissão de conhecimentos, e enfrentar o preconceito da população não indígena. A preocupação da transmissão dos conhecimentos tradicionais para novas gerações, um destaque importante das lideranças, está relacionado ao “assalto cultural”, realizado por invasores de terras que hostilizam e proíbem as práticas culturais, bem como à atuação etnocêntrica de igrejas com variadas orientações confessionais, que inibem as manifestações tradicionais e convertem as populações para seus dogmas.

**b) Lutar contra o preconceito e promover campanhas de divulgação e valorização das culturas indígenas.**

Essa diretriz propôs a criação de campanhas midiáticas e com ampla distribuição nos meios de comunicação para a valorização da cultura dos povos

indígenas, com o objetivo de proporcionar ao povo brasileiro o conhecimento da riqueza cultural dos povos indígenas. As lideranças protestaram:

[...] contra a visão passadista e antiquada com que os meios de comunicação apresentam a imagem do índio, sempre descontextualizando-o dos quadros históricos em que se situa, estimulando a permanente desconfiança e rejeição face ao indígena enquanto contemporâneo (Anexo 3, p. 126).

Sobre a contemplação, nos processos educativos, de material adequado para a formação dos alunos, vale salientar que o MEC criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), que seria homologada a SID e atuaria nessas reivindicações, como veremos adiante.

**c) Romper com a marginalidade dos povos indígenas em relação ao acesso aos bens culturais do país.**

Foi apontada a marginalidade em que se encontra a distribuição de bens culturais produzidos pelos povos indígenas e a ausência de condições para a produção e circulação nacional, bem como a promoção de intercâmbio interétnicos, e fomento por investimentos e patrocínios.

**d) Elaborar uma política cultural indígena em parceria com os povos indígenas.**

A criação das políticas deve ser feita com a participação dos povos indígenas. Sendo assim, trata-se de uma produção partilhada, respeitando e atendendo às singularidades dos povos indígenas.

**e) Respeitar a propriedade intelectual dos povos indígenas e garantir a proteção aos bens culturais e conhecimentos tradicionais.**

Estabelecer regramento para os direitos autorais da produção cultural dos povos indígenas, que estabeleçam mecanismos de proteção aos conhecimentos tradicionais desses povos, por meio dos instrumentos legais apropriados.

Essas cinco diretrizes deram subsídios para que o MinC pudesse criar as bases para o diálogo que viria a acontecer com a criação do Grupo de Trabalho Indígena.

### **1.3 Metodologia participativa: o Estado se aproxima da sociedade**

A diretoria da SID contava com colaboradores que traziam de experiências exitosas nas gestões municipais do PT em Porto Alegre e em São Paulo. A prefeitura de Porto Alegre inaugurou, em 1989, o Orçamento Participativo (OP), uma iniciativa de participação de amplo alcance. O OP era movido pela esperança de criar processos orçamentários públicos abertos e transparentes, que permitissem aos cidadãos se envolverem diretamente na seleção de resultados específicos de políticas públicas. Isso transformava as relações entre Estado e sociedade, pois delegava a autoridade aos cidadãos. A SID trouxe essa inspiração para criar grupos de trabalho temáticos, com representações da diversidade cultural criando um espaço de escuta/acordo. A primeira ação foi criada com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que possuía, na sua Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)<sup>31</sup> que trabalha, entre outras dimensões formativas, a arte, a cultura e a mística (INDURSKY, 2014)<sup>32</sup>. O MST pretendia criar uma rede de multiplicadores que pudesse aplicar a técnica do Teatro do Oprimido nos assentamentos, método criado pelo dramaturgo e diretor Augusto Boal, que aceitou o convite do MinC e realizou a formação de 300 multiplicadores. Assim foi criada a Rede Cultural da Terra e, em seguida aplicamos a mesma metodologia de escuta/acordo e criamos para a Rede Cultural do Estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), que, criou a Rede dos Centros Universitário de Cultura e Arte (Cuca),. Em cada um desses grupos, o formato das reuniões foi aprimorado e adequado para as necessidades. O quarto grupo foi o GT Culturas Populares, fruto da Caravana Cultura para Todos citado na **Introdução**, na seção *Como entrei nessa história*. Como resultado, foi realizado o I Seminário Nacional de Políticas

---

<sup>31</sup> Fundada em 23 de janeiro de 2005, no município de Guararema – SP.

<sup>32</sup> “O ritual da mística em práticas do MST. A mística, designação empregada pelos sem-terra, consiste em acontecimentos sócio-políticos que se manifestam em práticas discursivas e não-discursivas através das quais os sem-terra identificam-se e reidentificam-se com os saberes do MST. Esses rituais simbolizam uma forte economia coletiva do desejo, atualizando a memória de suas lutas em contraposição a saberes-outros, oriundos de campos diferentes e/ou adversos da sociedade.” (p. 109)



Públicas para as Culturas Populares (SNPPCP), que reuniu cerca de 800 mestres. Eles produziram a Carta de Brasília, com as diretrizes para as políticas culturais do segmento.

Os indígenas participaram do SNPPCP como parte do segmento das culturas tradicionais, mas o GTI tornou-se o espaço dedicado ao segmento.

#### **1.4 Grupo de Trabalho Indígena**

Da entrega do documento no FCM até a criação do GTI Grupo de Trabalho Indígena, passaram-se nove meses. Durante esse tempo, estive envolvido na coordenação e realização do I Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, que foi realizado em fevereiro de 2005, após esse evento fui convidado em agosto para compor a equipe da SID no cargo de Gerente de Políticas para a Diversidade Cultural na SID. O contato com os indígenas seria retomado na I Conferência Nacional de Cultura, em dezembro de 2005. Ao iniciar o trabalho com o GTI, analisei as atas e as degravações das reuniões, que serviram para a pesquisa dessa dissertação.

Nessa seção, pretendo analisar as reuniões, os debates, bem como descrever como se deu a construção do relatório final. O confronto de ideias e visões diferenciadas, os acordos realizados, produziram as diretrizes e as ações que serão abordadas nos próximos capítulos. As atas de reuniões do grupo de trabalho também fizeram parte dessa pesquisa, e delas surgem as resoluções para a elaboração do relatório final.

O Ministério da Cultura publicou a Portaria Ministerial nº 62, no Diário Oficial da União, em 19 de abril de 2005.

PORTARIA No - 62, DE 18 DE ABRIL 2005 O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais e considerando: O cumprimento dos princípios contidos nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal ; A Convenção 169 da OIT, de 07/06/1989, que fixa os princípios gerais de uma política indigenista, pautada em uma perspectiva de diálogo intercultural e no respeito às diferenças; As recomendações do documento intitulado "Diretrizes para a Formulação de uma Política Cultural Referente aos Povos Indígenas", apresentado no Fórum Cultural Mundial de 2004, no que tange à formulação de uma política pública de cultura que contemple os anseios e as singularidades das culturas indígenas.

A necessidade do Estado e da sociedade reconhecerem e valorizarem a diversidade cultural brasileira;

A necessidade de fortalecimento das manifestações culturais indígenas e da valorização das culturas indígenas;

A necessidade de se promover o respeito à propriedade intelectual e de garantir a proteção aos bens culturais e conhecimentos tradicionais dos povos indígenas;

A enorme diversidade histórica, ecológica e cultural, própria às culturas indígenas;

A necessidade de adequação às novas diretrizes definidas pelo planejamento estratégico do Ministério da Cultura, resolve;

Art. 1º - Instituir Grupo de Trabalho, coordenado pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, com a finalidade de indicar políticas públicas para a cultura indígena, em parceria com os povos indígenas, através de uma metodologia de atuação que contemple efetivamente a interlocução com as representações indígenas [...] (BRASIL, 2005).

O GTI teve inicialmente representantes de 15 instituições<sup>33</sup>, a metodologia proposta tomou como base os eixos apresentados na Carta do FCM. Foram planejadas cinco reuniões e uma extra dedicada a revisão do relatório, de abril a outubro de 2005 e criada a agenda de acordo com as necessidades apresentadas. Outros representantes de povos e associações indígenas, secretarias e representantes de outros ministérios foram convidados na medida que as demandas surgiram. A estratégia era viabilizar parcerias internas com as secretarias e coligadas do MinC, apresentar as ações existentes, ministérios que já atuavam com os indígenas, e tinham capilaridade no território, coisa que o MinC ainda não tinha. O MEC, por exemplo, tinha realizado o Censo Escolar em 2005<sup>34</sup> e identificou 2.323 escolas indígenas em todos os Estados da Federação, com exceção do Piauí e do Rio Grande do Norte, assim como o Ministério da Saúde, Desenvolvimento Social, Justiça e Turismo, essa iniciativa buscava aproveitar esses dados e constituir redes, como veremos na seção 2.2.

O Estado trabalha com uma lógica tematizada e com políticas distribuídas de forma segmentada, o que causa, por vezes, sobreposições de ações.

---

<sup>33</sup> Por parte do MinC, três secretarias (a coordenação pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, Secretaria de Políticas Culturais e Secretaria de Articulação Institucional) e do Iphan. Por parte da sociedade civil, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA); Conselho Nacional de Combate à Discriminação; dois museus com temática indígena (Museu Nacional da UFRJ e o Museu Rondon da UFMT); sete instituições indígenas (região Norte: Museu Magüta – AM-, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – Coiab -, Associação Terra Indígena do Xingu – ATIX/ MT. No Sudeste: Conselho Estadual de Povos Indígenas de São Paulo - Cepisp, Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo Apoinme. No Sul: Organização Resgate Crítico da Cultura Indígena do Paraná – Orccip. No Centro-Oeste: União dos Povos Indígenas do Araguaia e Tocantins (Upiat), Instituto de Defesa das Tradições Indígenas – Ideti).

<sup>34</sup> BRASIL. **Estatísticas sobre educação escolar indígena no Brasil**. Brasília: MEC; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), 2007. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/estatisticas\\_sobre\\_educacao\\_escolar\\_indigena\\_no\\_brasil.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/estatisticas_sobre_educacao_escolar_indigena_no_brasil.pdf). Acesso em: 07 jun. 2022.

Portanto, a ideia de juntar iniciativas complementares, como podemos verificar na Secadi/MEC e na SID/MinC.

➤ **1ª Reunião – 05 de maio de 2005**

As boas-vindas foram dadas pelo secretário Executivo do MinC, Juca Ferreira. Em sua saudação, ele ressaltou:

[...] a importância da iniciativa do Ministério da Cultura em identificar políticas públicas para a Cultura Indígena, ação considerada inédita do Governo Federal pela proposta em realizar um trabalho em conjunto com as lideranças indígenas <sup>35</sup>.

Os representantes da SID que coordenavam os encontros propuseram, como ponto de partida, que as reuniões seriam desenvolvidas com base nas cinco diretrizes advindas da Carta do Fórum. Também haveria de ser realizado um mapeamento de todas as ações existentes que pudessem ter relação com os povos indígenas, que teriam participação tanto no âmbito do MinC, como em outros ministérios. Outra proposição era encontrar soluções que permitissem diminuir as dificuldades de acesso aos mecanismos de fomento e criar ações que atendessem a realidade desses povos.

Os representantes indígenas concordaram, saudaram a iniciativa e a importância da Carta do Fórum Cultural Mundial. Enfatizaram que a luta para manter a cultura dos povos está intrinsecamente ligada à questão da terra. O trecho da fala de Adolfo Timóteo, resume o pensamento dos demais participantes:

Esta foi a primeira vez que se encontrou espaço para a discussão da cultura indígena e propôs a criação de um setor dentro do MinC que defenda os direitos culturais indígenas de todas as etnias, uma vez que na Assessoria do Índio na Funai não há quem defenda essa questão. Falou dos direitos de uso de imagem, que não se sabe a quem se recorrer para buscar respostas, daí a necessidade de um setor que oriente o indígena. Afirmou que cultura indígena não deve ser confundida com folclore, pois é uma tradição. Os indígenas têm uma tradição milenar que precisa ser respeitada e ter retorno, os estudantes e pesquisadores que buscam e estudam a cultura indígena fazem suas pesquisas e depois somem, deixando os indígenas sem qualquer resposta. Por este motivo considerou que o próprio índio é que deveria pesquisar suas culturas. Afirmou que esta é a primeira vez que os guarani merecem qualquer atenção do governo e têm espaço.

---

<sup>35</sup> BRASIL. Ministério da Cultura. Ata 1ª Reunião GT Indígena, realizada em 5 de maio de 2005 (Atas do GT Indígena).

Declarou que não se pode esquecer que a questão da terra está intimamente ligada à questão cultural, que sem terra, sem seu espaço próprio para suas roças o índio se perde, culturalmente falando, já que não pode realizar seus rituais e cerimônias.<sup>36</sup>

Adolfo Timóteo é um cacique Guarani M'Bia e representante do Conselho Estadual dos Povos Indígenas de São Paulo (Cepisp). Em sua fala, continuou com as críticas recorrentes, endossadas pelos demais, como o preconceito, a falta de respeito para com os valores culturais e tradicionais, os estereótipos criados e reproduzidos pela mídia e nas escolas, a exploração, que se dá em vários níveis, desde o extrativismo mineral em suas terras até a exploração do conhecimento ancestral, passando pela academia, que não dá retorno para as comunidades. Porém, a questão principal externada por todos os participantes é que sem a terra, não existe cultura. A luta pela demarcação das terras é prioridade, daí a necessidade do MinC para se juntar a essa causa, posto que, sem suas terras, os indígenas perdem a conexão com seus valores, já que fazem parte dessa “camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na terra” (KRENAK, 2018, p. 11).

A questão das terras vai além da alçada do MinC. Contudo, a SID sabia que poderia se articular a outros ministérios e com a Presidência da República para enfatizar a importância da demarcação de terras para a preservação da cultura. Naquele momento, o Ministério do Meio Ambiente, então comandado por Marina Silva, foi um importante parceiro e interlocutor desse tema, não só para os indígenas, mas para os povos ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, catadoras de coco de babaçu e copaíba. Reunidos, esses segmentos solicitaram a criação de uma política de povos e comunidades tradicionais, que se juntaram os povos indígenas.

Dentre os mais graves problemas do período, pode-se destacar a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, envolvendo várias etnias. Ali havia uma invasão de garimpeiros e arroteiros. Isso também ocorria com o grupo dos Guarani Kaiowá, nesse caso com a invasão de suas terras pelo agronegócio, na região de Dourados (Mato Grosso do Sul), onde foram expulsos de seus territórios e reunidos numa demarcação que mais pareciam terrenos de chácaras, sem espaço para seus roçados, sem rio e sem

---

<sup>36</sup> Idem.

matas para a caça. A Presidência da República determinou que esses dois temas deveriam ser priorizados por todos os ministérios.

➤ **2ª Reunião - 15 e 16 de junho de 2005**

As secretarias e coligadas ao Sistema MinC participaram da reunião. A Secretaria de Fomento e Incentivo Fiscal (Sefic) apresentou a Lei Rouanet, o Iphan, a política de salvaguarda do patrimônio imaterial, e a Secretaria de Programas e Projetos Culturais, responsável pelo programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura, recém-implantados no MinC, conforme a ata da reunião<sup>37</sup>:

Secretário, Célio Turino, que falou sobre o projeto **PONTOS DE CULTURA**. Informou que no início se pensou em se compor um projeto de salas e espaços culturais, mas a ideia do Cultura Viva era a de se construir o projeto seguindo o curso natural das coisas. Não houve, portanto, uma meta preestabelecida. A rede se localiza a partir dos Pontos de Cultura que se constituem de várias iniciativas culturais dentro de cada especificidade destas próprias iniciativas, como se fossem pontos de “do-in”. Todos os pontos devem estar interligados e se contatar e interagir. As comunidades culturais vão se formando, se falando e se contatando.

Os comentários dos indígenas demonstraram que as políticas apresentadas não permitiam o acesso dos povos indígenas, entremeio a burocracia que dificultava a execução dos projetos. O desinteresse dos patrocinadores que utilizavam os mecanismos de renúncia fiscal da Lei Rouanet também foi criticado, bem como a ausência de projetos e patrocínios para iniciativas criadas pelos indígenas. Embora tenham se entusiasmado com o Cultura Viva naquele momento, os instrumentos de contratação, que demandavam o conhecimento dos códigos que exigiam capacidade para administrar recursos, prestar contas (documentos fiscais e essas mazelas), representavam um entrave. Se para o não-indígena esses trâmites geravam muito trabalho, para os indígenas era muito pior e, como apontado, dependeriam de intermediários, retomando aí a tutela que a Constituição Federal de 1988 havia abolido. Para alcançar a autonomia, seria necessário rever e simplificar os processos, bem como capacitar os povos a fazer seus projetos. Pensando nisso, a sugestão foi criar editais específicos.

---

<sup>37</sup> BRASIL. Ministério da Cultura. Ata 2ª Reunião GT Indígena realizada em 15 e 16 de junho de 2005.

### ➤ **3ª Reunião – 14 e 15 de julho de 2005**

Em 2005, foi realizada a primeira Conferência Nacional de Cultura, entre os dias 7 e 10 de dezembro de 2005, coordenada pela Secretaria de Articulação Institucional (SAI). Por esse motivo, foi convidado o responsável pela coordenação da SAI, Roberto Lima. Ele apresentou os propósitos da conferência, afirmando que se tratava de um encontro nacional, precedido de encontros municipais e estaduais que elegeriam os delegados para a etapa nacional. Explicou também sobre o Sistema Federal de Cultura e o esforço que o Ministério vinha empregando para implementar o Sistema Nacional de Cultura (SNC), composto por três componentes: o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), o Plano Nacional de Cultura (PNC) e o Fundo Nacional de Cultura (FNC). Em determinado momento, Lima exemplificou que assim como o Sistema Único de Saúde (SUS), que estabelece o pacto federativo entre governo federal, estados e municípios, definindo a corresponsabilidade para a execução da política pública, e que o mesmo estava proposto para a Cultura.

A implantação do SNC, assim como ocorreu com o SUS, implicaria na adesão dos municípios e estados, que precisariam criar secretarias dedicadas a cultura, instâncias de decisão e participação social, os conselhos cultura. Além disso, teriam que realizar planos de cultura e criar fundos específicos. Esse processo demandaria tempo, interesse e vontade política para ser implementado. Havia também o fato de que a participação no sistema seria por adesão voluntária, portanto não obrigatória, o que tornava a tarefa morosa e dependente de muitas negociações.

Os representantes indígenas questionaram como seria a participação deles na Conferência Nacional de Cultura (CNC). As necessidades eram diferentes e havia uma quantidade diversa de povos e línguas. Eles também se preocupavam com os custos para viabilizar a participação.

A Conferência propunha cinco eixos<sup>38</sup>: gestão pública de cultura; cultura é direito e cidadania; economia da cultura; patrimônio cultural; e comunicação é cultura. O propósito era fazer uma escuta nacional para subsidiar a criação do Sistema Nacional de Cultura, que seria o grande orquestrador das políticas

---

<sup>38</sup> BRASIL. Estado e sociedade construindo políticas públicas de Cultura In: Anais da I Conferência Nacional de Cultura. Brasília: Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, 2006.

culturais, criando um pacto federativo, com a macropolítica definida pela União e a corresponsabilidade de Estados e Municípios com suas políticas regionais e locais. O controle social caberia aos conselhos; a transferência de recursos de fundo a fundo se daria da União para estados e municípios. A implementação deveria levar algum tempo, assim como aconteceu com o SUS, porque precisavam ser criados arcabouços jurídicos que permitissem legitimar essas ações na legislação de cada ente federado.

A gestão do governo Lula se caracterizou pelos processos participativos em todos segmentos. Convocou 74 conferências nacionais<sup>39</sup>, inclusive uma destinada às políticas indígenas, realizada de 12 a 19 de abril de 2006, organizada pelo Ministério da Justiça, coordenada pela Funai, que teve como uma das reivindicações priorizadas, a criação de um ministério para assuntos indígenas.

As instâncias governamentais empenhavam-se em encontrar os caminhos para a participação dos povos indígenas, mas ainda estavam distantes de suas realidades. No Minc, essa demanda seria atendida com a inclusão dos povos indígenas no CNPC, e com a criação do Colegiado Setorial Indígena. O acesso a recursos do Fundo Nacional de Cultura, disponibilizando recursos para projetos apresentados e aprovados por eles, e dessa maneira era necessário investir na formação dos indígenas para lidar com esses instrumentos e garantindo autonomia.

Ainda nesse encontro, houve a participação da representante do MEC, Márcia Spyer, coordenadora de Educação Escolar Indígena, que era dirigente da Secadi, responsável pelos materiais didáticos para educação indígena. Spyer explanou as realizações entre 2004 e 2005, quando foi criada a Comissão Nacional de Apoio à Produção de Material Didático Indígena (Capema), com 16 membros paritários (8 indígenas e 8 não-indígenas). Essa comissão realizou 3 reuniões, um seminário nacional de produção de material didático indígena, em com parceria com o MinC (representado pelo secretário Sérgio Mamberti) e, como resultado, foi criado um guia prático de produção de material didático. Esse material, além de ter como prioridade a questão da valorização da língua indígena, reconhece a autoria coletiva, os saberes e as formas de transmissão

---

<sup>39</sup> AVRITZER, Leonardo. **Conferências nacionais**: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. Brasília: Ipea, 2012.

do conhecimento indígena, considera esses saberes como ciência (trazendo a discussão do conhecimento tradicional e do científico), divulga os conhecimentos tradicionais indígenas, tendo como foco as escolas do entorno e seus territórios, bem como a sociedade nacional e internacional. Além disso, o trabalho reconhece a oralidade como forma privilegiada de expressão, apoiando materiais didáticos com diferentes linguagens e suportes. Naquele ano, existiam 2346 escolas indígenas que, apesar do ensino bilíngue, não tinham material didático suficiente na língua de cada povo. Assim, um dos objetivos era a criação de uma biblioteca com conteúdo na língua necessária para a comunidade, mas também de outros povos, para que pudessem trocar experiências.

As falas indígenas consideram importante as ações da Capema. Foram elencadas ações semelhantes, de criação de material didático, principalmente para o ensino da língua tupi para os povos que vivem no Nordeste e que não falam mais. Essas ações, no entanto, eram feitas por iniciativa própria, daí a importância do envolvimento do MEC.

Siridwê Xavante, representante do Instituto de Defesa das Tradições Indígenas (Ideti), ONG indígena que produz publicações, seminários e audiovisual, enfatizou que todo material didático deve ser feito pelos indígenas. A colaboração de antropólogos é importante, mas questionou-se a produção acadêmica, que não é compreensível para os indígenas.

O convidado seguinte foi o Galeno Amorim, responsável pelo Programa Fome de Livro, ação realizada no MinC. Coordenador do Plano Nacional de Livro e Leitura, propunha a democratização do acesso ao livro e a todas as formas de leitura, com a instalação de 1.000 bibliotecas em cidades que não possuíam bibliotecas, atingindo 14 milhões de pessoas nas cidades com comunidades indígenas, com a criação de acervo específicos.

O debate entre os participantes trouxe à tona a pouca produção de livros feita pelos indígenas. Também se questionou o material, inclusive em outras línguas, que carregam uma visão equivocada sobre a realidade indígena. A preocupação com conteúdo para a formação de leitores que não criassem estereótipos do indígena é real e deve-se pensar na relação dos indígenas com o tempo atual, *desfolclorizando* o tema e superando os preconceitos.



Jeremias Xavante fez o questionamento mais contundente da reunião<sup>40</sup>:

Na verdade, eu queria perguntar duas coisas, primeiramente, se existe alguma preocupação desse governo Lula em termos de reformular a história do Brasil, principalmente no que diz respeito à situação dos índios, do passado, do presente e do futuro, se existe preocupação em relação a isso. Porque no governo militar nós tivemos a oportunidade de ouvir de alguém estudioso, que a partir de 2000, não existiria mais nenhuma etnia indígena no Brasil. Ou seja, seriam extintas. No entanto, é o contrário, estamos cada vez mais aumentando a nossa população. Ou seja, fazemos parte do povo brasileiro, então, dessa forma eu queria te perguntar se existe alguma preocupação em reformular a história do Brasil para que a situação atual do povo indígena brasileiro seja reconhecida e então conhecida, pelo menos, qual é a sua realidade atual, como é que o índio vive, se o índio está preocupado com o seu futuro ou já aceitou a sua extinção e tudo o mais, se existe essa preocupação ou não. E outra pergunta que eu queria fazer é sobre as igrejas, eu sou um dos ex-alunos dos padres salesianos, lá quando eu estudava, eles pegavam a nossa história e escreviam na língua italiana, na língua alemã, porque a maioria deles são remanescentes de nazistas, fascistas que fugiram da guerra e se intrometeram lá conosco, então eles escreveram dos nossos pais, tanto é que aqui em Campo Grande existe um museu do índio lá, onde guardaram todas as nossas histórias, e os nossos anciãos que passaram as histórias, morreram sem nada, sem ganhar nada, enquanto isso eles ganharam em cima disso, lá na Europa. As histórias que eles escreveram, ou seja, nós que éramos alunos naquela época, sem saber de nada, contribuimos com isso, ou seja, se apoderaram da nossa propriedade intelectual, eu acho que é isso. Então isso pra nós foi uma perda, mas hoje nós, juventude indígena, nós queremos rever essa problemática, ou ter o retorno da nossa história.

Após essa fala, que questionou o que o governo Lula faria para rever a história dos indígenas, quando seriam respeitados e valorizados, tivemos a visita do ministro Gilberto Gil. Ele fez um breve, mas potente pronunciamento, saudando a todos e enfatizando a importância da relação entre natureza e cultura no universo indígena.

É assim também que o Ministério da Cultura quer compreender o mundo indígena” que “compreenda o mundo indígena como um mundo íntegro” composto pelo mundo dos homens, dos deuses, das plantas, dos bichos, onde tudo forma uma unidade integrada, e arrematou “Na verdade, a rigor, para o mundo indígena não pode haver nem sociologia, nem antropologia, nem nenhuma logia, nem nenhum logos.

Gil deu a letra do samba para o GT. Só faltava fazer o arranjo com a partitura burocrática que prevalece, criar brechas e arranjos criativos que desse

---

<sup>40</sup> BRASIL. Ministério da Cultura. Ata 3ª Reunião GT Indígena realizada em 14 e 15 de julho de 2005.

conta da complexidade desses vários mundos, uma vez que o Estado não consegue alcançar a cosmovisão desses povos.

**Figura 4** – Encontro de povos



Fonte: Ascom/MinC, 2005.

Foi questionada a descontinuidade das políticas, argumentou-se que precisa existir uma comissão que faça o acompanhamento, de maneira a reivindicar que as ações sejam realizadas. Os gestores acreditam que essa gestão não permitiria a descontinuidade, mas os indígenas, que já viram muito essa história, desconfiam - e essa desconfiança foi uma tônica nas reuniões. A segunda questão trouxe uma crítica às igrejas e sua intervenção nas culturas indígenas. Um exemplo dado foi o caso dos salesianos, que atuam no Mato Grosso do Sul, e fizeram publicações em alemão e italiano. Também foi abordada a situação de um museu com artefatos indígenas, arrancados dos povos, muito desses objetos sagrados, como urnas funerárias com esqueletos dos antepassados e que causam grandes transtornos psíquicos nos descendentes. Dessa maneira, reivindicam direitos autorais coletivos e repatriação de artefatos para seus detentores.

A última pauta estava relacionada com a criação da campanha nacional de valorização das culturas indígenas. Houve muitos questionamentos sobre essa campanha, com base nos propósitos, objetivos, para quem seria destinada etc. Também se colocou a necessidade de apresentar a diversidade dos povos indígenas, sem estereótipos, com enfoque na valorização e no combate ao preconceito. Dentre essas preocupações, era preciso contemplar os alunos de escolas que tinham, no processo de aprendizagem, uma visão deturpada sobre os indígenas, criar *sítes* e aproveitar as TVs Educativas que existem nos estados. A SID se comprometeu em encaminhar as demandas para a Secom, e envolver o GTI no processo de criação da campanha.

A terceira reunião finaliza com pontos e compromissos importantes: a participação dos indígenas na Conferência Nacional de Cultura; a parceria com o MEC para a criação e distribuição de livros didáticos produzidos pelos indígenas e o MinC trataria da compra dos acervos para as bibliotecas. Por fim, o compromisso para a criação da campanha de valorização da cultura dos povos indígenas.

#### ➤ **4ª Reunião – 1 e 2 de setembro de 2005**

No início da reunião, o secretário de Programas e Projetos Culturais (SPPC), Célio Turino, fez um pedido para os participantes colaborarem, a fim de que as orientações e as diretrizes para a comissão julgadora do edital de Pontos de Cultura fossem definidas. Esse edital teve 2600 inscritos, dentre os quais, 300 eram dos povos indígenas, e contemplaria um total de 300 iniciativas. Esse tema não estava previsto na agenda, mas foi muito oportuno, pois, no grupo, havia representantes de todas as regiões. Turino aproveitou também para convidar o GTI para sugerir atividades no Encontro Nacional de Cultura, Educação, Cidadania e Economia Solidária, mais tarde batizado de Teia, que ocorreria entre 9 e 12 de março de 2006, nas instalações do Pavilhão da Bienal de Arte de São Paulo, no Parque do Ibirapuera.

Ao se candidatar ao ponto de cultura do Programa Cultura Viva, o proponente deveria ser uma figura jurídica constituída com domínio sobre como

lidar com a Lei 8.666<sup>41</sup>, responsável por contratações e licitações públicas. O programa previa três repasses anuais de R\$ 60 mil, condicionado à prestação de contas de cada ano, ou seja, caso a prestação de contas não fosse aprovada, além da instituição se tornar inadimplente, não receberia as demais parcelas. Essa situação gerou uma insegurança e mereceria maior atenção por parte do MinC, como já demandado pelo GT na formação para lidar com esses mecanismos, não apenas da Lei Rouanet.

Como a segunda edição da chamada pública de Pontos de Cultura já havia sido realizada e estavam na fase de seleção, os cerca de 300 projetos que tinham relação com os indígenas estavam aguardando a comissão julgadora. A proposta foi que o GTI pudesse estabelecer os critérios para a seleção. O chamamento era para várias linguagens artísticas e o GTI entendeu que seria necessário ter um edital específico para os povos indígenas, uma vez que as generalidades poderiam não atender às especificidades dos indígenas.

Depois de uma longa discussão sobre os critérios a serem adotados pela Comissão Julgadora dos Pontos de Cultura, ficou sugerido que 30 projetos deveriam contemplar regiões com presença indígena.

Fidelis Baniwa questionou o porquê da necessidade de participar do Teia que aconteceria em São Paulo. Célio Turino justificou que esse evento no centro econômico do Brasil, poderia mostrar a cultura do Brasil, o que estava acontecendo, por exemplo, no Museu Magüta ou outras ações indígenas que pudessem estabelecer pontes.

Faço um salto temporal e passo para o que seria a Teia. Trata-se do encontro da rede de Pontos de Cultura, realizado em março de 2006, em São Paulo. Pude acompanhar de perto e reflito sobre alguns pontos que talvez ajudem a entender o pensamento de Fidelis Baniwa quanto à participação nesse tipo de evento. A organização tem propósitos e olhares diferenciados. De um lado, o gestor público, que entende que um evento na maior cidade do país, no simbólico espaço da Bienal de São Paulo poderia dar visibilidade às ações culturais; por outro lado, a preocupação do indígena a respeito do propósito do

---

<sup>41</sup> BRASIL. Lei nº 8.666, promulgada em 21 de junho de 1993. Regulamento o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licenças e contratos da administração pública e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm). Acesso em: 07 jun. 2022.

encontro. Imagino que o deslocamento para um ambiente diferente e com muitas atividades, a polifonia de expressões culturais reverberando pelo imenso pavilhão da Bienal, que possibilitou um encontro improvável, encantador, como os Toré<sup>42</sup>, entoados pelos Kariri Xokó, de Alagoas, trouxessem uma sensação de estranhamento, em especial quanto à expressão de rituais em público. Contudo, havia a potência e o reconhecimento de numerosa plateia, encantada com a força da voz e dos maracás, que imprimiam um ritmo transcendental. Presenciei muitos eventos com apresentações de indígenas, seja em fóruns, conferências, festas, festivais e nos Acampamentos Terra Livre, promovidos pelo movimento indígena todo mês de abril, no canteiro central da Esplanada do Ministério, próximo à Praça dos Três Poderes; também presenciei os mesmos cantos e danças nas aldeias. A necessidade de mostrar as expressões em eventos fora do contexto indígena causa um esvaziamento do propósito e do sentido para o qual essas manifestações foram criadas. Existe uma falta de entendimento por parte dos organizadores de que toda e qualquer expressão indígena é realizada com um propósito. Não existe uma apresentação para fruição, um espetáculo que *desritualize* a expressão. Embora esse argumento venha mudando e aculturação venha sendo instaurada e ressignificando os ritos.

Por isso, Fidelis Baniwa questiona sobre o porquê de participar do evento na Bienal de Arte de São Paulo. Ao mesmo tempo, os indígenas começaram a entender que essa seria uma forma de mostrar sua cultura, mesmo que de maneira descontextualizada, sem que as pessoas soubessem o significado dos cantos e da língua.

Em continuidade a reunião, a próxima convidada foi Carolina Campos, do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, do Ministério do Turismo (MTUR), responsável pelo turismo cultural. Ela apresentou as ações políticas, previstas no Plano Nacional de Turismo (2003-2007). Dentro desse Plano, foi criado o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, que previa a implementação de regiões turísticas pelo Brasil, mapeavam o Estado em regiões turísticas para a criação de estratégias de ação, que

---

<sup>42</sup> Toré é uma dança ritual realizada por diversos povos indígenas, inclusive os tradicionais da bacia hidrográfica do rio São Francisco. É considerada o símbolo maior de resistência e união entre esses povos e uma das principais tradições dos indígenas do Nordeste brasileiro e de Minas Gerais.

potencializassem o turismo. Essa potencialização se dava por meio da criação de uma infraestrutura turística, da institucionalização, no município, de um órgão que tomasse providências, além da participação de empresas que faziam parte da cadeia produtiva do turismo. O Plano também estabelecia sete segmentos e pretendia dialogar com os indígenas nos segmentos de turismo social e cultural, quando da ocasião do II Fórum Mundial de Turismo para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável<sup>43</sup>, previsto para acontecer no final de 2005 (seriam convidados para o “Seminário Diálogos do Turismo – por uma via de inclusão<sup>44</sup>”).

A representante do MTUR aproveitou a oportunidade para trazer três questões aos membros do GT<sup>45</sup>:

A primeira grande questão: o turismo é uma atividade desejada nas terras indígenas? Como é que vocês vêm essa questão? Quais são as necessidades, quais são os fatores que estão favorecendo, quais são as oportunidades e, por outro lado, quais são as dificuldades que vocês encontram, quais são as demandas de vocês em relação ao Ministério do Turismo?

O primeiro a responder foi Jurandir Siridwe Xavante. Selecionei três momentos em que resumiu as principais preocupações que os demais do grupo endossaram<sup>46</sup>:

Só para se ter uma ideia: o turismo para a questão indígena é como se fosse no futebol o cambista tomar conta do ingresso, você compreende isso?

[...]

Então, em torno do Parque Nacional do Xingu tem uma agência de turismo que se chama *Free Way*, que está lá. Para mim é cambista. Então, ela está lá, vizinha do Parque. Só que o Governo pega essa parceria e investe pesado nesse cambista e ao mesmo tempo ele usa essa imagem indígena, que vai ser explorada para entrar na área indígena.

[...]

E nós ficamos com muito medo porque o turismo leva a prostituição, o turismo leva a desavença entre as comunidades, o turismo leva o alcoolismo, o turismo leva todos à descaracterização da cultura. Então, o nosso pessoal precisa de capacitação. O que o turismo pode beneficiar? Nós sabemos: é bom e ruim. Então, na área indígena tem cachoeira? Sim. Na área indígena tem um monte de ruas de rios que o gringo acha o máximo, para ver praia, para ver as árvores, para ver os

---

<sup>43</sup> O 2º Encontro Anual do Fórum Mundial de Turismo para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável (Destinations 2005, na cidade do Rio de Janeiro) ocorreu no dia 24 de outubro de 2005.

<sup>44</sup> O Seminário ocorreu entre 8 e 10 de dezembro de 2005, em Brasília.

<sup>45</sup> BRASIL. Ministério da Cultura. Ata 4ª Reunião GT Indígena realizada em 1 e 2 de setembro de 2005.

<sup>46</sup> Idem.

passarinhos que ficam na área indígena, mas em termos empresariais que os grandes proprietários investem estão fora da realidade. Então, o Governo principalmente tem que ter uma atenção especial para que as organizações que estão aí possam estar bem influenciadas no acompanhamento da atenção sobre o turismo. Ele é potencial, ele é forte, só que nós temos essa preocupação.

Outras posições indígenas foram colocadas. Primeiramente, o ideal seria o turismo legal e consciente. Contudo, hoje predomina o turismo ilegal, com problemas sérios como prostituição, alcoolismo e violência. Romancil Cretã, na mesma linha do Fidelis Baniwa, enfatizou que esse tipo de turismo vem ao encontro do estereótipo do índio nu, selvagem e que deveria mudar. Por sua vez, Josafá expõe a exploração das aldeias para empreendimentos hoteleiros sem a autorização das comunidades.

Todos os pontos colocados estavam longe da alçada de intervenção do Ministério do Turismo. A representante respondeu que esses problemas seriam de responsabilidade da Funai e que levaria as demandas para discutir no Ministério.

O MinC convidou o Ministério das Relações Exteriores (MRE), que possui um Departamento Cultural dirigido pelo diplomata Marcelo Dantas. Ele explicou como funcionava a relação com os povos indígenas: a primeira, é a área de Direitos Humanos, que trata dos assuntos dos interesses dos povos indígenas brasileiros no contexto internacional; a segunda, a área econômica, envolvendo a proteção dos conhecimentos tradicionais, que, na maioria das vezes, não são respeitados por universidades estrangeiras, pesquisadores e indústria farmacêutica<sup>47</sup>.

Essas pessoas vêm aqui e através de conhecimentos tradicionais chegam a novas fórmulas de remédios, chegam a avanços tecnológicos, registram as patentes e se apropriam de um conhecimento que é de uma coletividade e se torna, digamos, propriedade ou de uma empresa ou, às vezes, de um indivíduo.

O Brasil tem se projetado na defesa dos direitos indígenas na área de conhecimentos tradicionais, na repartição de benefícios com essas pessoas na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na Organização Mundial de

---

<sup>47</sup> Idem.

Propriedade Intelectual (OMPI). Isso também se dá na área da cultura, que cuida da difusão e intercâmbio.

Em março de 2005, ocorreu um grande evento, segundo Dantas. Trata-se da que foi considerada a maior manifestação cultural brasileira ocorrida no exterior: o Ano do Brasil na França<sup>48</sup>. O evento foi organizado pelo Ministério da Cultura e Ministério das Relações Exteriores do Brasil e, na França, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério da Cultura e Comunicação e a Associação Francesa de Ação Artística. O acontecimento também foi a maior exposição da cultura indígena na Europa: realizaram-se oito exposições temáticas sobre arte plumária, artesanato e objetos, Amazônia e coleções fotográficas, com um público de 510.000 pessoas, além da participação em seminários, lançamento de livros, danças e música.

Ainda na linha de intercâmbio, houve a participação da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, representada por Telma Silva dos Santos. Ela apresentou o Programa de Intercâmbio Cultural, que atendia às necessidades de grupos e artistas convidados para realizar algum evento, pesquisa e/ou seminário internacional, grupos que necessitam de passagens. Santos anunciou mudanças realizadas no programa; foram inseridos critérios e conteúdos que incluem os povos indígenas, a valorização das fontes de conhecimento, das dimensões históricas e sociais da arte e da cultura brasileira, a promoção e a repercussão da produção artística e cultural para a reafirmação de valores nacionais.

O prof. João Pacheco de Oliveira (ABA), relatou que existem embaixadores e consulados que colaboram com o intercâmbio, mas são muito pontuais. Em seu entendimento, precisávamos sair da visão provinciana e colonizada, sinônimo de exotismo e primitivismo, visão essa que envergonha o Brasil, para valorizar a presença, a força e as peculiaridades desses povos. O diálogo com a França foi uma experiência importante, mas é um diálogo com o hemisfério Norte, precisamos dialogar também com a América Latina.

O presidente Lula priorizou em seu mandato as ações com o hemisfério Sul, com destaque para a América do Sul e a África. Dentre os encontros promovidos pela SID, foram realizados dois no âmbito da América do Sul: um

---

<sup>48</sup> ANDRADE, Mesquita Coimbra (coord.). **Ano do Brasil na França**. Brasília: Ministério da Cultura, 2005.



para as culturas populares e outro para os povos guarani sul-americanos, encontros sobre os quais discorreremos na seção 2.5.

➤ **5ª Reunião 09 de novembro de 2005**

No dia anterior à quinta reunião, ocorreu a cerimônia da Ordem do Mérito Cultural<sup>49</sup>, com a entrega de insígnias de reconhecimento à contribuição à Cultura brasileira. A escolha foi feita por um conselho composto por representantes do MinC e outros ministérios. Sérgio Mamberti indicou à Comissão Julgadora que Nino Tikuna recebesse a honraria, pela criação e manutenção do Museu Magüta, o primeiro museu criado por indígenas na cidade de Benjamin Constant, no Estado do Amazonas. A sugestão foi prontamente acatada pelos conselheiros. Em cerimônia no Palácio do Planalto, Tikuna recebeu das mãos do presidente Lula a Ordem do Cavaleiro. Essa foi a segunda vez que um representante indígena seria agraciado com a Ordem (a primeiro foi o Povo Panará, em 2004). Isso significa que, na gestão Lula, houve uma inclusão efetiva, entre os agraciados, de representantes da diversidade cultural, prática que não existia anteriormente.

Nino Tikuna, participou da reunião acompanhado pela esposa, agradeceu a honraria e o reconhecimento pelo seu trabalho. Essa foi a última reunião de trabalho (ainda haveria uma reunião extraordinária para a aprovação do relatório final) e, conforme o cronograma fecharia as discussões para a criação do relatório de diretrizes e ações para as políticas de cultura para os povos indígenas.

Na reunião, tratou-se de discutir quatro questões: a) direito autoral e propriedade intelectual, com a Gerência de Direito Autoral; b) conhecimentos tradicionais com a Diretoria de Patrimônio Imaterial, c) participação no CNPC e c) Museus com o Departamento de Museus do Iphan.

O tema dos direitos autorais e da propriedade intelectual envolve uma série de mecanismos e legislação que vai além dos aspectos culturais. A

---

<sup>49</sup> BRASIL. Art. nº 34 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e Decreto nº 1.711, de 22 de novembro de 1995. Institui a Ordem do Mérito Cultural, com entrega de insígnias, a princípio, dia 5 de novembro de cada ano, quando se comemora o Dia Nacional da Cultura. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1711.htm#:~:text=34%20da%20Lei%20n%C2%BA%208.313,relevantes%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20prestadas%20%C3%A0%20Cultura](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1711.htm#:~:text=34%20da%20Lei%20n%C2%BA%208.313,relevantes%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20prestadas%20%C3%A0%20Cultura. Acesso em: 06 jun. 2022.). Acesso em: 06 jun. 2022.

preocupação maior é a econômica, tanto que os acordos internacionais têm mais força na OMC do que na OMPI, pois as produções autorais e intelectuais se tornaram produtos rentáveis e geram riqueza para seus detentores (como ocorre, por exemplo, com a indústria do audiovisual norte-americana, que tem a maior ocupação de salas de cinemas em todo mundo, onde a questão dos direitos autorais e correlatos trazem receitas volumosas e ampliam a balança comercial). Para os povos indígenas, contudo, esse é um grande problema, uma vez que envolvem, principalmente, seus conhecimentos tradicionais que sofrem com a biopirataria e a apropriação indébita por indústrias farmacêuticas, de cosméticos e por patentes realizadas em outros países, envolvendo ações e processos por parte dos departamentos de relações e direitos internacionais.

Romancil Cretã levantou uma questão ocorrida com a vacina do sapo, chamada também de Kambô<sup>50</sup>. Ela foi patenteada por um laboratório francês, alegando que o sapo era da região amazônica e foi encontrado na Guiana Francesa. O governo brasileiro provou que era do Vale do Javari<sup>51</sup>, onde vivem os Matis. Depois de um longo processo, o laboratório francês perdeu a patente. Muito do patrimônio genético existente nos biomas brasileiros, em especial na Amazônia, ainda não foi explorado. Ele é alvo de interesse do mercado farmacêutico e de cosméticos, a proteção e o monitoramento da exploração existente é pouca efetiva o que prejudica e aumenta o custo em processos que podem demorar muito tempo para serem resolvidos.

O tema seguinte versaria sobre os espaços de representatividade no MinC que estavam em construção. A SAI foi a responsável pela implementação do Sistema Federal de Cultura (SFC), apresentado pelo Gustavo Gazzinelli. Esse mecanismo propõe, dentre outros, a recriação do Conselho Nacional de Política Cultural, sob uma perspectiva participativa, com representação da diversidade cultural. O CNPC inicialmente previu um plenário composto por 46 pessoas de diversas áreas e por colegiados setoriais, compostos pelos participantes das câmaras setoriais existentes na Funarte.

A representação da sociedade civil se deu pela participação de sete áreas artísticas: artes digitais, audiovisual, circo, dança, música, teatro e literatura. Nas reuniões de definição do CNPC, o secretário Sérgio Mamberti propôs a criação

---

<sup>50</sup> Retirada das secreções produzidas pela perereca Kambô (*Phyllomedusa bicolor*).

<sup>51</sup> Atalaia do Norte, cidade localizada a Oeste do Estado do Amazonas.

de duas cadeiras: uma para as culturas populares, que já havia sido reivindicado no SNPPCP, e outra para os povos indígenas, fruto da discussão do GTI. Foram, ainda, acrescentadas as áreas para as culturas afro-brasileiras, patrimônio material, patrimônio imaterial, museus e arquivos.

O processo de escolha para ocupar a cadeira no Conselho seria realizado por meio de chamada pública. Uma lista tríplice seria indicada por órgãos e associações de classe, que referendariam os candidatos e a motivação. A escolha final seria feita pelo ministro.

No caso de apresentação de mais de uma lista tríplice, por áreas discriminadas no art. 1º, o Ministro da Cultura considerará os seguintes aspectos para a escolha dos conselheiros titulares e respectivos suplentes:

- 1 - número das entidades que subscreverem à indicação;
- 2 - história, atividades culturais de abrangência nacional, regional e ou local das entidades que subscreverem à indicação;
- 3 - currículo histórico da participação dos nomes indicados em relação à área objeto da representação.<sup>52</sup>

A proposta era que o GTI indicasse os representantes, para o titular ficou definido Romancil Cretã e para suplente, Fidelis Baniwa, alternando a participação nas plenárias.

O último tema tratado, conforme o planejamento das reuniões, estava relacionado aos museus. Átila Tolentino, representante do Departamento de Museus do Iphan, foi convidado para apresentar as políticas.

Tolentino alegou que uma das primeiras solicitações do ministro Gilberto Gil ao Departamento de Museus foi a criação de uma política para os museus que ainda não existia. Isso seria válido para todos os museus do Brasil, não apenas os do MinC. Assim, teve início uma grande discussão em seminários e fóruns para desenvolver uma nova política nacional do museu. Um dos itens previstos diz respeito às culturas e às tradições dos povos indígenas.

As primeiras ações dessa política foram destinadas à modernização de museus não vinculados ao MinC. O primeiro edital contemplou 35 museus, para

---

<sup>52</sup> BRASIL. Decreto nº 5.520, de 24 agosto de 2005. Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5520&ano=2005&ato=203cXTg5UMRpWT4dd#:~:text=INSTITUI%20O%20SISTEMA%20FEDERAL%20DE,CULTURA%2C%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%84NCIAS>. Acesso em: 08 jun. 2022.

tanto realizamos uma parceria com o Museu do Índio, da Funai, para a criação do Tesouro de Cultura Material dos Índios do Brasil<sup>53</sup>, com a finalidade de regular e catalogar acervos museológicos e acervos etnológicos. Desde 2003 foram realizadas ações de capacitação para profissionais de museus em geral; a partir de 2006, foram realizadas capacitações específicas para museus etnológicos. O Museu Goeldi, em Belém, foi um polo, não apenas no Estado do Pará. Ele envolveu vários estados da região Norte, como Roraima, Amapá e Amazonas, dentre outros. Essas capacitações incluíram profissionais de entidades museológicas, especificamente de museus etnológicos, ou seja, ligados ao tratamento de acervos, conservação e atendimento ao público. A política nacional de museus também contemplou o Sistema Nacional de Museus e os interesses dos povos indígenas.

Efetivamente, a política de museus estava no seu início. Em termos de ações concretas, havia o *Tesouros*, que ajudaria na catalogação dos acervos do patrimônio material. Os editais de modernização ainda eram poucos; apenas 35 museus foram contemplados.

Aloir Pasini, representante do Museu Rondon da UFMT, pediu a palavra e disse que a instituição participou do edital e não foi contemplado, mesmo já sendo um museu etnológico, com acervo indígena, e que a mesma universidade conseguiu um centro cultural com arte contemporânea. Manter um museu requer muitos cuidados e recursos. É louvável a iniciativa de padronização da catalogação, mas também é preciso recuperar peças que foram retiradas dos indígenas, às quais eles não têm mais acesso. Pasini queria entender quais os critérios foram utilizados para a escolha dos contemplados. Átila respondeu que os recursos eram poucos (cerca de R\$ 1.000.000,00) e foram contemplados projetos de até 80 mil reais, em cidades sem acesso a outros recursos. A forma de apresentar o projeto e os documentos legais também prejudicaram algumas inscrições.

Nino Ticuna, do Museu Magüta, da região do Alto Solimões, pediu a palavra e reiterou que o seu museu precisava ser lembrado, pois não era vinculado ao Iphan. Solicitou que, quando houvesse algum curso, aquele museu

---

<sup>53</sup> MOTA, Dilza Fonseca da. **Tesouro de cultura material dos índios do Brasil**. Rio de Janeiro: Museu do Índio; Funai, 2006.

precisava ser lembrado, pois os colaboradores são indígenas e precisam de capacitação.

João Pacheco de Oliveira, da UFRJ, considerou que as iniciativas são louváveis, mas ponderou que a concentração de recursos deveria ser política e não etnológicas, pois, no fundo, a estratégia deveria potencializar as organizações indígenas, os povos indígenas vivos como protagonistas históricos e não como peças que podem ser catalogadas, recolocadas segundo critérios e armazenadas num Tesouro.

O projeto do Tesouros, é importante, mas é técnico, tem fins acadêmico e poderia ser feito pela academia, mais do que com recursos públicos<sup>54</sup>.

[...] eu sinto que falta uma aplicação em investimentos que são táticos e que desequilibrariam a vida dos índios no sentido de maior capacidade de resistência face às forças que eles enfrentam. Eu acho que dois casos que a gente está lidando e que são representados dentro desse grupo, o caso do museu Rondon que está exatamente na área da soja, tem uma função de articulação política essencial, o museu Magüta que tem uma função histórica, há mais de dez anos que luta sem apoio de qualquer instância da cultura.

João Pacheco ainda complementou que não podemos mais continuar a pensar que os museus são lugares para expor objetos para visitantes estrangeiros, numa visão puramente estética. Devem, sim, servir às comunidades a que estão relacionadas e que, vivas, atualizam as suas culturas. Assim, deveria estar a serviço não apenas da memória nacional, mas da luta dos povos indígenas.

#### ➤ **Finalização do Relatório do Grupo de Trabalho Indígena**

A sistematização de todas as reuniões ficou sob a responsabilidade da SID. Isso implicava na reavaliação e na readequação das políticas existentes, com propostas de mudanças e a criação de novas ações, principalmente nos órgãos e instituições vinculados diretamente ao MinC. Mais factíveis de serem realizadas, as demandas que estavam relacionadas com outros ministérios entravam num rol que necessitaria de uma ação política que envolveria o alto escalão, no caso os ministros de outras áreas, a combinação de interesses

---

<sup>54</sup> BRASIL. Ministério da Cultura. Ata 5ª Reunião GT Indígena realizada em 9 de novembro de 2005.

recíprocos e vontade política, o que significava mais tempo para uma concretização ou a possibilidade de não serem atendidas.

Com base nessas premissas, foi possível equilibrar as expectativas e priorizar o que estava mais ao alcance do MinC. Mesmo assim, os gestores da SID sabiam que seriam necessários acordos políticos, feitos internamente no Ministério, tendo em vista que as instituições tinham suas prioridades – e, em alguns casos, a temática indígena não estava entre elas.

Outra questão a ser levada em consideração era a orçamentária. Os recursos para a pasta da Cultura eram (e continuaram sendo) historicamente poucos. Isso levou os gestores a buscar soluções com parcerias institucionais, dentre elas com as empresas estatais, por meio da Secom pela Coordenação de Patrocínios Estatais, responsável pelo encaminhamento de projetos prioritários dos ministérios e que poderiam utilizar a Lei Rouanet, como foi explicitado na terceira reunião do GTI. Além da criação da campanha de valorização para veiculação na TV.

Dentre as estatais, a Petrobras era uma das que mais patrocinavam a área cultural. A empresa fomentava a produção e a manutenção de grupos de teatro, dança, música, orquestras sinfônicas, festivais de teatro, cinema e produções de audiovisual.

Correios, Eletronorte, Itaipu Binacional, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal também faziam parte desse rol de estatais patrocinadoras. A prática de utilizar empresas estatais para projetos de interesse do Governo foi muito criticada. Argumentava-se que havia uma competição com projetos da sociedade. Isso não deixava de ser verdade, mas, por outro lado, os projetos contemplados não eram de interesse do mercado, ou seja, das empresas privadas, que utilizavam recursos públicos (renúncia fiscal) para patrocinar projetos de seu interesse, especialmente vinculados a seu *marketing*. É preciso considerar que, no caso dos indígenas, esses projetos foram construídos de forma partilhada, com preocupação republicana e amparado pela Constituição de 1988. Portanto, não havia nenhuma incoerência nos patrocínios.

O primeiro ano de atuação do GTI chegaria ao fim com a criação do relatório. Os integrantes demonstraram uma preocupação sobre a continuidade do grupo. Essa preocupação foi sanada pela existência da portaria que

determinava que o prazo de vigência do grupo (até 31 de dezembro de 2005<sup>55</sup>), poderia ser prorrogado. Isso efetivamente aconteceu e o GTI se tornou um espaço de consulta para qualquer questão relacionada aos indígenas no MinC. Como veremos adiante, as atribuições do GTI seriam repassadas ao Colegiado Setorial das Culturas Indígenas, instância do Conselho Nacional de Política Cultural.

O próximo capítulo será destinado a discorrer sobre as principais ações que foram implementadas para atender as diretrizes do relatório final (Anexo III).

---

<sup>55</sup> Portaria Ministerial nº 62. Diário Oficial da União, em 19 de abril de 2005 - Art. 5º - O prazo de vigência para a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho será até 31 de dezembro de 2005, podendo ser prorrogado.

## **2 MÃO NA MASSA: AS AÇÕES DE FOMENTO E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS INDÍGENAS**

Em janeiro de 2006, fui nomeado para o cargo de gerente de Políticas para a Diversidade Cultural na SID. Dentre outras atribuições, passei a implementar as políticas, conforme as diretrizes apontadas no relatório do GTI. A relação do MinC com os indígenas estava restrita aos representantes que participavam do GTI e seus convidados. Era preciso, portanto, criar uma ação inicial que permitisse chegar aos povos indígenas, criar um mapeamento e ter um diagnóstico da situação da cultura desses povos.

O que existia de conhecimento desses povos, até aquele momento, estava restrito à produção acadêmica, desenvolvida pela antropologia e por etnografias realizadas, algumas delas com publicação de livros, ou por iniciativas de ONGs por meio de projetos culturais envolvendo exposições, publicações e documentários. De qualquer forma, essa produção na maioria das vezes era realizada ou viabilizada por não indígenas. Esse era um ponto importante nas estratégias de ação a serem construídas; o mapeamento deveria ser realizado pelos próprios indígenas, da sua maneira e com a sua oralidade.

A primeira providência para ter acesso a recursos orçamentários foi providenciar o cadastro das ações no programa da secretaria no sistema no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). No MinC, a SID era a responsável pelo programa 1355 Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural, e criou a ação 2C690000 (Fomento a Projetos Direcionados à Cultura dos Povos Indígenas). A finalidade era “Valorizar e preservar as expressões dos povos indígenas por meio do desenvolvimento de iniciativas de produção e divulgação de suas culturas e da promoção do acesso dessas populações aos recursos públicos e privados”<sup>56</sup>.

Garantido o orçamento, o passo seguinte para a execução, que deve utilizar os mecanismos regulados pela Lei 8.666/93<sup>57</sup>, mas que, como apontado

---

<sup>56</sup> Cadastro das ações preliminares de 2008 no Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/ppa/2008-2011/elaboracao/emendas/400-ppa-2008-2011/480-cadastro-de-aco-es-versao-preliminar-programas>. Acesso em: 20 jun.2022.

<sup>57</sup> BRASIL. Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.666%2C%20DE%2021%20DE%20JUNHO%20DE%201993&text=Regulamenta%20o%20art.%2037%](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.666%2C%20DE%2021%20DE%20JUNHO%20DE%201993&text=Regulamenta%20o%20art.%2037%20)



pelo GTI, com processos burocráticos que exigem formação e capacitação para a submissão de projetos (exigências de certidões, regularidade fiscal, pagamentos de tributos, taxas e impostos, o conhecimento sobre o que e como pode ser gasto, contabilidade, controles e, por fim, a prestação de contas). Como diriam os indígenas, “tudo invenção do branco”. Assim, para atendê-los era preciso achar as brechas na legislação, nas quais fosse possível minimizar as dificuldades, a fim de contemplá-los.

Os contratos de projetos culturais só podem ser firmados com pessoas jurídicas, por intermédio de convênios, regulados pela Lei 8.666/93 que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O convênio não era, portanto, ainda (por falta de formação) um mecanismo apropriado para os indígenas. Havia, contudo, uma alternativa na mesma lei. A modalidade de “concurso”, prevista no artigo Art. 22<sup>58</sup>, que permitiria criar editais de premiação. Isso facilitaria muito a vida dos indígenas, que não precisariam se envolver com burocracia, prestação de contas e contemplaria a diretriz apontada no relatório.

## 2.1 A ideia do Prêmio Culturas Indígenas

Uma das estratégias de ação acordadas para o desenvolvimento do Eixo 2 – Valorização das Culturas Indígenas – foi a criação de um prêmio anual, cujo objetivo era destacar ações e projetos exemplares realizados por comunidades, lideranças, organizações indígenas e parceiros dos povos indígenas. Os projetos deveriam contemplar à promoção, ao fortalecimento, à circulação, ao intercâmbio e à divulgação das culturas dos povos indígenas. Assim, foi criado o edital - **Prêmio Culturas Indígenas (PCI)** -, a ser promovido anualmente pela

---

[2C%20inciso,P%C3%BAblica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A4ncias.](#)

Acesso em: 13 jun. 2022.

<sup>58</sup> § 4º: Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.666%2C%20DE%2021%20DE%20JUNHO%20DE%201993&text=Regulamenta%20o%20art.%2037%2C%20inciso,P%C3%BAblica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A4ncias..](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.666%2C%20DE%2021%20DE%20JUNHO%20DE%201993&text=Regulamenta%20o%20art.%2037%2C%20inciso,P%C3%BAblica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A4ncias..)

Acesso em: 13 jun. 2022.

SID/MinC, e que serviria como o primeiro mapeamento e o diagnóstico sobre as práticas culturais desses povos.

Descrevo agora detalhadamente a construção dessa ação<sup>59</sup> realizada após muitas articulações, conversas e trocas de experiência. Enfatizo e relaciono os principais colaboradores, geralmente invisibilizados na implantação das políticas públicas; sem eles, não seria possível alcançar os 92% dos povos indígenas<sup>60</sup>. Por tratar-se de uma primeira experiência, o aprendizado permitiu melhorar o processo em cada uma das quatro edições do Prêmio criada ao longo de 12 anos. Nessa dissertação será relatada a primeira edição e como se deu o processo.

No final do ano de 2005, a Coordenação de Patrocínios da Secom, atendeu à demanda solicitada na terceira reunião do GTI e sugeriu a Petrobras destinar recursos ao PCI, que respondeu com a disponibilidade de aportar dois milhões de reais, via Lei Rouanet. O passo seguinte foi identificar uma instituição que pudesse ser a proponente para o projeto, que seria submetida à Lei Rouanet. A SID propôs que uma instituição indígena fosse a proponente, desde que estivesse qualificada para lidar com a legislação, mas já prevendo o auxílio de consultoria e apoio do MinC desde o processo de criação até a execução e avaliação do projeto. Após consulta ao GTI, ficou definido que essa instituição seria a Associação Tenondê Porã, dos Guarani M'bia, aldeia urbana localizada no bairro de Parelheiros, no extremo sul da cidade de São Paulo.

Em reuniões de planejamento, discutiu-se sobre os custos administrativos e a infraestrutura necessária para a Associação Tenondê Porã atender aos desafios inéditos para eles. Pensou-se em divulgar o edital para todo Brasil, bem como as formas e o acolhimento das inscrições, para, com base nesses elementos, estabelecer a quantia, os valores a serem pagos aos premiados. Ao fim desse processo, determinou-se que seriam concedidos 80 prêmios no valor de R\$ 15 mil, o que totalizaria R\$ 1,2 milhão, e o restante (R\$ 800 mil) seria destinado ao custeio do projeto.

---

<sup>59</sup> Fonte: Relatório Final do PCI e de acompanhamento realizado pela Tenondê Porã e SID. Acervo digital Américo Córdula

<sup>60</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000 (referência 225 povos).

Na reunião de definição das categorias de premiação, com participação de representantes do GTI. Durante uma dinâmica, um fato chamou a atenção. Para saber que tipo de iniciativa seria premiada e como categorizá-las, surgiram entre as propostas: cultivo de alimentos, casa de parto, ensino da língua e medicina tradicional, por exemplo. Os gestores do MinC questionaram sobre o porquê haveria temas ligados a outros ministérios, como Agricultura, Saúde e Educação. Então, Siridwê Xavante retrucou: “Vocês brancos segmentam tudo. Para nós, indígenas, está tudo ligado; sem terra, não tem cultura, nem saúde, nem educação”. Depois dessa advertência, ficou definido que todas as propostas inscritas seriam acolhidas.

Vencida essa etapa, a próxima questão estava relacionada à forma de inscrição. Em geral, são solicitadas informações, via formulário, sobre como os projetos culturais são apresentados e desenvolvidos. Isso se dá por meio de descrições sobre os objetivos, as ações e, depois, esse material é enviado pelo correio ou pela internet. Esse processo dificultava a participação dos povos indígenas, pois, além não dominarem a escrita em português, não tinham acesso fácil à internet e correios. Assim, as regras do concurso exigiriam uma estratégia de divulgação e inscrição diferenciada, que chegassem às aldeias e às terras indígenas.

Outra proposição sugeria que a edição do PCI fizesse homenagem a uma liderança que tivesse lutado pela causa indígena, que tenha feito a passagem e que fosse uma referência - lembrado, reconhecido e valorizado pelas novas gerações.

O tema foi discutido no GTI e ficou definido que, naquela primeira edição, seria homenageado Ângelo Cretã, nascido em Mangueirinha, no Paraná. Ele foi o primeiro indígena a exercer um cargo político no Brasil: em 1976 elegeu-se vereador e trabalhou muito a favor de seu povo, especialmente no que diz respeito à luta contra os posseiros da região próxima a Mangueirinha, a Chapecozinho, a Nonohai e ao Rio das Cobras, no Estado do Paraná. Cretã vinha sofrendo ameaças de morte em razão de sua luta pelo resgate e demarcação de terras. Sua morte, em 1980, ocorreu num acidente até hoje não esclarecido. Seu filho Romancil Cretã, citado algumas vezes nessa dissertação, herdou a causa e foi um dos representantes no GTI e o primeiro conselheiro

indígena no CNPC. Dessa maneira, ficou aprovado o I Prêmio Culturas Indígenas – versão Ângelo Cretã.

**Figura 5** – Logotipo do Prêmio Culturas Indígenas – Edição Ângelo Cretã



Fonte: Material divulgação SID

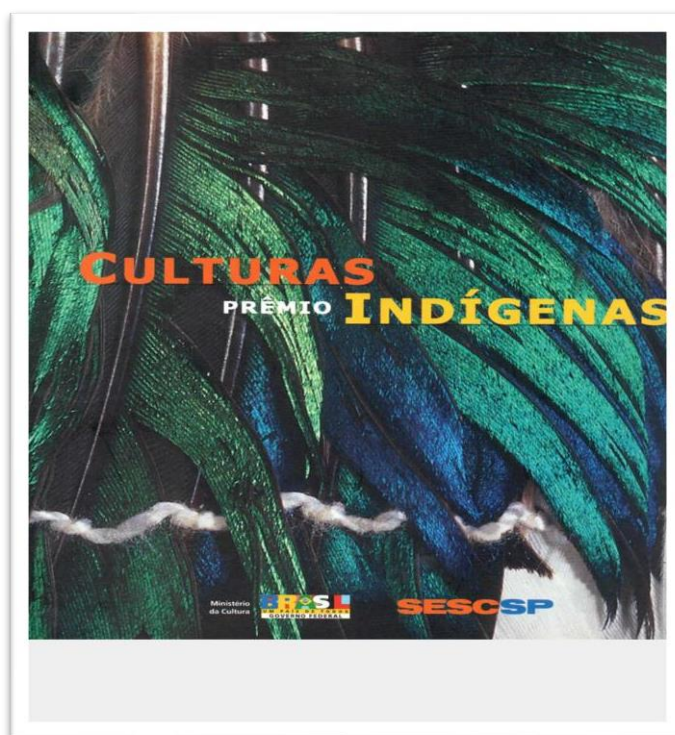
## **2.2 Articulações institucionais e parcerias para o PCI**

As parcerias foram sendo consolidadas de várias formas. Dentre elas, destacam-se a distribuição da cartilha, criada para divulgar e orientar a inscrição do Prêmio, a organização de oficinas de inscrição e o registro de iniciativas, o preenchimento do formulário/ficha de inscrição, a gravação em áudio e vídeo das iniciativas, a facilitação do envio das iniciativas para o MinC, a cessão de infraestrutura para o trabalho dos articuladores regionais (caso da Fundação Nacional de Saúde - Funasa)/MT, UFMT e Casa Civil/MT), e a divulgação nas mídias institucionais - especialmente em rádios e *sites*.

Além das parcerias institucionais do governo, tivemos a participação do Sesc-SP, que cedeu infraestrutura para a coordenação do Prêmio, a cargo da Associação Tenondê Porã, que tem sua sede na aldeia em Parelheiros. O Sesc cedeu uma sala de sua unidade no Sesc Carmo, no centro de São Paulo, mobiliada com móveis de escritório. Lá foi instalado o escritório central das atividades. Também houve cessão de salas de internet para inscrições *online* e mais dois espaços: o auditório, para grandes reuniões com os articuladores regionais e a equipe do MinC, bem como as oficinas de capacitação para

comunidades indígenas, e uma outra sala de apoio, onde foram montados os *kits* de divulgação com as fichas de inscrição, cartilhas, cartazes e material de apoio para os articuladores de todas as regiões. Além disso, o Sesc utilizou o material enviado nas inscrições como fotos, vídeos, textos e áudios para criar a publicação do catálogo com as iniciativas homologadas e as premiadas, produzindo uma cartografia com textos explicativos das etnias existentes em cada região; essa publicação tornou-se um importante material didático. Isso permitiu que avaliássemos melhor a motivação dos povos e quais as suas preocupações. Dentre elas, destacamos a memória, o desejo de recuperar cantos, danças e festas, que se perderam ao longo do tempo, assim como o modo tradicional de fazer os alimentos, plantas, práticas fitoterapêuticas, construções de habitações, jogos e brincadeiras, mitos e crenças, artesanato, catalogação de plantas medicinais e sementes, com a preocupação de passar para futuras gerações o conhecimento tradicional.

**Figura 6** – Capa do Catálogo Prêmio Culturas Indígenas: Edição Ângelo Cretã



**Fonte:** Editora Sesc, 2006.

### **2.2.1 Articulações com entidades indígenas**

As organizações indígenas que participaram do GTI acionaram suas redes e se comprometeram com a abertura de espaços nos eventos previstos no seu calendário, que reuniam vários grupos e etnias e faziam a divulgação. Isso ocorreu em todas as regiões, sobretudo no Norte, no Sul e no Centro-Oeste.

### **2.2.2 Parcerias do Governo Federal**

As principais parcerias estabelecidas no âmbito do Governo Federal foram as listadas a seguir.

➤ Funai – As principais relações estabelecidas foram com a Coordenação Geral de Educação (CGE), a Coordenação Geral de Artesanato (CGART) e a área de comunicação. A primeira colaboração da Funai foi a liberação da lista de endereços de comunidades e organizações indígenas disponíveis na CGE. Por meio dela, foram constituídas outras parcerias, com as Administrações Regionais (AER) e postos da Funai. A CGART ficou responsável e encaminhou para as AERs 500 manuais e orientações para serem distribuídos nas aldeias. Tanto a CGART quanto a CGE conversaram com os funcionários que atuam nas localidades, para sensibilizá-los para a divulgação do Prêmio e colaborarem com o preenchimento do formulário e envio dos materiais para o MinC. É importante ressaltar que, em muitas localidades, uma das únicas formas de acesso aos Correios é feita por funcionários da Funai. Destaque para a parceria que ocorreu em Pernambuco (articulada pelo Escritório Regional do MinC) e no Sul (no PR, SC e RS), pela Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpin Sul).

➤ Funasa – O contato com a Funasa foi estabelecido diretamente com a direção, sediada em Brasília. Desse contato resultou a entrega de uma lista de endereços, mas a mobilização da rede nacional da Funasa foi feita por meio da ação dos articuladores regionais, sobretudo nas regiões Sul e Centro-Oeste (de acordo com as informações disponíveis fornecidas por esses articuladores em seus relatórios). O trabalho da Funasa foi de divulgação do manual, apoio ao preenchimento do formulário/ficha de inscrição, identificação e estímulo à apresentação de iniciativas relevantes,

facilitação do envio das correspondências para o MinC e organização do evento de premiação.

➤ Ministério do Meio Ambiente – Carteira Indígena. O apoio da Carteira Indígena deu-se, sobretudo, na disponibilização de uma lista de endereços de organizações indígenas e de escolas indígenas. Como não possuem uma rede e a equipe está sediada em Brasília, não há condições para colaborarem na mobilização local das comunidades e organizações. O trabalho de divulgação do Manual foi realizado na medida do contato deles com lideranças indígenas que os procuram em função dos projetos da Carteira.

➤ Ministério da Educação – O apoio da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena foi limitado, apesar da disponibilidade individual de seu coordenador. Seu apoio se deu na divulgação de notas direcionadas para o seu *mailing* para as organizações e escolas indígenas, além de instituições governamentais e não governamentais que atuam na área.

➤ Ministério do Desenvolvimento Social – Esse Ministério colaborou com o repasse de algumas informações que integraram o banco de dados. O potencial desse ministério foi pouco explorado, em relação aos seus contatos com comunidades indígenas que participam do Bolsa-Família. Há também uma área que atua diretamente na implementação de projetos que abrangem comunidades indígenas.

➤ Rádio Nacional da Amazônia – Única mídia que chegava às regiões da Amazônia. Pelas ondas do rádio, as oficinas realizadas na região foram divulgadas. As inscrições podiam ser recebidas na rádio via carta.

### **2.2.3 Parcerias Regionais**

As parcerias naturais do MinC estavam relacionadas às sete representações regionais do MinC, presentes em, pelo menos, uma capital por região ou pelos escritórios estaduais do Iphan, presentes em todo Brasil. Também presentes as representações regionais dos órgãos federais (sobretudo Funai e Funasa), as secretarias estaduais que atuam com povos indígenas, organizações não governamentais não indígenas e universidades.

Essas redes articulam um conjunto de organizações indígenas regionais e locais. Foi criado um banco de dados com o registro de aproximadamente 400

organizações indígenas, cujos endereços foram enviados por essas redes indígenas e outros parceiros. Todas as organizações indígenas listadas e com endereço presente no banco de dados receberam os manuais para serem distribuídos para comunidades e lideranças indígenas. A quantidade de manuais por organização foi estabelecida pelas redes e pelos articuladores regionais, conforme segue.

➤ **Região Norte**

Organizações Indígenas

- Associação do Movimento de Agentes Agroflorestais (Amaai – AC).
- Associação das Mulheres Indígenas Kaxinawá (Apiti-Kaxi - AP).
- Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (Apio).
- Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (Apitu).
- Associação Kaxinawa do Karapanã (Askap).
- Conselho das Aldeias Wajãpi Apinã (Waiãpi - AP)
- Conselho Indígena do Roraima (CIR).
- Coiab.
- Coordenação das Organizações Indígenas do Amazonas (Coiam).
- Coordenação dos Professores Indígenas da Amazônia (Copiam).
- Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).
- Organização das Mulheres Indígenas do Roraima (Omir).
- Organização dos Povos Indígenas do Juruá (Orpij).
- Organização dos Professores Indígenas do Acre (Opiac).
- Organização dos Professores Indígenas do Município de Oiapoque (Opimo).

Organizações não governamentais não indígenas

- Centro de Trabalho Indigenista (CTI/MA).
- Conselho dos Povos Indígenas (CPI/AC).
- Conselho Indigenista Missionário (Cimi/PA).
- Instituto Socioambiental (ISA).
- Instituto de Formação e Pesquisa Indígena (Iepe/AP).
- The Nature Conservancy (TNC/AM).

Organizações Governamentais



- Fundação Estadual dos Povos Indígenas (Fepi/AM– AM).
- Secretaria de Estado da Educação do Acre.
- Secretaria de Estado da Educação do Maranhão.
- Secretaria de Estado da Educação do Roraima.
- Secretaria Especial dos Povos Indígenas do governo do Acre (Sepi/AC).
- Secretaria Estadual de Educação do Estado do Amazonas.

## ➤ **CENTRO-OESTE**

### Organizações Indígenas

- Associação Indígena Waimare.
- Halitinã Saúde.
- Halitinã.
- Instituto de Defesa das Tradições Indígenas (Ideti).
- Kapey (Kraho – TO)
- Organização dos Professores Indígenas do Mato Grosso (OPRIMT).
- Organização Indígena do Tocantins (OIT).

### Organizações não governamentais não indígenas

- Centro de Apoio ao Desenvolvimento Social (Cabs).
- Centro de Trabalho Indigenista (CTI – /TO).
- Operação Amazônia Nativa (Opan).
- Pastoral da Criança Indígena

### Organizações governamentais

- Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena – MT.
- Funai (Administrações regionais e postos locais) MT e MS.
- Funasa (Polos Base) – MT, MS e GO.
- Superintendência Estadual de Assistência ao Índio – Casa Civil – MT.

### Universidades

- Universidade Federal do Mato Grosso.

➤ **SUDESTE**

Organizações Indígenas

- Associação Guarani Tembiquai.
- Associação Guarani Tenonde Porã.
- Associação Guarani Tjeru Miri M`bae Kuaa`i.
- Associação Indígena Cariri – SP.
- Conselho Estadual dos Povos Indígenas.
- Ideti.
- Instituto Teko Arandu – Memória Viva Guarani.
- SOS Pankararu.

Organizações não governamentais não indígenas:

- CPI-SP
- CTI.
- ISA.
- Oboré
- Sesc-SP

Organizações governamentais

- Funai (SP, MG e ES).
- Funasa.
- Ministério da Cultura – MG.
- Núcleo de Assuntos Indígenas (NAI/Cepam).
- Prefeitura de Avaí.
- Prefeitura de Braúna.
- Prefeitura de Miracatu.
- Secretaria de Estado da Educação – MG.
- Secretaria de Estado de Educação - ES.

Universidades

- Universidade de São Paulo.
- Universidade Federal de Minas Gerais.
- Universidade Federal de São Paulo.

➤ **SUL**

Organizações Indígenas

- Arpin/Sul.
- Conselho Estadual dos Povos Indígenas – PR.
- Conselho Estadual dos Povos Indígenas – RS.
- Conselho Estadual dos Povos Indígenas – SC.
- Organização Resgate Crítico da Cultura Indígena do Paraná (ORCCIP).

Organizações Governamentais

- Funai – PR, SC e RS.
- Funasa - PR, SC e RS.

➤ **NORDESTE**

Organizações Indígenas

- Apoinme
- Associação dos Professores Indígenas Tapeba -- CE (Apoint).
- Comissão dos Professores Indígenas de Pernambuco (Copipe).

Organizações não governamentais não indígenas

- Centro de Cultura Luís Freire.
- Fundação Joaquim Nabuco.

Organizações Governamentais

- Funai – PE, AL, BA, SE, CE.
- Funasa – PE, AL, BA, SE, CE.
- MinC – Representação Regional Nordeste.
- Prefeitura Municipal de Olinda.
- Prefeitura Municipal de Recife.
- Secretaria de Estado de Educação – PE.

### **2.3 As oficinas de Divulgação do Prêmio no Brasil**

Concluído o levantamento dos endereços das comunidades, foi iniciado o processo de capacitação dos indígenas para as inscrições ao Prêmio. Paralelo

ao Edital, a Associação Guarani Tenonde Porã realizou essas atividades de capacitação para os membros de organizações culturais dos Povos Indígenas, com vistas à formulação e à implementação de projetos culturais. A divulgação e a assessoria nas comunidades indígenas para formulação das demandas, possibilitou maior diálogo entre o MinC e as aldeias. O trabalho foi realizado nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e na região Norte. A Apoinme, responsável pela articulação regional, participou de alguns eventos regionais e divulgou o Prêmio. A articulação das oficinas voltadas para a elaboração das iniciativas teve a participação das representações regionais do MinC, com apoio da Funai e de outros órgãos regionais e estaduais.

➤ **Cronograma de Lançamento do Prêmio e Oficinas**

- 16/08/2006 – Lançamento do Prêmio Culturas Indígenas 2006 - Edição Ângelo Cretã. Local: Auditório do Complexo Cultural do Ministério da Cultura.
- 04/09/2006 – Lançamento do Prêmio em Curitiba. Local: Auditório Brasília Itiberê da Secretaria Estadual da Cultura (Rua Ébano Pereira, 240).
- 20/09/2006 – Lançamento do Prêmio em Rio Branco com 20 participantes. Local: Secretaria dos Povos Indígenas do Estado do Acre (Rua Rui Barbosa, 17 – Centro).
- 23/09/2006 – Lançamento do Prêmio em Belo Horizonte. Local: Centro Cultural UFMG (avenida Santos Dumont, 174 - Centro).
- 11 e 12/10/2006 – Lançamento do Prêmio Culturas Indígenas no Amazonas. Local: São Gabriel da Cachoeira.
- 13 e 14 - Lançamento em Manaus. Local: Sede da Coiab (Av. Airão, 235 - antiga Matinha).
- 19/10/2006 – Oficinas de lançamento do Prêmio em Olinda – PE (com a participação de 31 líderes de etnias indígenas nordestinas). Local: Conselho Pastoral dos Pescadores, no bairro de Rio Doce (Avenida Gov. Carlos Lima Cavalcanti, nº 4688, Rio Doce – Olinda).
- 26/10/2006 – Oficinas de Divulgação do Prêmio Culturas Indígenas em São Paulo. Local: Sesc Carmo (Rua do Carmo, 147 – Centro).

- 30/10/2006 - Oficina de Divulgação do Prêmio Culturas Indígenas no ES. Local: Aldeia Caieiras Velha, localizada no município de Aracruz (ES).
- 31/10/2006 - Oficina de Divulgação do Prêmio Culturas Indígenas em Bauru. Local: Sala de atividades do Sesc Bauru (Avenida Aureliano Cardia, 6-71 - Vila Cardia).
- 07 /11/2006 - Oficina de Divulgação do Prêmio/Capacitação das Culturas Indígenas em Cotia - SP. Local: Eduardo Park Hotel, Km 4 (Estrada Caucaia do Alto – Cotia / SP).
- 10 /11/2006 - Oficina de Divulgação do Prêmio/Capacitação das Culturas Indígenas na Aldeia Monguba, no Município de Pacatuba – CE. Local: Aldeia Pitaguary de Monguba (Rua Santa Inês, 600 – município de Pacatuba). Participantes: representantes de ONG indígenas e órgãos governamentais, como Funai, Funasa, Copice, Associação Missão Tremembé e Adelco (Associação para o Desenvolvimento Local Coproduzido). Entre os indígenas, estiveram representantes das etnias pitaguary, tapeba, tremembé, genipapokanidé, tabajara, potiguara e kanidé.
- 12 /11/2006 - Oficina de Divulgação do Prêmio Culturas Indígenas na Paraíba. Local: Aldeia Camurupim, município de Marcação – PB. Participantes: indígenas potiguaras.
- 26/11/2006 - Oficina de Divulgação do Prêmio Culturas Indígenas em Arapiraca – Alagoas. Local: Hotel Plaza. Participantes: indígenas das etnias xukuru-kariri, karapotó, xocó, kariri-xocó, vassu e jeripancó.
- 29/11/2006 - Oficina de Divulgação do Prêmio Culturas Indígenas em Paulo Afonso – BA. Local: Memorial da Chesf. Participantes: xucuru-kariri, pankararu, pankararé.
- 6 e 7/12/2006 - Oficina de Divulgação do Prêmio Culturas Indígenas em Redenção – PA. Local: Chácara dos Padres – Redenção. Participantes: kayapó.

#### **2.4 Categorias para Inscrição no Prêmio**

Aberto a todas as comunidades indígenas localizadas no Brasil, o Prêmio Culturas Indígenas destinou-se às iniciativas indígenas de fortalecimento cultural, entendendo-se por “iniciativas indígenas” as ações ou algum tipo de trabalho realizado pela comunidade para fortalecer as tradições de sua cultura. Assim, o Prêmio destinou-se às comunidades indígenas que estão se

esforçando para que os costumes e a sabedoria de seu povo sejam transmitidos aos mais jovens e respeitado por todos.

Desse modo, a premiação não se refere a coisas ou partes da cultura, mas, sim, a projetos ou trabalhos de comunidades indígenas que procuram fortalecer e valorizar a sua cultura, o seu jeito próprio de viver e de entender o mundo (por exemplo, uma festa tradicional não era suscetível de concorrer ao Prêmio, mas o esforço de uma comunidade ou grupo para continuar fazendo uma festa que vem sendo esquecida ou que deixou de ser feita, sim); não eram as peças de artesanato que podiam ser premiadas, mas o trabalho de voltar a fazer objetos e enfeites tradicionais que haviam sido abandonados (ou o trabalho de produzir e vender esse artesanato para trazer recursos para a comunidade, ou para que a arte desse grupo seja conhecida por outros povos indígenas e não indígenas).

Foram 15 as categorias destinadas à inclusão dos projetos relacionados às expressões culturais indígenas, conforme seguem.

- a) Religião, rituais e festas tradicionais.
- b) Língua indígena.
- c) Mitos, histórias e outras narrativas orais.
- d) Músicas, cantos e danças.
- e) Textos escritos.
- f) Teatro e histórias encenadas.
- g) Audiovisual, CDs, cinema, vídeo ou outros meios eletrônicos.
- h) Memória e patrimônio: documentação, museus e pesquisas aplicadas.
- i) Medicina tradicional.
- j) Alimentação: plantio/coleta de produtos naturais e culinária tradicional.
- k) Jogos e brincadeiras.
- l) Artesanato.
- m) Pinturas corporais, desenhos, grafismos e outras formas de expressão simbólica.
- n) Arquitetura tradicional.

o) Educação e práticas educacionais que valorizem as culturas indígenas.

## **2.5 Inscrições Democráticas**

Atendendo a uma solicitação do Grupo de Trabalho Indígena, no sentido de que os procedimentos de inscrição fossem simplificados ao máximo, de modo a permitir que todas comunidades indígenas tivessem acesso (mesmo aquelas para as quais as formas burocráticas de preenchimento de formulários pudessem representar um empecilho à participação), foi adotado um procedimento inédito, de flexibilização, na apresentação da ficha de inscrição. As perguntas apresentadas no formulário podiam ser respondidas por escrito – datilografadas, digitadas ou à mão – ou por meio de gravação de voz ou imagem. Por se tratar de uma inovação, era preciso submeter esse formato de inscrição ao parecer técnico da Assessoria Jurídica do MinC, constituída por servidores da Advocacia Geral da União, para garantir a viabilidade desse procedimento e não incorremos em alguma irregularidade. A consulta foi realizada com certa preocupação. A justificativa apresentada considerava a necessidade de criar um formato inclusivo, por conta dos motivos já citados. Qual a nossa surpresa quando o advogado confirmou a forma de inscrição, alegando que o direito é uma tradição oral; ele nos lembrou que julgamentos são sessões de expressão oral e que a palavra expressa oralmente tem fé jurídica. Assim, o PCI foi o primeiro edital com inscrição oral realizado no MinC, salvo engano na história. Esse parecer tornou-se uma jurisprudência para futuros editais que precisassem de inscrições para pessoas que não dominam a escrita em português, o que beneficiou povos e comunidade tradicionais, como ciganos, culturas populares, quilombolas, povos de terreiros e Cultura Viva. Em pouco tempo, esse modelo seria utilizado em editais de municípios e estados.

Além da simplificação, que democratizou a participação das comunidades indígenas, também houve ineditismo na obrigatoriedade de o projeto inscrito ser endossado pela comunidade implicada. Isso foi realizado por meio da obrigatoriedade de apresentação de um documento ou um vídeo realizado pelo representante ou por lideranças, declarando tratar-se de um trabalho daquela comunidade que se inscreveu, o que significava que todos os direitos sobre

produtos desse trabalho, inclusive o dinheiro, caso ganhassem o Prêmio, seriam da comunidade. As propostas das iniciativas – no máximo três para cada organização ou comunidade – podiam ser enviadas pelo correio ou feitas pela Internet.

## **2.6 A Comissão de Seleção**

A 1ª Edição do Prêmio Culturas Indígenas teve uma comissão de seleção mista, integrada por Indígenas e não indígenas. A seguir, detalhamos a sua composição.

### **➤ Indígenas**

#### Região Norte

- Gersem José dos Santos Luciano (Baniwa) e Francisco Apurinã, representantes da Coiab.

#### Região Nordeste

- Antônio Pessoa Gomes – Caboquinho (Potiguara) e Antônio Ricardo Domingos da Costa – Dourado (Tapeba), da Apoinme.

#### Região Centro-Oeste

- Magno Amaldo da Silva (Bakairi) e Xisto Tserenhimi'rami (Xavante), ambos representando a OPRIMT.

#### Região Sudeste

- Timóteo da Silva Verá Popygua (Guarani), do Cepisp.

#### Região Sul

- Romancil Gentil Cretã, da Arpin. Presidente da Organização Resgate Crítico da Cultura Indígena do Paraná.

### **➤ Não indígenas**

- Américo Córdula (SID/MinC).
- Helena Stileni de Biase (Funai).
- Luís Donisete Grupioni (MEC).
- Maria Fátima Roberto Machado (ABA).
- Maria Inês Ladeira (CTI).
- Marina Herrero (Sesc/SP).



- Raimunda Nonata Carlos Ferreira (Funasa).

## 2.7 Seleção e Premiação

A comissão de seleção do Prêmio Culturas Indígenas decidiu distribuir os prêmios por região, o que preconizava o equilíbrio na representatividade regional e étnica dos povos indígenas brasileiros. Assim, a classificação e seleção das iniciativas e a distribuição dos prêmios foi realizada regionalmente conforme segue.

- a) Região Norte – classificados 45 e selecionados 24 prêmios (30%).
- b) Região Centro-Oeste – classificados 38 e selecionados 20 prêmios (15%).
- c) Região Nordeste – classificados 30 e selecionados 16 prêmios (20%).
- d) Região Sudeste – classificados 23 e selecionados 12 prêmios (15%).
- e) Região Sul – classificados 16 e selecionados 9 prêmios (10%).

Por proposta de Romancil Cretã, acatada pela Comissão, foi acrescido mais um prêmio para a Região Sul, totalizando, portanto, 82 prêmios<sup>61</sup>.

## 2.8 Distribuição regional

O número total de projetos inscritos na Edição Ângelo Cretã do Prêmio Culturas Indígenas foi de 443 distribuídos por região, conforme tabela seguinte.

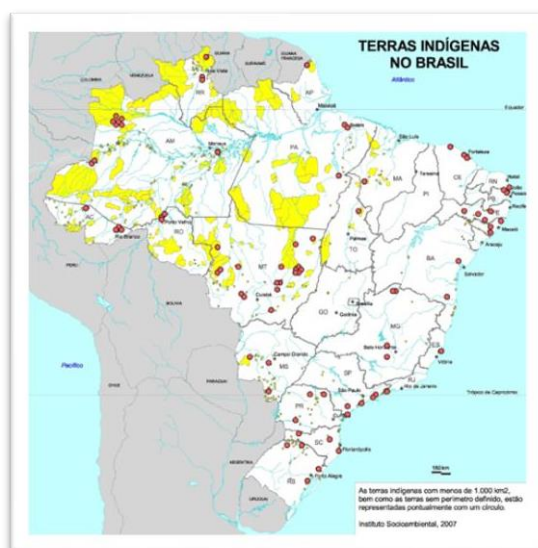
**Tabela 1** – Projetos inscritos por região

REGIÃO	PROJETOS INSCRITOS
Norte	115
Nordeste	104
Centro-Oeste	78
Sudeste	77
Sul	69
<b>TOTAL</b>	<b>443</b>

Fonte: Catálogo Prêmio Culturas Indígenas. Edições Sesc, 2006.

<sup>61</sup> A lista completa dos selecionados está no Anexo VI.

**Figura 7 - Mapa de distribuição dos premiados no PCI 2006.**



Fonte: Catálogo Prêmio Culturas Indígenas. Edições Sesc, 2006.

A análise dessa distribuição geográfica das iniciativas inscritas revela que a participação das comunidades indígenas no Prêmio Culturas Indígenas foi equilibradamente distribuída por todo o território nacional. Os projetos inscritos também foram distribuídos de maneira bastante equilibrada pelas 15 categorias propostas, sendo que todas elas foram objeto de alguma iniciativa inscrita. A grande maioria dessas iniciativas distribuiu-se por três categorias, totalizando 45%, sendo: artesanato (16%), música, canto e danças (15%) e religião, rituais e festas (14%), conforme tabela seguinte (importante informar que as iniciativas contemplaram, em alguns casos, mais de uma categoria).

**Tabela 2 – Iniciativas inscritas**

MODALIDADE	INSCRITOS	%
Artesanato	56	16
Música, canto e danças	52	15
Religião, rituais e festas	47	14
Língua indígena	36	11
Alimentação	34	10
Educação e práticas educacionais que valorizem a cultura indígena	26	8
Medicina tradicional	23	7
Memória e patrimônio	13	4
Mitos, história e narrativas orais	11	3
Pinturas corporais, desenhos, grafismos e expressão simbólica	9	3
Audiovisual	7	2
Arquitetura tradicional	6	2
Textos escritos	5	2
Jogos e brincadeiras	5	2
Teatro e histórias encenadas	3	1

Fonte: Catálogo Prêmio Culturas Indígenas. Edições Sesc, 2006.

As aldeias indígenas que inscreveram suas iniciativas no Prêmio apresentaram também uma grande diversidade de línguas existentes em suas respectivas comunidades. Além do português, língua adotada por diversos povos, às vezes em detrimento da língua de origem, foram declaradas 84 línguas indígenas. Algumas delas são faladas por toda a comunidade; outras, por apenas alguns indivíduos, à medida que a língua tradicional vai sendo abandonada, seja devido à imposição histórica do português, pela proibição no passado do uso de suas línguas ou seja pela importância econômica e social que o português adquire aos olhos da população jovem. Daí a importância das 36 iniciativas inscritas na categoria Língua Indígena, que visa a revitalizar as línguas tradicionais da comunidade. Por este motivo, as 84 línguas declaradas representam um número significativo de diversidade linguística, tendo em vista que, no Brasil, subsistiam naquele momento cerca de 180 línguas indígenas<sup>62</sup>.

## **2.9 Avaliação dos Resultados**

Para se compreender o alcance da primeira edição do Prêmio Culturas Indígenas, deve-se ter em mente alguns dados referentes à população indígena no Brasil.

- Em todo o país, havia, à época, 225 etnias indígenas, que falavam cerca de 180 línguas;
- o total da população indígena contabilizado pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2000 foi de 734 mil pessoas, que se autoidentificaram genericamente como indígenas;
- desse total, cerca de 480 mil vivem em Terras Indígenas e em áreas urbanas próximas.

O número de habitantes das aldeias, declarados nas inscrições, chega a 344.998. A tabela seguinte mostra a distribuição por região.

---

<sup>62</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

**Tabela 3 – Inscrições por região**

REGIÃO	INSCRITOS
Norte	115.320
Nordeste	95.955
Centro-Oeste	81.582
Sul	33.918
Sudeste	18.223
<b>TOTAL</b>	<b>344.998</b>

Fonte: Catálogo Prêmio Culturas Indígenas. Edições Sesc, 2006.

Esse valor está baseado na autoavaliação dos responsáveis pelas iniciativas. Inicialmente, é importante ressaltar a importância da abertura do Prêmio às populações indígenas que habitam áreas urbanas. Tratava-se do reconhecimento de que essas populações estavam se esforçando para fortalecer suas identidades, apesar de terem saído de suas aldeias, seja por motivo de estudo ou em busca de melhores condições de vida.

Considerando que uma manifestação cultural só pode ser preservada na medida em que os indivíduos que a praticam e que com ela se identificam continuem a atribuir-lhe um valor e uma importância em suas vidas, pode-se dizer que, em se tratando de tradições culturais, as ações de fomento do poder público são viáveis apenas quando a população se sente implicada nelas.

Já se pode avaliar, portanto, que a expressiva participação da população indígena nesta ação do MinC demonstrava que essas comunidades já estavam, em grande parte, conscientes sobre a importância de sua cultura e de suas formas de ver o mundo. Essa consciência se traduz em ações de preservação, estímulo e visibilidade das expressões de suas culturas tradicionais. Elas estão superando as antigas políticas integracionistas e paternalistas, sendo capazes de afirmar, com maior confiança, suas identidades, em um país que se abria cada vez mais para a realidade de nossa pluralidade cultural. A participação da comunidade indígena vinha, assim, a legitimar e a conferir importância às ações da SID/MinC em prol da identidade e da diversidade cultural indígena no país.

A realização da 1ª Edição do Prêmio possibilitou também o envolvimento e a articulação de várias redes de organizações indígenas e não indígenas governamentais e não governamentais que atuavam com os povos indígenas no Brasil. O sucesso da primeira edição do Prêmio somente se tornou possível pela atuação dessas redes e pelas parcerias constituídas em cada região.

A adesão das comunidades e organizações indígenas ao Prêmio Culturas Indígenas – Edição Ângelo Cretã - demonstrava a existência de um grande número de iniciativas de fortalecimento das expressões culturais que ocorriam em todas as regiões do Brasil. Eram ações voltadas para a revitalização e o aprendizado da língua materna, o incremento da medicina tradicional, o fortalecimento das tradições orais, o registro e a divulgação de histórias, mitos, cantos, danças, grafismos e outras expressões simbólicas, religião e rituais religiosos, dentre outros.

O aumento da população indígena e a emergência de povos indígenas em vários estados era uma realidade, inclusive no Piauí e no Rio Grande do Norte, cuja presença indígena era dada como desaparecida. Entretanto, eles se reestruturaram e assumiram sua identidade diante da sociedade nacional, requerendo, para tanto, o apoio das políticas públicas.

## **2.10 Produtos resultantes**

Os produtos resultantes foram muitos e alguns, impossíveis de serem mensurados, pois imateriais. Dentre os produtos materiais, podemos destacar a lista que segue.

- Banco de dados contendo mais de trezentos projetos e iniciativas culturais protagonizadas pelos povos indígenas, contendo variadas informações.
- *Mailing* contendo 5.000 endereços.
- Avanço no processo de mapeamento das expressões culturais praticadas pelos povos indígenas em suas comunidades.
- Publicação do Catálogo do Prêmio Culturas Indígenas – Edição Ângelo Cretã, realização e publicação do Sesc/SP.

Todas essas constatações permitem concluir que o Prêmio Culturas Indígenas foi uma ação bem-sucedida e que atendeu as diretrizes apontadas no relatório final do GTI. A criação da rede de apoio para que fossem viabilizadas as inscrições foi surpreendente; juntos, instituições federais, organizações não governamentais, pesquisadores de diversas universidades e até missionários de várias religiões, que, muitas vezes, eram o único contato com esses povos, levavam as cartilhas de inscrição, gravavam as iniciativas e enviavam ao MinC.

Percebemos, no meio do caminho, que pela Lei 8666, já criada aqui, o concurso deveria ter 45 dias para inscrição; em virtude da logística, contudo, dobramos o tempo. Também percebemos que a escolha para premiar 80 iniciativas de quase 450 inscritos deixou muitas delas de fora. A publicação do catálogo, uma parceria com o Sesc/SP, que editou e publicou 3.000 exemplares, enviados a todos participantes, com o resumo de todas as inscrições, fotos e a contextualização dos povos nas regiões, tornou-se um grande mapeamento da diversidade indígena e um documento rico para pesquisas.

O evento de premiação foi realizado em São Paulo, na unidade da Vila Mariana do Sesc/SP, entre 6 e 8 de dezembro de 2006. Aproveitamos a oportunidade da presença dos 82 contemplados para possibilitar o contato do público com essas iniciativas e, com base na programação dos cinco dias previstos, diminuir o distanciamento cultural. Possibilitar o contato do público do Sesc com diferentes expressões culturais e visões do mundo, era uma contribuição ao reconhecimento da identidade e da importância dos povos indígenas em relação à diversidade cultural brasileira. Além disso, viabilizou-se um encontro inédito de inúmeras lideranças de grande representatividade regional e étnica, abrangendo as mais diversas áreas compreendidas pelo conceito de cultura defendido pelo Prêmio. As atividades realizadas contaram com rodas de conversa sobre os temas presentes nas iniciativas inscritas, apresentações de música e dança, rodas de história, oficinas de artesanato e pintura corporal, exposições de fotografia e artesanato, além de espaço para degustação da culinária indígena.

A SID, após a análise dos resultados do Prêmio, resolveu tornar essa ação política permanente. Assim, em 2007, realizou a segunda edição do Prêmio, homenageando outra liderança indígena importante no Nordeste: Xicão Xukuru, líder de seu povo na luta pelo retorno à posse, à demarcação do território tradicional e pelo resgate e valorização da identidade *Xukuru*, em seus aspectos culturais e religiosos. Participou de forma decisiva da mobilização indígena no período em que se deu a Constituinte (1987/1988) e foi morto a tiros em maio de 1998.

Recebemos 696 inscrições de iniciativas, envolvendo um total de 193 povos. 102 iniciativas foram contempladas, o que abrangeu 85% das 225 existentes naquele momento. O valor do Prêmio ampliou-se para R\$ 24.000,00,

totalizando R\$ 2.448.000,00, patrocinados pela Petrobras, via renúncia fiscal pela Lei Rouanet.

### **2.11 Análise de impactos**

As iniciativas partilhadas e publicadas no Catálogo conformaram um rico material para pesquisa e diagnóstico para a tomada de decisões e implantação de ações emergenciais e destinação de subsídios para a definição do Plano Setorial das Culturas Indígenas, descritas na seção dedicada a esse tema. Antes, porém, ao analisá-las, é preciso verificar a situação de cada um desses povos em relação a seu território, confrontando com pesquisas realizadas pela academia e por relatórios de impactos realizados por Associações e ONGs indigenistas.

Pala ilustrar, vejamos as iniciativas selecionadas da região Centro-Oeste. Destacam-se as iniciativas dos povos Guarani Kaiowá, que historicamente ocupavam o território do Mato Grosso do Sul e que, a partir de 1917, foram transferidos para a Reserva Indígena de Dourados (RID), criada pelo SPI<sup>63</sup>. Ao longo do tempo, os 3.600 hectares da reserva se tornaram exíguos, devido ao aumento da população. Isso fez com que cerca de 18 mil indígenas fossem confinados em espaço inapropriado, no que se tornou a reserva mais populosa do país (a densidade populacional é 5,3 vezes maior que a da capital Campo Grande<sup>64</sup>).

Na primeira visita que fiz a Dourados em 2007, pude constatar pelos relatos do pajé Kaiowá Getúlio Juca Ava Poty Vera, que títulos de propriedade das terras “roubadas” eram distribuídos a não indígenas, tornando-as fazendas e mudando o modo de vida dos Kaiowá, caracterizado pela dispersão, sem fronteiras, pela proximidade com a mata, onde poderiam caçar e pescar e cuidar do seu roçado (plantações de mandioca, milho e banana, dentre outros), que proveria a sua cultura de subsistência.

A situação de confinamento nessas reservas já vinha se agravando, acentuando conflitos com fazendeiros e no interior das comunidades. Entre os

---

<sup>63</sup> DOURADOS, MS. Decreto Estadual Nº 401, de 1917. Cria a reserva indígena com 3.600 ha pelo SPI no Estado do Mato Grosso do Sul.

<sup>64</sup> Fonte: Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai)/Siasi. Sistema de Informação Indígena (2022).

Kaiowá, boa parte das aldeias convive com altas taxas de alcoolismo, suicídio e mortalidade infantil. Nem por isso, deixam de lado sua intensa vida religiosa, que inclui cantos, rezas e danças na *Ogapíssy*, a Casa de Reza, conduzidas por seus líderes espirituais (entre os Kaiowa e Nhandeva são chamados de *Nhanderu*, que significa “Nosso pai”).

Suas práticas foram duramente combatidas, com muita violência, a ponto de conviverem com a constante destruição da maioria das Casas de Reza, promovida por fazendeiros e igrejas evangélicas (pentecostais e neopentecostais), instaladas na RID. Essas igrejas chegaram a mais de 80, espalhadas pela reserva. Elas convertiam os indígenas para suas crenças e demonizavam as suas práticas, mudando seus costumes e prejudicando a transmissão de seus saberes.

Em consequência dessa situação, as iniciativas apresentadas no PCI foram voltadas para a valorização da Casa de Reza e das práticas religiosas que ali têm lugar, bem como a produção, a formação e a venda de artesanato, como forma de geração de renda. Outra iniciativa sugeriu a criação da Semana Indígena, com o objetivo de diminuir a discriminação e o desconhecimento da população regional em relação aos Guarani. Isso foi complementado com outra proposição, a de criação de um Centro de Documentação Indígena, como espaço de aprendizagem de técnicas de informática e comunicação.

Retornei as aldeias no Mato Grosso do Sul em 2010 e pude verificar o resultado de algumas dessas iniciativas, e o que fizeram com os recursos recebidos pelo PCI. Na aldeia Teyi Kuê, foi construída uma Casa de Reza e os alunos passaram a ter aulas com os *nhanderu* e aprender de forma tradicional e em local apropriado, as práticas tradicionais. Elas não estão circunscritas apenas aos rituais; apesar de ser conhecida como Casa de Reza, é nesse espaço que os rezadores e pajés comunicam e tomam as decisões, onde as crianças têm aula, acontecem os cantos e danças. Nessa mesma aldeia, no laboratório de informática, os alunos aprendem a usar o equipamento, consertar e montar computadores com cartilhas e manuais na língua guarani. O diálogo intercultural também fez surgir na região da RID (nas aldeias Bororó e Jaguapiru) um grupo de jovens Guarani Kaiowá que queria aprender as linguagens do Hip Hop. Conheceram um Ponto de Cultura em Campo Grande, que começou a dar aulas na aldeia e, dessa forma, surgiu o grupo Bro MC's, cantando em guarani sua



realidade. Empolgados, conseguimos fazer uma conexão com a extinta MTV<sup>65</sup>, que fez uma matéria com esses jovens. O grupo foi levado para vários eventos realizados pelo MinC, e começou a se destacar, inspirando outros jovens de aldeias em todo o Brasil. O grupo fez parte da programação do Palco Sunset, em 3 de setembro, no Rock in Rio 2022.

**Figura 8** - Casa de Reza na Aldeia Teyi Auê em Caarapó (MS)



Fonte: acervo pessoal de Américo Córdula, 2010.

---

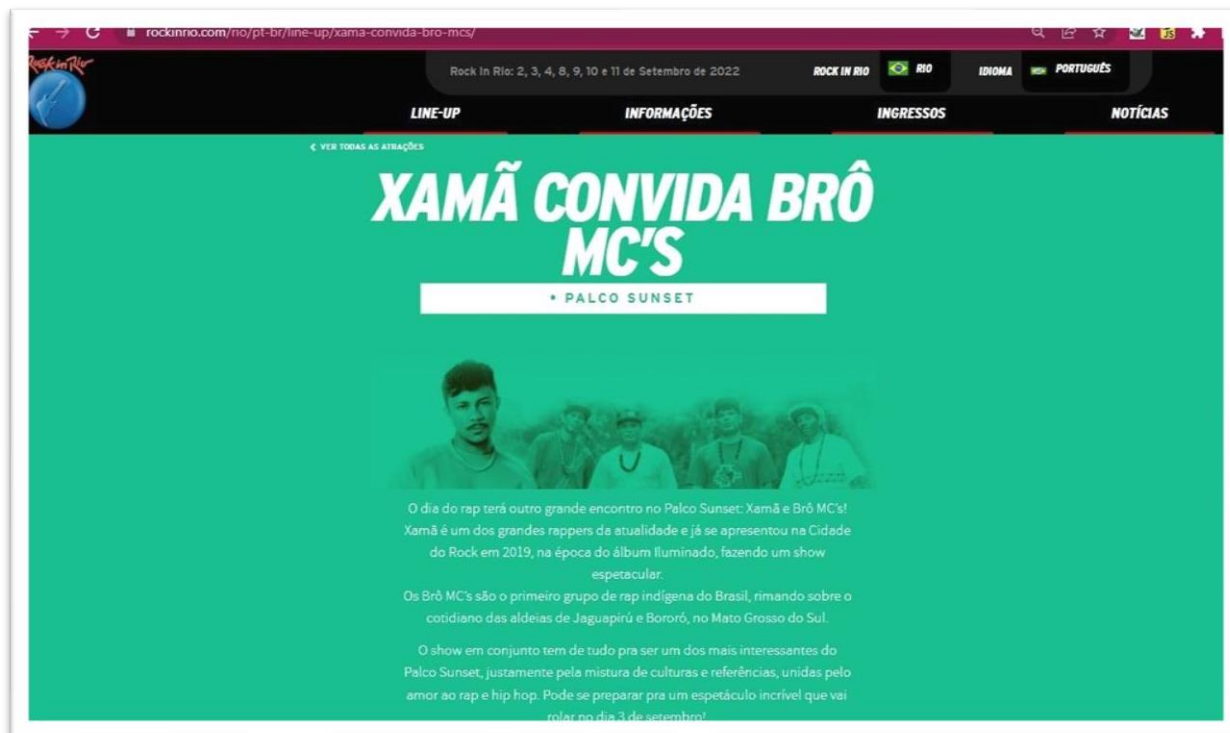
<sup>65</sup> MTV Brasil foi uma rede de televisão brasileira dedicada ao público jovem. Foi fundada em 20/10/1990, através de uma associação o Grupo Abril e a MTV Networks. Encerrou suas atividades em 30/09/2013.

**Figura 9** – Laboratório de informática – Aldeia Tevi Auê – Caarapó/MS, 2010



Foto: acervo pessoal de Américo Córdula, 2010.

**Figura 10** - Site anunciando a participação do Bro MC's no Rock in Rio 2022



Fonte: *Print Screen site Rock in Rio, 2022*<sup>66</sup>.

<sup>66</sup> ROCK in Rio. Disponível em: <https://rockinrio.com/rio/pt-br/line-up/xama-convida-bro-mcs/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

## **2.12 Campanha de Valorização da Cultura dos Povos Indígenas**

Como já explanado, a Secom é a responsável pelas campanhas publicitárias dos órgãos do poder executivo. Assim, qualquer publicidade do governo federal era realizada por ela, que contava com agências e produtoras contratadas para realizá-las. No caso da Campanha de Valorização da Cultura dos Povos Indígenas, o MinC foi atendido pela *Lew & Lara*, uma respeitada agência de publicidade de São Paulo, designada para a criação e a produção de um filme de 30 segundos.

Foram realizadas reuniões com os responsáveis pelo departamento de criação da agência, na primeira reunião apresentamos as necessidades e o objetivo da campanha, valorizar a diversidade dos povos indígenas, que não era reconhecida ou sequer percebida como parte da sociedade brasileira. A agência apresentou algumas ideias e propunha mostrar a contribuição dos povos por meio da produção simbólica, expressa pelo artesanato, grafismo, festas e danças. Nenhuma das propostas nos agradou, dizia mais sobre a produção cultural, e pouco sobre os povos. De fato, não correspondiam ao que tinha sido discutido nas reuniões do grupo. Sugerimos, então, realizar uma reunião da agência com o GTI e fazer uma oficina didática, escutá-los e acolher ideias para o desenvolvimento da campanha.

Encontramo-nos em São Paulo, por ocasião de uma reunião do GTI, realizada na Cinemateca Brasileira. Os publicitários apresentaram as necessidades para criar o roteiro e a mensagem que deveria ser passada pela campanha, num vídeo de 30 segundos. Propuseram uma dinâmica e projetaram uma das campanhas realizadas pela agência para as pilhas Duracell, que mostrava vários ursos de brinquedo batendo um tambor e, à medida que a pilha acabava, paravam, apenas um deles continuava funcionando, porque usavam a pilha Duracell. Essa era a mensagem principal. Solicitaram algum voluntário para falar em 30 segundos, se apresentar e evidenciar a mensagem que queria na campanha. Ele mal disse nome da etnia e o lugar de onde vinha e o tempo já tinha acabado. Todos reclamaram que era pouco tempo, sobretudo se pensassem em todas as etnias. O desafio posto era esse: qual mensagem queremos enfatizar na campanha em 30 segundos.

Nesse momento, na roda de conversa, foram levantadas várias possibilidades, como abordar o respeito e o preconceito. Alguns falaram sobre

slogans utilizados em movimentos indígenas, como “Eu posso ser o que você quer, sem deixar de ser o que sou”, mas uma das ideias que teve mais apoio foi: “Eu sou indígena e sou brasileiro”. Esse foi o mote da campanha. Depois desse encontro, foi marcada uma nova reunião para a apresentação da proposta, que foi aprovada.

A produção do filme foi realizada durante a entrega do Prêmio Culturas Indígenas – versão Ângelo Cretã, que aproveitou a presença dos agraciados que estavam em São Paulo, para o *casting* da peça publicitária. Na versão final do roteiro um representante da etnia se apresentava e dizia: “Eu sou Tembé Teneterrara e sou uma brasileira, eu sou Yawanawá e sou brasileiro [...]”. Ao final a assinatura da campanha: “225 povos, 180 línguas, uma grande riqueza do Brasil – Campanha de valorização das culturas dos povos indígenas - Ministério da Cultura. Brasil, um país de todos”.

**Figura 11** - *Frame* do vídeo da Campanha de Valorização das Culturas dos Povos Indígenas, com Puira Tembé Teneterrara do Pará



Fonte: MinC, 2007<sup>67</sup>.

A campanha nacional foi distribuída e vinculada em TVs públicas e privadas, que são obrigadas a transmitir na sua grade de programação. Nas públicas, era possível assistir à peça na programação diurna; nas privadas, de

<sup>67</sup> CAMPANHA de Valorização dos Povos Indígenas. **Ministério da Cultura**, 2007. Disponível em: <https://youtu.be/1aUZzB7iR2U>. Acesso em: 16 jun. 2022.

madrugada. Em todo caso, era a primeira vez que uma campanha foi desenvolvida pelo Ministério da Cultura com o objetivo de reconhecer e valorizar os povos indígenas. A campanha foi lançada junto com o segundo Prêmio Culturas Indígenas - Edição Xukuru de Oriribá, em 2007. Como é um produto atemporal, poderia ser veiculada eternamente, precisando apenas atualizar a quantidade de povos e línguas, ampliada ao longo dos anos. Aqui encontra-se um problema que ocorre com esse tipo de campanha: a assinatura da gestão do Governo Federal, no caso: Brasil, um país de todos (*slogan* da gestão do Lula). Assim, quando muda a gestão, tudo o que foi produzido com aquele *slogan* é descartado, um desperdício de investimentos com recursos públicos e que poderia alcançar um público maior se a veiculação continuasse.

### **3 ESPAÇOS DE REPRESENTATIVIDADE NO MINC**

O presente capítulo tem por objetivo mostrar quais foram os espaços de representatividade que foram criados para os indígenas no Ministério da Cultura nos anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010).

Foram criadas a representação indígenas em todos os espaços de participação e tomada de decisão do MinC: fóruns, grupos de trabalho, seminários, conferências nacionais e setoriais, CNPC, colegiado setorial indígena, PNC, plano setorial de cultura, encontros, formação para elaboração de projetos, editais específicos com acessibilidade, participação em políticas de todas as áreas do MinC, como Cultura Viva, editais da Funarte, livro e leitura, registro do patrimônio imaterial e audiovisual etc. No âmbito do MEC, a Lei nº 11.645/2008<sup>68</sup> estabelecia a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena e Afro-brasileira no ensino fundamental e médio, ampliando a produção de material didático com autores e artistas indígenas.

#### **3.1 Ocupando assento no Conselho Nacional de Políticas Cultural**

A instalação do CNPC ocorreu em dezembro de 2007. Houve uma espera de dois anos, desde a Conferência Nacional de Cultura. A demora foi muito criticada, mas decorrente das dificuldades do processo de escolha dos representantes do campo cultural<sup>69</sup>, com 46 titulares com direito a voz e voto e seis, com direito a voz. A SID ficou responsável por conduzir o processo de representação dos assentos das culturas populares e dos povos indígenas, que teve a indicação de Romancil Cretã Kaingang como titular e de Luiz de Jesus Fidélis (Fidélis Baniwa) como suplente pelo GTI, e aprovada pelo ministro Gilberto Gil.

O CNPC é o principal órgão consultivo de análise das políticas de todos os setores da cultura. A pauta para a implantação do Sistema Nacional de Cultura

---

<sup>68</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm). Acesso em: 16 jun. 2022.

<sup>69</sup> SILVA, Frederico Barbosa da. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/bps\\_16\\_completo.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_16_completo.pdf). Acesso em: 16 jun. 2022.



e seus componentes, como o PNC e a reestruturação do Fundo Nacional de Cultura, foi priorizada.

Os colegiados setoriais eram uma extensão ampliada do conselho, com um número maior de representantes, geralmente das cinco regiões do país, e assessoravam o conselheiro com questões de todo Brasil (ações, projetos e denúncias que eram submetidas em plenária). Os colegiados também eram os responsáveis pela criação do Plano Setorial de Cultura, complementar ao Plano Nacional de Cultura.

Os movimentos indígenas tinham o MinC como um parceiro para suas causas, e pautava o CNPC para colaborar com as demarcações de suas terras, nesse período podemos destacar o processo de demarcação da T.I. Raposa Serra do Sol, que entre 2005 e 2008 tramitou no Supremo Tribunal federal (STF) e teve na sua fase final a participação do MinC nas audiências, articulação da agenda de vistas dos indígenas com os ministros. A defesa foi realizada pela advogada Joênia Wapichana, que defendia a demarcação de terras contínuas, que foi aprovada pela plenária em 2008. A entrega da demarcação definitiva, realizada pelo presidente Lula naquela aldeia em Roraima.

**Figura 12** – Lula entrega a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR)



Fonte: Américo Córdula, acervo pessoal 19 out. 2010.

### **3.2 A cultura dos povos indígenas na agenda internacional**

No âmbito internacional, a SID atuou na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), na delegação permanente do Brasil. Também integrou (um dos 24 países) a comissão de Estados-Parte para a regulamentação da Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, que definiria o regramento para a aplicação da convenção. Nessas reuniões existem tensões nas relações diplomáticas, já que cada país defende seus interesses e ideais nas reuniões temáticas. Há, portanto, um espaço de disputa e de acordos nos blocos constituídos para atender os diversos interesses.

Em uma dessas discussões, houve uma disputa em relação aos indígenas por parte de alguns países, liderada pela delegação da Índia, que considerava que os indígenas deveriam ser responsabilidade da Convenção sobre o Patrimônio Imaterial. A delegação brasileira argumentou que os indígenas são parte da diversidade das expressões culturais, não só no país, mas em qualquer lugar. No Brasil, eles tinham direitos expressos na Constituição Federal de 1988 e o reconhecimento como responsáveis pela formação da identidade brasileira, expressa na contribuição para a língua, que possui muitas palavras indígenas, nos costumes sociais, alimentares e culturais. Foi um debate em que saímos vitoriosos. Nesses fóruns de definições globais, como a Convenção, a criação de consensos é um campo de disputa que gera conflitos que vão além do objeto em discussão. O Brasil já havia superado a tutela sobre os indígenas na Convenção da OIT nº 169 e na Constituição, que começava a ser posta em prática, com o reconhecimento e o fortalecimento da autonomia e da cidadania desses povos. O embate com a Índia mostrou que o complexo sistema de castas de lá abriga uma visão diferenciada. A importância dessa vitória afirma o compromisso do Brasil de não tratar os indígenas com diferença, como pretendia a Índia, mas de reconhecê-los com parte da diversidade cultural. Isso demonstra, antes de mais nada, um exercício de reparação histórica. As ações conjuntas na educação (leis de cotas e obrigatoriedade do ensino da história dos povos indígenas e afro-brasileira) marcam o início do processo de descolonização do pensamento brasileiro, construído sob a ótica da dominação e de valores europeus.



A orientação da gestão federal era de que, no campo das relações internacionais, fossem fortalecidas as relações Sul-Sul, ou seja, a relação do Brasil com a América do Sul e com o Continente Africano. Nesse sentido, houve a construção de alianças e, dentre as ações com os países africanos, o intercâmbio audiovisual e a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira<sup>70</sup> (Unilab), com *campus* em São Francisco do Conde (Bahia), Redenção e Acarape (Ceará), que acolhe estudantes dos países lusófonos africanos. O MEC, em parceria com a Unesco, traduziu para o português a Coleção História Geral da África<sup>71</sup>, com oito volumes que totalizaram cerca de 10.000 páginas. A Coleção foi produzida ao longo de 30 anos e escrita por mais de 350 pesquisadores, a maioria de origem africana.

Outra prioridade estava relacionada às ações com os países da América do Sul, cujo espaço de representação institucional é o bloco econômico Mercado Comum do Sul (Mercosul), criado pelos países do Cone Sul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e ampliado pelos países associados Bolívia, Chile, Colômbia, Peru, Venezuela e Suriname. Dentro dessa estrutura, foi criado o Mercosul Cultural<sup>72</sup>, que tratava de vários temas, como a integração dos países e a facilitação de circulação de bens culturais.

A criação de um Selo do Mercosul Cultural facilitaria a circulação de bens e serviços culturais, no que concerne os trâmites de aduana e possibilitando uma integração pela cultura. Um dos problemas apontados no GTI era a circulação dos indígenas seus artefatos e medicina pelo território sul americano e que foi levado em consideração nessa ação.

O Brasil possui a maior diversidade de etnias e línguas indígenas da região. Muitas delas são compartilhadas com grupos que vivem dos dois lados da fronteira. Dentre esses grupos, temos os Guarani (presentes no Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia). A SID participou durante oito anos das reuniões do Mercosul e apresentou a proposta do Brasil para a realização do I Encontro dos Povos

---

<sup>70</sup> BRASIL. Casa Civil. Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12289.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12289.htm). Acesso em: 16 jun. 2022.

<sup>71</sup> COMITÊ Científico Internacional da Unesco para a Redação da História Geral da África. **História Geral da África**. Brasília: MEC, 2010.

<sup>72</sup> Fórum de Ministros da Cultura no âmbito do Mercosul, que reuniam dez países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Guarani da América do Sul, com a participação de delegações dos quatro países em que estão presentes. Os problemas enfrentados no território são semelhantes, estão relacionados à demarcação de terras, à invasão pelo agronegócio, à conversão de sua cultura pelas religiões neopentecostais, além da subsistência. Houve reconhecimento da importância dos guarani na América do Sul (especialmente no Paraguai, onde é a língua oficial) pelos ministros da Cultura desses países, e que deveríamos proporcionar o reencontro dos grupos espalhados pelo continente (em terras quentes dos biomas da Mata Atlântica, no Cerrado, no Pantanal e no Pampa), separados que foram após a colonização.

Os ministros acataram a proposta e a SID tratou de produzir o encontro. O antropólogo Ruben Ferreira Thomas Almeida<sup>73</sup>, considerado um dos maiores pesquisadores sobre os Guarani Kaiowá, foi convidado para a coordenação. A princípio, o encontro seria realizado nas aldeias de Dourados (MS), região com sérios conflitos entre os guarani kaiowá e os fazendeiros. Porém, devido às tensões e à segurança, mudamos para a região de Foz do Iguaçu (PR). Ali, fizemos uma parceria com a Itaipu Binacional, que sugeriu realizar na Aldeia Añetete, na cidade de Santa Helena D'Oeste.

Argentina, Paraguai e Bolívia enviaram delegações que, somadas a do Brasil (vieram representantes do Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul), totalizariam 800 pessoas. Elas ficaram acomodadas em tendas montadas na aldeia, com refeitório, alimentação; uma lona de circo serviu como plenária para as discussões.

A participação no encontro era apenas para os guarani, sem a presença dos juruá<sup>74</sup>. Dessa forma, os gestores ficaram dando suporte. Uma comissão guarani tratou de criar a programação do evento, com reuniões, manifestações, danças, rituais, banhos no rio, tudo falado em guarani. O objetivo era entregar uma carta, que deveria ser enviada a todos os ministros do Mercosul Cultural. No último dia, os ministros da Cultura do Brasil (Juca Ferreira) e do Paraguai

---

<sup>73</sup> Graduado em Ciências Econômicas (1975) pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (SP/SP) e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1977); mestre em Antropologia Social no Museu Nacional do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991). Sua experiência de trabalho é na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia, atuando entre os índios Guarani-Kaiowa, Guarani-Ñandéva e Guarani-Mbya do ES, RJ, SP, PR, RS e MS, em relação aos seguintes temas: ação indigenista de Estado, gestão territorial, conflitos de terra no Mato Grosso do Sul e oeste do Paraná, noção de território, história do contato, pesquisa de campo.

<sup>74</sup> Juruá = homem branco, em guarani.

(Ticio Escobar) foram à aldeia e receberam a carta com os pedidos das lideranças. Nesse mesmo dia, o ministro do Paraguai se comprometeu a realizar o segundo encontro nas aldeias guarani de Pedro Juan Caballero, que viria a acontecer em 2011. Na carta (Anexo V), entre as reivindicações, destaca-se a criação de uma Secretaria Especial de Representação do Povo Guarani, uma lei de liberalização de trânsito entre as fronteiras dos quatro países onde existem guarani, demarcação e/ou devolução das terras e territórios tradicionalmente ocupados pelo povo guarani, bem como a revisão de limites conformes seus usos, costumes e tradições.

**Figura 13** - Cartaz do I Encontro dos Povos Guarani da América do Sul



Fonte: MinC, 2010.

**Figura 14** - Ministro da Cultura, Juca Ferreira, recebendo a Carta do Encontro dos Povos Guarani – Aldeia Añetêê – Santa Helena D'Oeste – PR



Fonte: acervo pessoal de Américo Córdula, 2010.

Os ministros da Cultura do Mercosul propuseram que o guarani fosse considerado uma das línguas oficiais do bloco, com tradução nos principais documentos. Esses movimentos e ações destinadas aos guarani fortaleceram outras iniciativas importantes, como o registro da língua guarani m'bya no Inventário Nacional da Diversidade Linguística<sup>75</sup> do Iphan, conferindo o título de Referência Cultural Brasileira em 9 de novembro de 2014.

Assim como a Unilab, criada pelo MEC para intercâmbio com o países lusófonos Africanos, foi criada, em Foz do Iguaçu, no território da Itaipu a Universidade Federal da Integração Latino-Americana<sup>76</sup> (Unila). Sua missão institucional era formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana e para o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente para atuarem no Mercosul. Assim, o projeto de integração da América latina pela educação atenderia alunos latino americanos, com aulas em guarani.

<sup>75</sup> BRASIL. Decreto [nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.387%2C%20DE%209,que%20lhe%20confere%20o%20art). Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.387%2C%20DE%209,que%20lhe%20confere%20o%20art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.387%2C%20DE%209,que%20lhe%20confere%20o%20art). Acesso em: 16 jun. 2022.

<sup>76</sup> BRASIL. Casa Civil. Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila - e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12189.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12189.htm). Acesso em: 16 jun. 2022.

### **3.3 Plano Setorial para as Culturas Indígenas**

A seguir, passo a detalhar o Plano Setorial para as Culturas Indígenas (PSCI), desde a sua criação e a sua estrutura até os macroprogramas que foram criados.

#### **3.3.1 Criação do PSCI**

A criação do PSCI foi principal legado da gestão da SID para as políticas indígenas. Ele resultou na consolidação de todo aprendizado partilhado ao longo da gestão e da convivência. Há de se considerar as inovações surgidas com base nas necessidades apontadas, as ações como os editais, a criação da campanha de valorização, os seminários e o encontro sul-americano dos povos guarani, a participação em todas as ações existentes no Sistema MinC e a ocupação dos espaços de participação e representação social do grupo de trabalho, conferências e conselhos.

Todo esse processo por si só já seria um avanço, mesmo com o sério risco de descontinuidade, por se tratarem de políticas de governo, da gestão Lula, com pouca institucionalidade. Mas o PSCI como parte do Plano Nacional de Cultura, aprovado pelas instâncias do Conselho, possibilitaria deixar um documento norteador das políticas para dez anos. Ao mesmo tempo, desafiava a criar uma relação interétnica entre os povos indígenas e o Estado-Nação que, a priori, deveria servir aos interesses e às necessidades da cidadania indígena recém-instalada a partir da Constituição Federal de 1988.

O PSCI teve sua elaboração feita pelo Colegiado Setorial de Culturas Indígenas, por gestores da SID e consultores especialista em políticas públicas para os povos indígenas. Foi constituída uma comissão para a elaboração do Plano<sup>77</sup>, que sistematizou o acúmulo de todas as ações realizadas até então, mais as contribuições das duas conferências nacionais de cultura<sup>78</sup> e as discussões do colegiado. À medida que o plano se desenvolvia, eram realizadas reuniões de aprovação e revisões, até chegar ao texto final.

---

<sup>77</sup> Composta por: Américo Córdula (SID), João Pacheco de Oliveira e Antônio Mauricio Fonseca (ambos do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas) e Luciane Ouriques Ferreira (antropóloga contratada).

<sup>78</sup> Realizadas em Brasília, em 2005 e 2010.

O MinC considera o conceito de Cultura em três dimensões: antropológica, cidadã e econômica. Porém, ao tratar a questão das “culturas indígenas”, há um caráter polissêmico, ou seja, a Cultura assume e veicula diversos sentidos; cada agente social a compreenderá baseado em sua própria experiência.

Sob essa perspectiva, a preocupação inicial da comissão era como criar um plano que contemplasse as necessidades, de modo a considerar as características singulares de cada povo indígena, além de intercâmbios interétnicos. Considerada a quantidade de povos, línguas e no modo pelo qual cada uma dessas culturas se relaciona com a vida. O plano exigiria uma estratégia de implementação diferenciada, de acordo com o envolvimento e a relação com o tempo de cada povo, articulação com associações e organizações desses povos. Isso demandaria uma agenda diferenciada dos processos habituais que são padronizados para toda federação, sem diferenças.

Com base nessas premissas, levou-se a termo que o plano encampasse um fluxo que permitiria apontar diretrizes e caminhos para atender as necessidades gerais, sem deixar de ser efetivo, mesmo deixando de fora necessidades específicas, que deveriam ser tratadas em outras iniciativas. As ações seriam realizadas em dois contextos distintos: interno, para dentro das comunidades, priorizando a língua e respeitando saberes tradicionais, levando consideração as práticas secretas e sagradas; e externo, a relação interétnica e com os não indígenas.

A organização política desses povos é derivada de múltiplos processos de etnicidade. É por meio dessa linguagem que os povos indígenas falam de si e de sua cultura para a sociedade não indígena; é por ela também que são produzidas as suas reivindicações culturais ao Estado, como percebemos nas iniciativas apresentadas no PCI.

O PCI propõe operar com três patamares sobre a noção de cultura para os povos indígenas:

Desse modo, se desvela diante de nossos olhares, pelo menos, três patamares em que a noção de cultura indígena opera com sentidos diferenciados: com a cultura como princípio simbólico organizador da experiência e da ação (práxis) no contexto interno das comunidades indígenas; com a cultura como um recurso discursivo estratégico utilizado na luta para a sobrevivência cultural e efetivação dos direitos

indígenas, logo como manifestação de sua etnicidade; e com a cultura como objeto de política pública, que emerge no encontro interétnico dos povos indígenas com o Estado Brasileiro (FERREIRA, 2010, p. 156).

Ainda segundo Ferreira (2010), cabe esclarecer que, em cada um desses patamares, a noção de cultura assume também múltiplos sentidos, que podem ser compreendidos apenas quando o contexto discursivo em que ela é acessada é considerado. O plano considerava também a incorporação do sistema mundial ao seu próprio sistema de mundo. Isso acarreta conflitos internos com os mais velhos, os anciãos, que condenam essas práticas. As lideranças mais jovens, porém, entendem que se trata de uma estratégia que pode trazer benefícios, mesmo correndo riscos. Como já citado aqui, tem-se a relação com o hip hop, a tecnologia, os audiovisuais e a internet como ferramentas de denúncias, bem como interações estéticas estabelecidas entre as formas de arte indígenas e as linguagens artísticas ocidentais – música, teatro, literatura, cinema e artes visuais, por exemplo. Esse processo faz parte do fenômeno que Sahlins (1997) chama de indigenização da modernidade, referindo-se às tentativas atuais dos povos indígenas de incorporar o sistema mundial ao seu próprio sistema de mundo.

Dessa forma, o fenômeno de globalização instaura dois movimentos aparentemente contraditórios: ao lado da tendência de homogeneização cultural, também se verifica um processo de diferenciação cultural, na medida em que participam de um processo global, os povos 'locais' continuam a se distinguir entre si pelos modos específicos como o fazem (PSCI, 2010, p.18).

Desde as reuniões do GTI, no início do processo de indigenização das políticas do MinC (com base na apropriação e nos questionamentos de modelos oferecidos para atendê-los e nas proposições de mudanças), o PSCI precisou que sua estrutura fosse revisitada e aperfeiçoada. Isso se deu durante o processo de sua elaboração, sustentado pelo diálogo constante entre o poder público e os povos indígenas, articulado a outros setores governamentais responsáveis por outras políticas indigenistas.

Os planos setoriais fazem parte do Plano Nacional de Cultura, cabe ao Sistema Nacional de Cultura, pactuar com estados e municípios a implantação das políticas de responsabilidade de cada ente federativo. Para as

macropolíticas a União repassaria recursos fundo a fundo, do Fundo Nacional de Cultura para os fundos estaduais e municipais.

### **3.4 Estrutura do PSCI**

PSCI segue a metodologia de criação de planos elaborada pelo MinC, que contempla: princípios, objetivo geral (implantar programas e ações voltados à proteção, à promoção, ao fortalecimento e à valorização das culturas dos povos indígenas no Brasil durante os próximos 10 anos) e específicos, diretrizes, marcos legais (nacionais e internacionais), diagnóstico do setor e os macroprogramas e ações. Em linhas gerais, o plano contempla as diretrizes apontadas no relatório do GTI e nas conferências de Cultura. O destaque a seguir contempla os princípios e os macro programas.

Além dos princípios adotados pelo Plano Nacional de Cultura, foram acrescentados outros específicos aos povos indígenas, conforme segue.

- Autodeterminação e autonomia dos povos indígenas;
- diálogo intercultural;
- ética Interétnica;
- respeito à diferença cultural;
- direitos diferenciados;
- transversalidade da cultura;
- etnodesenvolvimento;
- protagonismo indígena;
- proteção aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade;
- respeito aos direitos autorais coletivos e propriedade intelectual.

#### **3.4.1 Macroprogramas de ações**

O Plano apresenta três macroprogramas de ações:

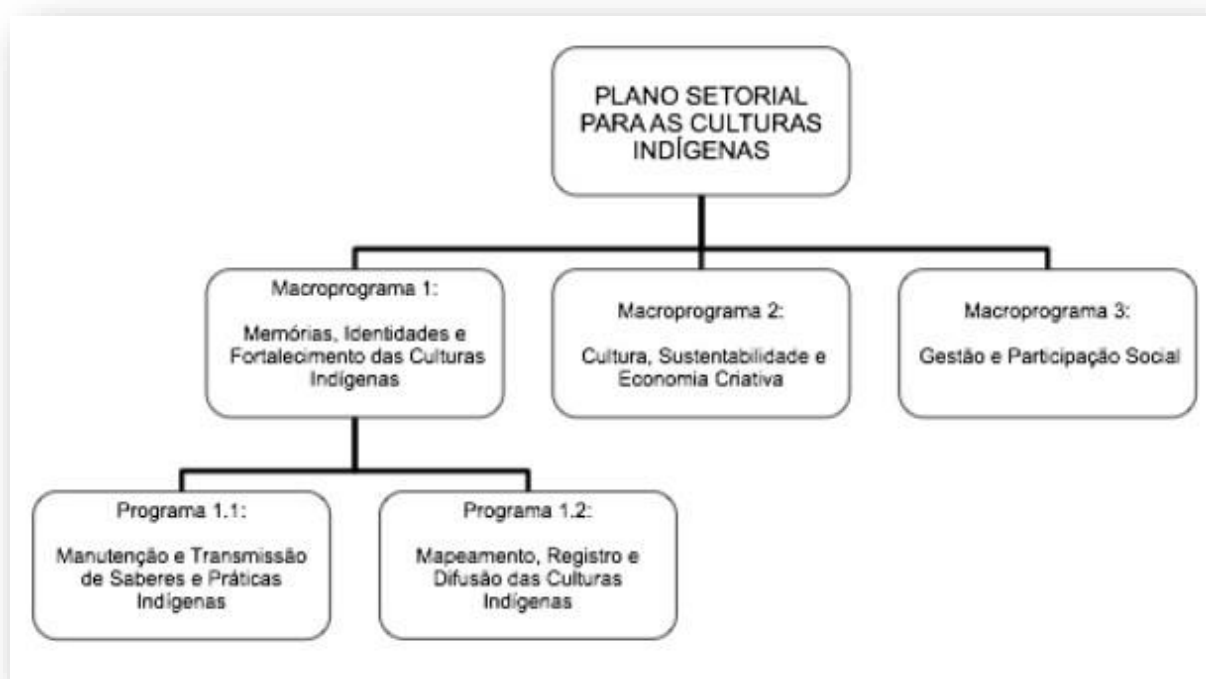
- Memória, Identidade e Fortalecimento das Culturas Indígenas. Esse macroprograma está subdividido em dois programas distintos.
  - Manutenção e Transmissão de Saberes e Práticas Indígenas.



- Mapeamento, Registro e Difusão das Culturas Indígenas.
- Cultura, Sustentabilidade e Economia Criativa.
- Gestão e Participação Social.

Esses macroprogramas estão alinhados às três dimensões da Cultura com as quais o Ministério da Cultura operava: simbólica, econômica e cidadã.

**Quadro 1 – Organograma dos Macro Programas do PSCI**



Fonte: publicação PSCI, 2010.

O **macroprograma 1** (Memória, Identidades e Fortalecimento das Culturas Indígenas) envolve ações relacionadas à memória e à transmissão do “saber-fazer” ancestrais, para o fortalecimento da cultura e sua cosmovisão. As ações são realizadas para dentro dos povos, baseadas em sua etnicidade, com mapeamento e registro criados de modo a garantir a transmissão com detalhes que, por vezes, se perdem na transmissão tradicional. Uma das reivindicações recorrentes é o registro escrito dos processos orais, o que demanda formação e sistematização na forma de escrita. A tecnologia pode auxiliar no etnomapeamento, com ferramentas de geolocalização, para a realização de cartografias na própria língua, protegendo, assim, o conhecimento do povo.

Ao estabelecer os programas, levou-se em consideração a forma pela qual se daria a efetiva aplicação dessas ações. À época dessa construção, já existiam ações realizadas de forma autônoma por alguns povos, que tinham jovens indígenas cursando graduação e pós-graduação em linguística, com pesquisas nessa área. O encaminhamento envolveu ampliar ações correntes, em parceria com o Ministério da Educação, diagnosticando e priorizando os povos com risco de perda de sua língua. A Unesco criou um Atlas das Línguas do Mundo em Perigo<sup>79</sup> e citou que, no Brasil, das 190 línguas em risco, 12 já são consideradas extintas.

O mapeamento e o registro podem produzir material de divulgação da diversidade indígena para a sociedade, valorizando suas práticas e fortalecendo a autoestima. As interações estéticas com as linguagens artísticas ocidentais estão previstas nessas ações.

No **macroprograma 2** (Cultura, Sustentabilidade e Economia Criativa), a situação econômica dos povos indígenas é contemplada. Em decorrência do desenvolvimento, que desrespeita o seu modo de vida, o sistema capitalista excludente estratifica esses povos na linha de pobreza. O PCI pretendeu estimular a criação, a produção, a circulação e a difusão dos produtos e valorizar as manifestações culturais como estratégias de etnodesenvolvimento dos povos indígenas. Sua intenção foi potencializar os processos de geração de renda. Quando da criação do Plano, as ações propostas dialogavam com soluções tradicionais, com o Programa de Promoção do Artesanato Tradicional (Promoarte), criado pelo Iphan, que mapeava as iniciativas do artesanato tradicional brasileiro, incluindo o indígena. Para além disso, abrangia a promoção de bens culturais nos suportes existentes à época, como CDs, DVDs etc.

O Plano previa revisão e atualização constantes, considerando o avanço incessante das tecnologias e dos modos de transações comerciais. O tema da economia criativa também ampliou sua organização, estabelecendo arranjos produtivos locais, que mapeiam a cadeia produtiva para a criação de bens e serviços culturais. No caso dos indígenas da região amazônica, já havia modelos executados em parceria com extrativistas organizados daquela forma.

---

<sup>79</sup> ATLAS das línguas do mundo em perigo. Brasília: Unesco, 2010. Disponível em: <http://www.unesco.org/languages-atlas/index.php>. Acesso em: 17 jun. 2022.

O **macroprograma 3** (Gestão e Participação Social) foi pensado para acompanhar ações e programas propostos com princípios socioculturais particulares, para uma diversidade de povos. Para a implementação e a avaliação do impacto dessas ações, o PSCI definiu que esse macroprograma criasse um sistema de monitoramento e avaliação culturalmente adequado, que desse condições, por meio de formação e treinamento dos povos indígenas, não apenas para desenvolver seus projetos nas políticas existentes, mas também para elaborar, planejar, monitorar e avaliar o PSCI, envolvendo a comunidade local e outros povos. O planejamento deveria abranger não apenas um território, mas a região, trazendo a consciência de que as ações realizadas impactam o desenvolvimento local, estadual e federal.

Essa prática permitiria que a revisão do PSCI, assim como do Plano Nacional, fosse realizada a cada quatro anos. Como exposto no macroprograma 2, as mudanças acontecem muito rapidamente. Isso demanda tomada de decisões tempestivas e a atualização constante.

#### 4 COSMOPOLÍTICA E COSMOVISÃO: DESAFIOS PARA O ESTADO

A proposição da cosmopolítica de Stengers (2018) traz um convite à desaceleração do raciocínio, na construção de um pensamento que possibilite uma sensibilidade um pouco diferente em relação aos problemas e às situações que nos mobilizam. Essa proposição parece ir contra o pragmatismo da política para se aprofundar na criação de conhecimento, que envolve mais intervenções e mais consulta aos seres envolvidos.

Os artifícios para a criação de políticas devem levar em conta o impacto para além do que a vista alcança, para além das necessidades do Antropoceno, considerando a geo(nto)lógia<sup>80</sup> dos povos indígenas de forma natural; a ação política só será efetiva se envolver os aspectos humanos e não humanos. A cosmopolítica não é feita para os generalistas. Ela só terá sentido numa situação concreta, em que estejam trabalhando os praticantes, com processos de escuta coletiva e criação de consensos intercosmos.

O termo política é propriamente da tradição ocidental, enquanto o termo cosmos têm uma função específica de qualificador da política. Assim, não se trata de fazer um “cosmos”, um “bom mundo comum”, quando, na verdade, a proposição é desacelerar a composição desse mundo comum. As ameaças e os problemas, cujas repercussões se apresentam como planetárias, são “nossos” saberes; os fatos, produzidos pelos “nossos” equipamentos técnicos, mas igualmente os julgamentos associados às “nossas” práticas, que estão na linha de frente. Em suma, trata-se de estabelecer uma relação com o cosmos, que é a relação que temos com a vida - humanas e não humanas -, o impacto de como aplicamos os nossos conhecimentos (tecnologia) e a nossa responsabilidade sobre ele.

O cosmos seria algo que não designa nenhum cosmos em particular, designa a incógnita que constituem esses mundos múltiplos, divergentes, articulações das quais eles poderiam se tornar capazes contra a tentação de uma paz que se quereria afinal. A cosmopolítica

---

<sup>80</sup> O conceito de geontologia consiste na abertura a outras concepções de mundo que não sejam marcadas pela dualidade entre vida e não vida (ou pelas distinções ontológicas no próprio âmbito da vida, como a entre humanos e animais ou entre animais e plantas). Essas concepções concedem dignidade ontológica, por assim dizer, à geologia e demais seres não orgânicos. [...] E, contudo, para meus colegas indígenas, como era para seus pais e avós, determinadas rochas realmente escutam, e cheiram, e interpretam os fatos correntes [...]. Mais precisamente, um mundo geológico animado é a condição de outras formas de vida e a medida de seus valores éticos e sociais (POVINELLI, 2016, p. 143).

busca negar uma transcendência que teria o poder de exigir daquilo que diverge de reconhecer como apenas uma expressão particular do que se constitui um ponto de convergência de todos (POVINELLI, 2016, p. 140).

Santos (2006) também critica os humanos velozes por acreditar que detinham a inteligência do mundo. A literatura que glorifica a potência e incluiu a velocidade como essa força mágica que permitiu à Europa “civilizar-se” primeiro e empurrar, depois, a "sua" civilização para o resto do mundo.

Onde quer que o espírito europeu domine, vemos surgir o máximo de necessidades, o máximo de trabalho, o máximo de capital, o máximo de rendimento, o máximo de ambição, o máximo de poder, o máximo de modificação da natureza exterior, o máximo de relações e trocas. (VALÉRY, Paul, *apud* PASCALLON, 1986, p. 23).

A desaceleração proposta pela cosmopolítica dialoga com o conceito de “homens lentos” de Santos.

Agora, estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos. Na grande cidade, hoje, o que se dá é tudo ao contrário. A força é dos "lentos" e não dos que detém a velocidade elogiada por um Virílio em delírio, na esteira de um Valéry sonhador. Quem, na cidade, tem mobilidade - e pode percorrê-la e esquadrinhá-la - acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente prefabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens "lentos", para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e ir descobrindo as fabulações (2006, p. 220).

Cada prática (ou ecologia de práticas) não é uma cultura ou uma forma de saber; elas são múltiplas, não redutíveis à nossa política, ao nosso cosmos. A política tradicional é povoada pelas sombras dos que não têm, não podem ter ou não querem ter voz política. A urgência para se tomar decisões e executar ações na política pode encontrar um demandante que hesita, não consegue se articular para expressar seu problema, não quer fazer ou que tem algo mais importante que precisa ser levado em conta. Esse problema não pode ser resolvido com boa vontade e tolerância; é preciso haver um tipo de procedimento que leve em conta essa hesitação, sem que ela seja reduzida à articulação de uma arena política comum, pedindo para dizer qual é o problema e o corpo político vai resolver. De que outra maneira seria possível produzir alguma

concordância dessa dissonância, sem que seja fazendo uma análise dela? Na cosmopolítica, não podemos ignorar as hesitações, é preciso herdar essa hesitação de alguma maneira. Assim como cada povo, cada etnia tem o seu cosmos, que:

[...] não possui representante, ninguém fala em seu nome e ele não pode ser feito objeto de nenhum procedimento de consulta. Seu modo de existência se traduz pelo conjunto de modos de fazer, dos artifícios cuja eficácia é a de expor aqueles que terão que decidir (STENGERS, 2018 p. 463).

A proposição cosmopolítica não é um programa, não é igualmente aceitável por todos, mas considerá-la uma utopia cria um obstáculo, pois bloqueia a politização. Sua função é impedir uma unidade final do gênero humano ou impedir que se vá rápido demais na construção de um mundo comum.

A modernidade criou o Estado, organizado e fragmentado, de modo a promover o controle e o poder sobre a sociedade. O Antropoceno separou sujeito e objeto, natureza e cultura, indivíduo e comunidade, ignorou a espiritualidade, determinou que os povos que não estão no mesmo estágio de desenvolvimento seriam tratados como seres inferiores, incapazes de acompanhar o estágio de conhecimento da sociedade dominadora. Os saberes articulados possibilitam os avanços tecnológicos para o desenvolvimento da sociedade, mas desprezam os saberes tradicionais e sua magia.

Para as bruxas, nomear-se bruxas e definir a sua arte por essa palavra, “magia”, já são ‘atos “mágicos”, que criam uma experiência desconfortável para todos aqueles que vivem em um mundo onde supostamente a página foi definitivamente virada, com a erradicação de tudo que foi desqualificado, menosprezado, destruído, enquanto triunfava o ideal de uma racionalidade pública, de um homem idealmente mestre de suas razões, logo acompanhado da trivialidade da psicologia dita científica com suas pretensões de identificar aquilo a que as razões humanas obedecem (STENGERS, 2018, p.458).

Assim, não se pode desprezar uma visão de mundo que alcança a sofisticada tecnologia da própria natureza, interconectada com todos os seres humanos e inumanos, orientados por seus espíritos, que conduzem as ações e atitudes no mundo terreno. Essas formas multidiversas de relação com o mundo, a sociedade moderna dualista não consegue alcançar. Com arrogância e

preconceito, menosprezam e exercem seu poder sobre esses povos, com base no projeto expansionista e colonizador do planeta, perpetuado pelo hipercapitalismo globalizante (LIPOVETSKY, 2004). Os *naipé* como os yanomami, segundo Davi Kopenawa (2010), designam os “brancos”, têm o mesmo significado que inimigo; mais especificamente, como pensa Kopenawa, os inimigos que tiram suas terras, matam e destroem tudo por onde passam.

O choque entre as cosmovisões (a ocidental capitalista, hegemônica e globalizada, e as não ocidentais) se dá pelo interesse econômico. Uma não vai parar de “comer a terra” (KRENAK, 2019) e deixá-la para a outra que contempla e conversa com ela.

[...] Precisamos abrir espaço para novas concepções e teorias de conhecimento em que vida e não-vida não sejam os operadores-padrão de distinção ontológica (e nem que tal distinção continue acarretando a desqualificação de outros povos e de outros conhecimentos como “primitivos” ou “irracionais”) (COSTA, 2017, p.143).

Não existe espaço na cosmovisão capitalista e hegemônica globalizada para dialogar com outras cosmovisões, tampouco respeitá-las ou conhecê-las. Ainda prevalecem o mesmo pensamento de que esses povos atrapalham o desenvolvimento econômico, o que provoca uma crise ecológica contemporânea, causada por modelos de conhecimento e construção de mundos ocidentais que separam sujeito e objeto, natureza e cultura, indivíduo e comunidade.

É necessário tornar visíveis as formas não dualistas de conhecimento e de vida (ESCOBAR, 2011). Em termos filosóficos, pode-se dizer que é um modelo de mundo – uma ontologia – dualista, que alcançou domínio no Ocidente nos últimos dois séculos e que se expande para o planeta com a modernidade globalizada.

O conhecimento moderno é uma ferramenta essencial nesse processo. É, portanto, necessário tornar visíveis formas não-dualistas de conhecimento e vida; estes não só existem entre os grupos sociais vistos como pachamâmicos (indígenas, afrodescendentes ou aqueles que continuam a ter uma ligação com o território e o lugar), mas também têm muitas outras fontes, por exemplo, fenomenologia, ecologia, agroecologia, algumas teorias da complexidade, a biologia relacional de Maturana e Varela, a etnografia dos modelos locais da natureza, o budismo, algumas correntes filosóficas de

imanência/diferença, como a obra de Deleuze e Guattari, algumas teorias de auto-rede - organizadas, algumas decoloniais abordagens, e talvez algumas perspectivas anarquistas, entre outras (ESCOBAR, 2011, p. 269).

A cosmopolítica dessas junções cria um espaço pós-dualista – e torna visível a relacionalidade constitutiva que existe entre o biofísico, humano, e sobrenatural ou espiritual. Esse é o espectro de fontes presentes na natureza, natureza essa com a qual os indígenas conseguem se articular e se integrar, por meio de uma tecnologia ancestral de manipulação de seus elementos presentes em raízes, plantas e ervas que proporcionam o estado de alteração de consciência e possibilita uma conexão com dimensões ainda não compreendidas pela sociedade ocidental.

As proposições de Stengers, Krenak e Escobar são complementares e trazem reflexões urgentes que precisam ser consideradas e priorizadas nas políticas que estão presentes, desde sempre, na filosofia ameríndia. Soluções de equilíbrio com a natureza que precisam ser entronizadas pela sociedade, que necessita desacelerar e sintonizar com tudo e todos. Esse é um passo importante para criar uma responsabilidade que será incorporada com a criação de um novo modelo de Estado-nação, a questão é o tempo para tal mudança de comportamento, o processo de não retorno, dificultará a regeneração do planeta que está cada vez mais comprometido, o céu pode cair mais rápido do que imaginamos.



## CONCLUSÃO

No período das duas gestões do governo Luís Inácio Lula da Silva, o MinC promoveu a inclusão de povos indígenas nas políticas públicas de cultura, cumprindo as diretrizes do Programa Diversidade Cultural: Brasil Plural, de responsabilidade da SID. Diante das metas e ações correlacionadas, o resultado mais imediato que se pretendia alcançar refere-se à redistribuição dos recursos públicos para a Cultura, com atenção a segmentos socioculturais anteriormente não atendidos.

Podemos afirmar, que o Programa Brasil Plural implementou um caráter inovador como política pública, reconhecendo e fortalecendo a diversidade cultural da sociedade brasileira. Assim, os grupos minoritários, até então desprovidos de atenção no referido Ministério, foram colocados em evidência (BARROS; KAURAK, 2014).

Burocraticamente, pode-se avaliar o impacto das políticas pelos relatórios e pelas avaliações pragmáticas dos pesquisadores. Nessa autoetnografia, porém, a conclusão se mistura. Isso ocorre por alguns fatores, a começar pelo privilégio do autor ter cursado uma universidade na prática da gestão pública, num curso de diversidade cultural que contemplou os povos indígenas do Brasil. Outro fator importante foi a constatação de que, apesar de haver um avanço, ele ainda não foi suficiente. Muito pouco, em se tratando da urgência em proteger, respeitar e valorizar esses povos, foi feito; é como arranhássemos a pele desse corpo complexo, repleto de simbologias ainda inalcançáveis para um Estado “branco”, com uma cosmovisão restrita, míope, racional, dualista, preconceituosa e destruidora.

Durante esses anos de convivência, pude conhecer e compreender parte das necessidades dos povos indígenas, mas o suficiente para aproveitar aquele momento histórico do Brasil, que criou uma porosidade no Estado. A presença dos indígenas nos processos participativos, representados por coletivos diversos, que apresentaram suas necessidades primordiais para manter a subsistência, demonstraram situações-limites. Com base num processo de troca e consensos, surgiram as “soluções praticáveis despercebidas”, que Paulo Freire definiu como “inédito viável” (FREIRE, 2013, p. 100), nas quais os resultados trariam mudanças, talvez imperceptíveis rapidamente, mas cujos resultados apareceriam cedo ou tarde.

Há sempre o risco de descontinuidade de políticas sociais, principalmente as destinadas à Cultura, que têm uma volatilidade muito grande. Assim, a cada gestão, novos encaminhamentos deslegitimam os antecedentes, uma prática recorrente, ainda que seja em uma gestão de continuidade. Não foi diferente com a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural, presente nas duas gestões do governo Lula, e desmontada na gestão de Dilma Rousseff (2011-2016).

Os espaços criados de representatividade para os indígenas aqui apresentados, a formação para lidar com os códigos burocráticos, de editais, chamadas públicas, prestação de contas, já não eram mais um “bicho de sete cabeças”. Esses povos estavam preparados para continuar a reivindicar seus direitos com autonomia; as aptidões foram desenvolvidas quando dadas as oportunidades.

Ao vermos, quinze anos depois, a jovem Sônia Guajajara, que assessorava a recém-criada Associação do Povos Indígenas do Brasil (Apib) e acompanhou essa trajetória de disputas e conquistas para as culturas indígenas, tornar-se uma liderança respeitada mundialmente e a primeira indígena candidata a vice-presidente do Brasil pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), em 2018, percebemos o quanto valeu a pena. Foi naquele espaço poroso e naquele momento histórico que Guajajara começou a trilhar esse caminho. O mesmo pode-se dizer da advogada Joênia Wapixana, que defendeu sua terra, Raposa Serra do Sol, em 2008. Dez anos depois, ela foi eleita deputada federal por Roraima e continua a proteger seu estado, seu povo e as políticas de Cultura nacional, completamente desmontadas pela gestão Jair Bolsonaro, eleito em 2018.

Dentre as expressões indígenas, já citamos aqui, os jovens rappers guarani kaiowá, de Dourados, os Brô MC, que depois da MTV, realizaram turnês nacionais e internacionais. Recebo seus posts nas redes sociais divulgando a presença deles no palco Sunset em setembro no Rock In Rio 2022 (fig.10).

Nessa jornada, no Seminário de Políticas Públicas para as Culturas Populares, conheci Benki Ashaninka, do Acre, também um Ponto de Cultura, que recebeu a comitiva de Gilberto Gil em sua aldeia, Apiwtxa<sup>81</sup>. Ashaninka me iniciou na Ayahuasca e tornou-se, junto com a sua família, uma referência em várias

---

<sup>81</sup> ALDEIA Apiwtxa. Disponível em: [www.apiwtxa.org](http://www.apiwtxa.org). Acesso em: 17 jun. 2022.

áreas, como agrofloresta e manejo sustentável, por meio da Associação Yorenka ãntame (Saber da Floresta, em Marechal Thaumaturgo). Seus irmão, Wiwito, é cineasta, Moisés, foi prefeito de Marechal Thaumaturgo; Francisco Pianko, outro irmão, foi assessor para Assuntos Indígenas no governo do Acre e se encaminhou para a política. Hoje, ambos têm parcerias internacionais, com acesso ao Fundo Amazônia, e administram suas organizações com autonomia.

Jaider Esbell, um macuxi de Roraima, construiu uma carreira em artes plásticas de sucesso internacional, que teve início por conta de ter sido premiado em seu primeiro edital de literatura, realizado pela Funarte, em 2010. Isso o motivou a sair do seu trabalho na Eletronorte dedicar-se à arte. Esbell montou sua galeria em Boa Vista e acolheu novos artistas indígenas, foi curador de exposições, como a *Moquém\_Surari: arte indígena contemporânea*, no Museu de Arte Moderna de São Paulo, e da 34ª Bienal de Arte de São Paulo, no final de 2021, mesmo ano de sua precoce morte.

Duas das mais importantes figuras de destaque na cena indígena foram parceiros importantes do MinC na implementação das políticas de cultura. Davi Kopenawa destacou-se internacionalmente pela luta do povo yanomami e por seu livro, em parceria com o antropólogo Bruce Albert (2010). Na obra, eles revelam a cosmovisão do seu povo e nos fazem refletir sobre o quanto somos insensíveis com essa cultura e como o modelo do Estado nunca alcançará a transcendência necessária para o “bem viver”.

A segunda personalidade é Ailton Krenak, que, desde a sua *performance* na Constituinte de 1988, tornou-se uma referência na militância indígena. Atualmente, essa militância se estende à vida na Terra, expressa em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), um *best seller*. Krenak foi o primeiro indígena a conquistar o Prêmio Juca Pato – Intelectual do Ano, em 2019, pela União Brasileira de Escritores (UBE) e é um dos mais respeitados filósofos da atualidade, participando dos debates para o enfrentamento da sobrevivência dos povos indígenas e não indígenas, com duras críticas ao modelo capitalista criado pelos brancos, que “comem a Terra”. De sua aldeia, à beira do Rio Doce (Minas Gerais), influencia corações e mentes por sua fala potente no *ciberespaço* e em seus livros, que trazem reflexões diretas para os enfrentamentos necessários para a continuação da vida no planeta.

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial ou extrativista. Do nosso divórcio das integrações e interações com a nossa mãe, a Terra, resulta que ela está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas a todos (KRENAK, 2019, p. 24).

Ao citar esses exemplos, percebo os desdobramentos positivos oriundos da relação construída com o Estado brasileiro. O mapeamento das estruturas disponíveis, feito pelos indígenas, a capacitação para acessarem disputas, oportunidades e direitos nos modelos burocráticos permitiram organizar sua base para novas lutas. É preciso ouvir e, mais do que isso, buscar novas formas de entendimento do mundo com base nas cosmovisões apresentadas por Sônia Guajajara, Ailton Krenak, Célia Xacriabá, Davi Kopenawa, Daiara Tukano, Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Gersem e Denilson Baniwa, os jovens Brô MCs, dentre tantos pensadoras e pensadores que cada vez mais conquistam as pessoas que se sentem tocadas por outra lógica, outro pensamento, comprometido com o (des)envolvimento com valores ancestrais. Esses valores implicam numa forma de bem viver, de pachamama, tekó porã, orientados pela espiritualidade presente em todos os seres.

No momento da última revisão dessa dissertação, acontecia a pré-campanha para as eleições majoritárias de 2022 e o 18º Acampamento Terra Livre (ATL), entre 4 e 14 de abril de 2022, com a participação de 8.000 indígenas. Sob o *slogan*: “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”, a ATL convidou o pré-candidato Luiz Inácio Lula da Silva para expor suas propostas para os povos indígenas. Dentre elas, uma já citada aqui, fruto de uma diretriz da I Conferência Nacional dos Povos Indígenas em 2006, se eleito, criará o Ministério dos Assuntos Indígenas, que assim seja, definitivamente teremos uma mudança na forma de criar políticas para os povos indígenas.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2019.
- ANDRADE, Mesquita Coimbra (coord.). **Ano do Brasil na França**. Brasília: Ministério da Cultura, 2005.
- ATLAS das línguas do mundo em perigo. Brasília: Unesco, 2010. Disponível em: <http://www.unesco.org/languages-atlas/index.php>. Acesso em: 17 jun. 2022.
- AVRITZER, Leonardo. **Conferências nacionais**: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. Brasília: Ipea, 2012.
- BAIRON, Sérgio; LIBRANDI, Maria. Escutas partilhadas: a coroação de reis Congo e “O recado do morro”, de João Guimarães Rosa. **Eutomia**, v. 1, n. 25, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/244651>. Acesso em: 17 jun. 2022.
- LAZANEO, Caio de Salvi; BATTISTELLA, Roberta Navas; BAIRON, Sérgio. Fundamentos da produção partilhada do conhecimento e o saber do Mestre Griô. **Revista Diversitas**, 2015. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002704894>. Acesso em: 17 jun. 2022.
- VINICI, Magna; BAIRON, Sérgio. Experiência estética, produção partilhada do conhecimento e pós-humanismo: a arte mural em terra kaingang. **Illuminuras**, v. 20, n. 50, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/94754>. Acesso em: 17 jun. 2022.
- BAIRON, S. A comunicação nas esferas, a experiência estética e a hipermídia: **Revista USP**, n. 86, 2010.
- BANIWA, Gersem Luciano. A ótica dos povos indígenas. *In: Diversidade Cultural Brasileira*. Brasília: MinC; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.
- BARROS, José Márcio; KAURAK, Giuliana. **Políticas Públicas para a diversidade cultural**: uma análise do Programa Brasil Plural. Salvador: UFBA, 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/19710159/Pol%C3%ADticas\\_p%C3%BAblicas\\_para\\_a\\_diversidade\\_cultural\\_uma\\_an%C3%A1lise\\_do\\_Programa\\_Brasil\\_Plural](https://www.academia.edu/19710159/Pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas_para_a_diversidade_cultural_uma_an%C3%A1lise_do_Programa_Brasil_Plural). Acesso em: 17 jun.2022.
- BOSI, A. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRASIL. **A imaginação a serviço do Brasil**. Programa de governo 2002 Lula presidente. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp->

<content/uploads/sites/3/2017/04/01-aimaginacaoaservicodobrasil.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2022.

BRASIL. Art. nº 34 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e Decreto nº 1.711, de 22 de novembro de 1995. Institui a Ordem do Mérito Cultural, com entrega de insígnias, a princípio, dia 5 de novembro de cada ano, quando se comemora o Dia Nacional da Cultura. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1711.htm#:~:text=34%20da%20Lei%20n%C2%BA%208.313,relevantes%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20prestadadas%20%C3%A0%20Cultura](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1711.htm#:~:text=34%20da%20Lei%20n%C2%BA%208.313,relevantes%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20prestadadas%20%C3%A0%20Cultura). Acesso em: 06 jun. 2022.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila - e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12189.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12189.htm). Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.036, de 07 de abril de 2004. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos e das funções gratificadas do Ministério da Cultura e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5036.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5036.htm). Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.520, de 24 agosto de 2005. Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5520&ano=2005&ato=203cXTq5UMRpWT4dd#:~:text=INSTITUI%20O%20SISTEMA%20FEDERAL%20DE%20CULTURA%2C%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%8ANCIA>. Acesso em: 08 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.387%2C%20DE%209,que%20lhe%20confere%20o%20art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.387%2C%20DE%209,que%20lhe%20confere%20o%20art). Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 06 jun. 2022.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural

brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm#:~:text=D3551&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,Imaterial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm#:~:text=D3551&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,Imaterial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 06 jun. 2022.

BRASIL. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Estado e sociedade construindo políticas públicas de Cultura. *In: Anais da I Conferência Nacional de Cultura*. Brasília, 2006.

BRASIL. **Estatísticas sobre educação escolar indígena no Brasil**. Brasília: MEC; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), 2007. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/estatisticas\\_sobre\\_educacao\\_escolar\\_indigena\\_no\\_brasil.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/estatisticas_sobre_educacao_escolar_indigena_no_brasil.pdf). Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Institui a Funai e outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l5371.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5371.htm). Acesso em: 05 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8313cons.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.313%2C%20DE%2023%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201991](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.313%2C%20DE%2023%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201991). Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.666%2C%20DE%2021%20DE%20JUNHO%20DE%201993&text=Regulamenta%20o%20art.%2037%2C%20inciso.P%C3%BAblica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.666%2C%20DE%2021%20DE%20JUNHO%20DE%201993&text=Regulamenta%20o%20art.%2037%2C%20inciso.P%C3%BAblica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Setorial para as Culturas Indígenas**. Brasília: SID, 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria Ministerial nº 62. **Diário Oficial da União**. Brasília, 19 abril de 2005.

BRASIL. Atas das cinco reuniões do Grupo de Trabalho Indígena, SID/MinC acervo digital de Américo Córdoba.

BRIGHENTI, Clóvis Antônio. Estrangeiros em sua própria terra: a presença guarani e estados nacionais. **Revista de Antropologia**, v. 55, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/59314>. Acesso em: 17 jun. 2022.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Integração e desintegração**: análise do tratamento dispensado pelos Estados brasileiros e argentino ao povo Guarani de Santa Catarina e da província de Misiones. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Acesso em: 17 jun. 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro da; CESARINO, Pedro Niemeyer. **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Unesp, 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com as aspas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CASALDÁLIGA, Pedro. A Terra Sem Males. *In*: **Povos indígenas, aqueles que devem viver**. Brasília: Cimi, 2012

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Metafísicas Canibais**. São Paulo: UBU, 2009.

CATÁLOGO Prêmio Culturas Indígenas. São Paulo: Sesc, 2006.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**. São Paulo: UBU, 2017.

COMITÊ Científico Internacional da Unesco para a Redação da História Geral da África. **História Geral da África**. Brasília: MEC, 2010.

DOSSIÊ Iphan 2 Wajãpi: expressão gráfica e oralidade entre os Wajãpi do Amapá. Brasília: Iphan, 2006.

ESCOBAR, Arturo. ¿«Pachamámicos» versus «Modérnicos». **Revista Tabula Rasa**, n. 15, julio-diciembre, 2011, pp. 265-273. Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Bogotá, Colombia – 2011.

FERREIRA, Luciane Ouriques. A dimensão ética do diálogo antropológico: aprendendo a conversar com o nativo. *In*: Fleischer, Soraya; Schuch, Patrice. (Orgs.). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Letras Livres; UnB, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 81ª ed. Petrópolis: Paz e Terra, 2013.



GIL, Gilberto. Discurso de solenidade de transmissão de cargo. In: ALMEIDA, Armando; ALBERRAZ, Maria B.; SIQUEIRA, Maurício (orgs.). **Cultura pela palavra**: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura (2003-2010). Gilberto Gil e Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 7ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

HECK, Egon Dionísio; SILVA, Renato Santana da; FEITOSA, Saulo Ferreira (org.). Manifesto contra os decretos de extermínio. In: **Povos indígenas, aqueles que devem viver**. Brasília: Cimi, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: 06 jun. 2022.

INDURKY, F. O ritual da mística no processo de identificação e resistência In: RUA [online]. 2014, Edição Especial - ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/> Acesso em: 17 jun. 2022

KOPENAWA, Davi Yanomami; BRUCE, Albert. **A queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do bem viver** - Texto elaborado a partir de *live*, e conversas de preparação, com Ailton Krenak, realizada na Semana do Bem Viver da Escola Parque do Rio de Janeiro, no dia 17 de junho de 2020.

LACERDA, Rosana Freire. **Os povos Indígenas e a Constituinte**. Brasília: Cimi, 2008.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LIMA, Antônio Carlos. O governo dos índios sobre a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Schwarcz, 1992.

LIPOVETSKI, Gilles. **O tempo hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LOPES, Antônio Herculano; CALABRE, Lia (orgs.). **Diversidade cultural brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

MARQUES, Levi Marques. A atuação do órgão indigenista oficial brasileiro e a produção do cenário multiétnico da Reserva Indígena de Dourados, MS. 38º Anpocs, Universidade Federal da Grande Dourados, 2014. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt21-1/8809-a-atuacao-do-orgao-indigenista-oficial-brasileiro-e-a-producao-do-cenario-multietnico-da-reserva-indigena-de-dourados-ms/file>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MONTEIRO, Maria Carmina Monteiro; BARROS, Rogério Barros. Verbete José Aparecido de Oliveira. In: **Dicionário histórico biográfico brasileiro**, CPDOC/FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-aparecido-de-oliveira>. Acesso em: 05 jun. 2022.

MORAES, José Augusto Santos. O pentecostalismo entre os índios da Reserva Indígena de Dourados da década de 1980 aos dias atuais. XII Encontro da Associação Nacional de História. Dourados, UFMS, 2014. Disponível em: [http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1412825204\\_ARQUIVO\\_comunicacao-anpuhms-2014\\_jose-augusto-santos-moraes.pdf](http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1412825204_ARQUIVO_comunicacao-anpuhms-2014_jose-augusto-santos-moraes.pdf). Acesso em: 17 jun. 2022.

MOTA, Dilza Fonseca da. **Tesouro de cultura material dos índios do Brasil**. Rio de Janeiro: Museu do Índio; Funai, 2006.

NEVES, Sandro Campos. O Plano Nacional de Cultura e os índios: dilemas e tradições políticas na articulação de um pensamento sobre povos e culturas indígenas no Brasil Políticas Culturais em Revista, 2 (1), p.9 - 113, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3338>. Acesso em: 18 jun. 2022.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (Org.). **Hacia una antropología del indigenismo**: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas actuales de los indígenas en Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco. (Org.). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural. **Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/39737>. Acesso em: 18 jun. 2022.

PAGE, Martin. **A primeira aldeia global**: como Portugal mudou o mundo. 10ª ed. Lisboa: Casa das Letras, 2008.

PERES, S. Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-1967). In: OLIVEIRA, J. P. (Org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa/ Laced, 2004.

POVINELLI, E. Geontologies: being, life, and endurance in late liberalism. *In*: COSTA, Aline de Castro. Virada Geo(nto)lógica : reflexões sobre vida e não vida no Antropoceno. **AnaLógos**, Rio de Janeiro, v. 1, 2016, p. 140-150.

PROGRAMAÇÃO indígena. **Folha de S. Paulo**, 24 jun. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2004/forumculturalmundial/programacao-indigena.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2022.

RIBEIRO, Berta Gleizer; MALHANO, Hamilton Botelho. **Dicionário do artesanato indígena**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sociocultural. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Brasília: SIA (Serviço de Informação Agrícola), 1962.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **Teoria do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

RIBEIRO, Sidarta. **O oráculo da noite**: a história e a ciência do sonho. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SÃO PAULO (SP). Lei Municipal nº 13.279 de 8 de janeiro de 2002, que institui o Programa Municipal de Fomento à Cultura.

SEVERINO, Francisco. Terena deixa o MinC e abre o jogo. **Correio Brasiliense**, 02 out. 1987. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia//35968\\_20160525\\_174416.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia//35968_20160525_174416.pdf). Acesso em: 05 jun. 2022.

SILVA, Frederico Barbosa da. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/bps\\_16\\_completo.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_16_completo.pdf). Acesso em: 16 jun. 2022.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte I). **Mana**, v. 3, n. 1, p. 41-73, abr. 1997. ISSN: 0104-9313.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.). 2002. **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**; Estado e povos indígenas; e Além da tutela: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

STEFANONI, P. Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios, artigo Revista Lutas Sociais n.24 PUC SP, 2010

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69. São Paulo, abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145663>. Acesso em: 18 jun. 2022.

## ANEXO I

### Carta das culturas populares

Nós, cidadãos brasileiros, reunidos no Seminário *Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares*, realizado pelo Ministério da Cultura, de 23 a 26 de fevereiro de 2005, em Brasília – Distrito Federal, todas e todos signatários desta carta, com base no artigo 215 da Constituição Federal de 1988, que determina que:

“O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

E no parágrafo primeiro especifica que:

“O Estado protegerá as manifestações populares, indígenas e afro-brasileiras, e as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”.

E, considerando ainda:

A importância do reconhecimento da dimensão cultural para o desenvolvimento humano e para a construção de uma sociedade democrática;

A necessidade de políticas públicas de apoio e fomento às atividades artísticas e culturais, compreendidas como culturas populares, fundamentais para as identidades brasileiras em sua diversidade cultural e étnica;

Que o reconhecimento da diversidade, das especificidades e do valor artístico e cultural das manifestações populares pelas instituições públicas e privadas é parte fundamental do processo de inclusão social e econômica e do desenvolvimento humano;

A importância de identificar, registrar e difundir as expressões das culturas populares, respeitando suas singularidades e modos próprios de reprodução;

Que a inclusão social dos grupos detentores das culturas populares requer a integração entre políticas públicas e culturais, socioeconômicas, ambientais e educacionais, nos âmbitos local e nacional;

A necessidade de mecanismos que garantam e zelem pelos direitos coletivos relativos aos saberes e modos de fazer das culturas populares.

Propomos, como diretrizes prioritárias para as ações governamentais:

Criar fundos de incentivos públicos de apoio às culturas populares;

Mapear, registrar e documentar as manifestações das culturas populares;

Estabelecer instâncias de diálogo entre o Estado e a sociedade civil para a formulação e deliberação de políticas culturais;

Criar mecanismos que favoreçam a inclusão das culturas populares nos processos educativos formais e informais;

Criar marcos legais de proteção aos conhecimentos tradicionais e aos direitos coletivos;

Democratizar a distribuição de recursos nas várias regiões do Brasil;

Facilitar o acesso e desburocratizar os instrumentos de financiamento, de modo a democratizá-los para os segmentos populares.

Brasília, 26 de fevereiro de 2005.

Fonte - Anais do Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares – organização e edição – Instituto Polis - 2ª edição 2006 Pg.180-181.

## ANEXO II

### Presença Indígena no FCM - Documento Final

Documento entregue ao Sr. Sérgio Mamberti

#### DIRETRIZES PARA A FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA CULTURAL REFERENTE AOS POVOS INDÍGENAS

Entre os dias 29 de junho e 03 de julho de 2004, por ocasião do Fórum Cultural Mundial, realizado na cidade de São Paulo, estiveram reunidas no Ciclo de Debates intitulado Presença Indígena no Fórum Cultural Mundial, promovido pelo LACED/Museu Nacional, INPSO/Fundação Joaquim Nabuco, Raízes da Tradição/Engenho Produções Artísticas e pela Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural/MinC, lideranças indígenas de diferentes estados e regiões, sob a coordenação das duas maiores organizações indígenas do país, a COIAB, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, e a APOINME, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

Sem prejuízo de outras moções e recomendações relativas a outras políticas públicas que afetam os povos indígenas, cuja discussão ainda se estende pelo dia de hoje, os participantes deste Ciclo de Debates vêm a público neste momento encaminhar ao Ministério da Cultura, através do Secretário de Identidade e Diversidade Cultural, Sérgio Mamberti, um documento contendo recomendações relativas à formulação de uma política pública de cultura que contemple os anseios e as singularidades das culturas indígenas.

Um pressuposto básico para a elaboração de uma política cultura nessa esfera é a enorme diversidade própria às culturas indígenas, visto tratar-se de 220 povos, com cerca de 180 línguas, com histórias distintas, inseridas em diferentes ecossistemas e em contextos econômicos e políticos regionais fortemente contrastantes, localizadas dentro de um país com dimensões continentais.

Em função dessa diversidade histórica, ecológica e cultural os povos indígenas possuem estratégias políticas diferenciadas, que apenas nos últimos anos começam a estar mais intimamente interligadas na constituição de um movimento indígena brasileiro, das quais as duas entidades acima mencionadas, COIAB e APOINME, constituem os alicerces básicos.

A Constituição Federal de 1988, ao reconhecer como legítimas as manifestações culturais e as formas de organização próprias aos povos indígenas, veio a retirar todo o fundamento legal ao exercício generalizado do mecanismo da tutela, reconhecendo a capacidade civil dos indígenas. A Convenção 169 da OIT, homologada recentemente pelo governo brasileiro, veio a consolidar uma nova ordem jurídica quanto aos povos indígenas, fixando os princípios gerais de uma política indigenista que não esteja pautada em uma perspectiva assimilacionista e autoritária, mas sim no diálogo intercultural e no respeito às diferenças.

O fim da tutela não significa nem pode significar de forma alguma o término da responsabilidade do Estado Brasileiro para com as coletividades indígenas que habitam dentro do território nacional e constituem parte integrante do patrimônio cultural do país.

Nesse sentido estamos a seguir apresentando algumas diretrizes que, considerando o novo marco jurídico e atendendo ao grau de mobilização e consciência política do movimento indígena brasileiro, devem servir de base para a elaboração desta política cultural.

#### **1) Fortalecer as manifestações culturais indígenas.**

Em todo o país muitos povos e comunidades indígenas enfrentam hoje uma situação de invasão de suas terras, graves conflitos e ameaças, que implicam em falta

de assistência, fome e medo. Se não há condições de sobrevivência material também não há como manter a cultura. É obrigação do Estado Brasileiro, através de múltiplas e articuladas políticas de governo, modificar esse quadro. No que tange especificamente à proteção das culturas indígenas julgamos que é de responsabilidade do Ministério da Cultura apoiar material e politicamente as iniciativas concretas procedentes das comunidades indígenas no sentido de expressar e reafirmar publicamente, seja dentro das aldeias ou em contextos interétnicos, a sua fé nos valores e instituições centrais destes povos. Chamamos atenção em especial para a importância de um apoio efetivo às variadas modalidades de experiências com centros culturais indígenas, em iniciativas que devem permanecer sob controle e direção dos próprios indígenas, mas que podem ser em muito fortalecidas com o efetivo apoio do poder público federal. A adesão à identidade indígena e a fidelidade aos seus valores centrais exige a permanente reafirmação de suas tradições, frequentemente dificultada por limitações materiais e pela desinformação e preconceito da população não indígena dessas regiões. Embora se saiba perfeitamente as limitações orçamentárias e as dificuldades de operacionalização dessa política de fomento cultural, o que esperamos nesse momento do MINC é uma atitude nova e solidária com os povos indígenas, estabelecendo como uma das prioridades de sua atuação o permanente compromisso com a valorização destas culturas, bem como com os esforços destas coletividades no sentido de sua atualização e divulgação para as novas gerações. É importante também possibilitar um diálogo cultural respeitoso e construtivo com outros povos indígenas e com os múltiplos segmentos da população brasileira não indígena. As lideranças indígenas presentes ao FCM vêm chamar atenção ainda para o verdadeiro assalto cultural que nos últimos anos diversos povos indígenas vêm sofrendo da parte de invasores de suas terras e vizinhos ambiciosos. Nessa empreitada expedientes os mais diversos são utilizados, desde a aberta proibição ou hostilização de práticas culturais, até artifícios mais insidiosos, como a atuação agressiva e etnocêntrica de igrejas com variadas orientações confessionais, que se alojam nas proximidades das aldeias, atraem inicialmente crianças e mulheres, e na sequência passam a inibir as manifestações tradicionais daquela cultura sob acusações de que ferem suas crenças religiosas. Tais fatos merecem uma atenção das autoridades pois ameaçam perigosamente a reprodução e continuidade das culturas indígenas e em nada contribuem para a manutenção da diversidade cultural constitutiva do Brasil.

## **2) Lutar contra o preconceito e promover campanhas de divulgação e valorização das culturas indígenas.**

Propõe-se criar campanhas, adaptadas aos diferentes setores da opinião pública, de divulgação de informações sistemáticas e qualitativamente diversas das que circulam hoje nos meios de comunicação de massas quanto aos povos indígenas e suas culturas. É fundamental dar a conhecer ao povo brasileiro a riqueza cultural dos povos indígenas, planejando e apoiando mostras que informem sobre o valor e a complexidade deste patrimônio intelectual, que recuperem a importância da participação indígena na formação da identidade, das instituições e do território nacional. As lideranças aqui reunidas protestam também contra a visão passadista e antiquada com que os meios de comunicação apresentam a imagem do índio, sempre descontextualizando-o dos quadros históricos em que se situa, estimulando a permanente desconfiança e rejeição face ao indígena enquanto contemporâneo. Ou seja, é fundamental passar a compreender o indígena não mais como um objeto colonial, mas como um sujeito histórico em busca de melhores condições de vida para a coletividade a que pertence e postulando a criação de um espaço político próprio, adequado ao exercício de uma cidadania diferenciada. É necessário e indispensável que tais atividades de divulgação estejam associadas às práticas escolares (sobretudo ao ensino primário e médio), onde são inculcadas as orientações valorativas mais profundas para a grande maioria das pessoas. Considerando a má qualidade da informação sobre os povos e culturas indígenas que continuam em circulação no universo escolar recomenda-se um

investimento específico na produção de instrumentos de comunicação diversos (livros, vídeos, CDs, etc.), produzidos com a participação ativa das organizações indígenas, estabelecendo igualmente estratégias de distribuição nacional e circulação desses materiais didáticos. Sugere-se ainda que seja aproveitado como um canal efetivo para divulgação de informações e projetos relativos aos povos indígenas o fórum de articulação entre o MINC e as secretarias estaduais de cultura, de maneira a que sejam implementadas parcerias importantes, que venham a ampliar o alcance e repercussão das medidas aqui preconizadas.

### **3) Romper com a marginalidade dos povos indígenas em relação ao acesso aos bens culturais do país.**

A condição de exclusão social à qual as comunidades indígenas estão submetidas, impede-lhes o acesso à produção e à circulação nacional de bens culturais. É necessário que o governo se comprometa com a garantia do acesso do povo indígena não só à sua própria cultura e à de outros povos (intercâmbios culturais), como também a toda e qualquer produção cultural e artística que mereça o apoio e o patrocínio do governo, em todas as áreas da cultura (literatura, cinema, artes plásticas, música, dança, teatro e fotografia).

### **4) Elaborar uma política cultural indígena em parceria com os povos indígenas.**

Uma política cultural não pode ser imposta. Tem que ser vivida, atualizada e posta em prática. O MINC precisa propor uma metodologia de atuação que contemple efetivamente a interlocução com as representações indígenas. Sugere-se nesse sentido a organização de um Grupo de Trabalho (GT) dentro do Ministério da Cultura que garanta a discussão da problemática indígena junto aos próprios interessados, com a seguinte composição: 3 participantes da APOINME (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), 3 participantes da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), 1 assento para um representante da região sul, 1 para representante da região Sudeste e 1 para representante da região Centro-Oeste.

### **5) Respeitar a propriedade intelectual dos povos indígenas e garantir a proteção aos bens culturais e conhecimentos tradicionais.**

Favorecer a discussão junto aos povos indígenas da questão dos direitos autorais quanto aos bens culturais indígenas, bem como quanto ao estabelecimento de mecanismos de proteção aos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, através dos instrumentos legais apropriados. É importante ressaltar que essa é uma discussão complexa e que deve ser realizada contando com a participação plena e a consulta informada dos representantes indígenas, possibilitando assim o reconhecimento dos direitos coletivos e não apenas dos interesses privados e individuais, como é o foco de grande parte da legislação existente sobre a matéria.

São Paulo, 02 de julho de 2004.

Assinam:

Agnelo Xavante, Vice-Presidente da COIAB;  
Sandro Tuxá, representante da APOINME;  
Dourado Tapeba, representante da APOINME;  
Bonifácio Baniwa (COIAB e FEPI);  
Nino Fernandes (Diretor do Museu Magüta e Presidente do CGTT);  
Fausto Mandulão (Coordenador da OPIR/RR);  
Francisco Pianco, Ashaninka (AC);  
Kariiri-Xocó.



**ANEXO III**  
**GT INDÍGENA**  
**RELATÓRIO SÍNTESE 2005**



**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**SECRETARIA DA IDENTIDADE E DA DIVERSIDADE CULTURAL- SID**

***POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS***

A Constituição Federal de 1988, ao reconhecer como legítimas as manifestações culturais e as formas de organização próprias aos povos indígenas, veio a retirar todo o fundamento legal ao exercício generalizado do mecanismo da tutela, reconhecendo a capacidade civil dos indígenas. O Artigo 215 dispõe que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional...” e também que “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras [...]”.

A Convenção 169 da OIT, homologada recentemente pelo governo brasileiro, veio a consolidar uma nova ordem jurídica quanto aos povos indígenas, fixando os princípios gerais de uma política indigenista que não esteja pautada em uma perspectiva assimilacionista e autoritária, mas sim no diálogo intercultural e no respeito às diferenças.

Um pressuposto básico para a elaboração de uma política cultural nessa esfera é a enorme diversidade própria às culturas indígenas, visto tratar-se de, aproximadamente, 220 povos, com cerca de 180 línguas, com histórias distintas, inseridas em diferentes ecossistemas e em contextos econômicos e políticos regionais fortemente contrastantes, localizadas dentro de um país com dimensões continentais.

Uma das medidas priorizadas pelo Governo brasileiro para a implementação das recomendações oriundas do documento “**Diretrizes para a Formulação de uma Política Cultural Referente aos Povos Indígenas**”, elaborado por participantes do Fórum Cultural Mundial de 2004, foi a constituição do Grupo de Trabalho com a finalidade de indicar políticas públicas para a cultura indígena.

No dia 19 de abril, data em que se comemora o Dia do Índio, foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria Ministerial nº 62, que cria o Grupo de Trabalho que tem a missão de discutir e propor políticas públicas de cultura que contemple os anseios e as singularidades das culturas indígenas.

O GT reunido é o resultado do esforço do Governo Federal que, pela primeira vez, reúne, no âmbito do Ministério da Cultura, representações dos povos indígenas, de entidades públicas e da sociedade civil organizadas para trabalhar em favor da construção de uma política pública para a cultura indígena.

O Grupo concentrou a Programação de Trabalho em Quatro Eixos Fundamentais:

**1. Fortalecimento das manifestações culturais indígenas**

- Valorização das culturas indígenas - luta contra o preconceito e promoção de campanhas de divulgação
- Acesso aos bens culturais do país, rompendo com a marginalidade dos povos indígenas.
- Elaboração de uma política cultural indígena em parceria com os povos indígenas.

### **Propostas de ação**

#### **I - Fortalecimento das Manifestações Culturais Indígenas**

1. Realização de atividades de capacitação continuada para os povos indígenas, com vistas a elaboração e execução de projetos culturais.
2. Realização de Editais específicos do MinC para os Povos Indígenas para financiamento de projetos de valorização das manifestações culturais dos Povos Indígenas.
  - 2.1. Adequação dos procedimentos para financiamento de projetos/atividades culturais dos povos indígenas.
  - 2.2. Realização de Edital específico de Pontos de Cultura para Povos Indígenas.
3. Participação do MinC e dos povos indígenas na formulação de Políticas Públicas de etno-turismo em áreas indígenas, que respeitem as formas próprias e valores dessas coletividades.
4. Disponibilização no site do MinC dos assuntos e questões concernentes às culturas indígenas.
5. Solicitar ao IPHAN o cadastramento e instituição de um canal permanente de discussão dos meios de proteção aos sítios arqueológicos de interesse dos povos indígenas situados dentro e fora das terras indígenas.
6. Estabelecer parceria com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, a fim de viabilizar instrumento de propriedade intelectual (marcas de certificação/indicação geográfica), considerados de interesse aos povos indígenas.
7. Divulgar para os povos indígenas a legislação referente à proteção dos conhecimentos tradicionais e aos direitos autorais coletivos referentes a suas expressões culturais materiais e imateriais.

#### **II - Valorização das Culturas Indígenas – Luta contra o Preconceito e Promoção de Campanhas de Divulgação**

- Promover Campanha de Valorização das Culturas dos Povos Indígenas Brasileiros.
- Criação de Prêmios para as iniciativas exemplares das culturas dos povos indígenas.
- Estabelecer termos de parcerias e de cooperação com o intuito de fortalecimento das culturas indígenas e o empoderamento de suas organizações.

#### **III - Garantia de Acesso dos Povos Indígenas aos Bens Culturais**

1. Fomentar a produção, o intercâmbio e a circulação de bens culturais indígenas em âmbito regional, nacional e internacional.
  - 1.1. Garantir o acesso dos povos indígenas aos bens e serviços culturais

disponíveis a todos os cidadãos brasileiros.

**2.** Valorização dos museus etnográficos e centros culturais indígenas como instrumentos privilegiados de preservação da diversidade cultural do país, favorecendo programas de utilização desse importante patrimônio cultural em benefício dos povos indígenas e das comunidades locais.

2.1. Adequação da Política Nacional de Museus, visando o protagonismo dos povos indígenas.

2.2. Apoio à criação de redes de museus etnográficos e centros culturais indígenas.

**3.** Articulação com MEC, visando maior apoio às ações de educação indígena, valorizando suas formas de transmissão de conhecimento e o intercâmbio com as demais culturas.

#### **IV - Elaboração de uma Política Cultural em Parceria com os Povos Indígenas.**

- Reconhecimento do GT como colegiado setorial permanente, integrado ao processo da Conferência Nacional da Cultura e do Plano Nacional de Cultura.

- Participação de representante do GT / Colegiado setorial no Conselho Nacional de Políticas Culturais.

- Realização de um encontro latino-americano de povos indígenas.

## **CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA**

### **Diretrizes para um Projeto**

#### **1. JUSTIFICATIVA**

##### **Informe PORQUE propôs o projeto**

A sociedade brasileira não indígena tem uma visão superficial e bastante distorcida acerca das culturas e sociedades indígenas, em geral influenciadas pelas relações históricas e atuais de dominação, que subjagam, inferiorizam o conhecimento e o modo de viver das centenas de povos que habitam e habitavam o Brasil desde antes da conquista. Uma campanha de valorização da

diversidade sociocultural do Brasil, que reforce as lutas pela garantia dos seus direitos constitucionais dos índios, abra espaço para a manifestação de suas lideranças jovens e tradicionais, consolide a memórias dos heróis, incentive o respeito ao saber dos idosos e aos saberes tradicionais acerca da natureza.

## **2. OBJETIVOS**

### **Objetivo Geral:**

Valorizar e promover as culturas dos povos indígenas brasileiros, como forma de valorizar a diversidade cultural brasileira e a luta pelo exercício de direitos constitucionais das populações indígenas.

### **Objetivos Específicos:**

1. Promover a valorização das Identidades dos Povos Indígenas junto à sociedade nacional como forma de lutar contra o preconceito étnico, reconhecendo as especificidades dos diversos povos.
2. Promover a divulgação da Diversidade Cultural dos Povos Indígenas, especialmente a riqueza das suas expressões culturais – tais como música, dança, rituais (conforme o caso), culinária, artes visuais, etc. – e da importância da proteção de sítios de interesse histórico, ambiental e cultural.
3. Promover a valorização dos traços da cultura brasileira de origem indígena, reforçando a importância na formação da diversidade cultural brasileira.
4. Divulgar episódios históricos de resistência dos povos indígenas e de suas lideranças frente a processos predadores e genocidas.
5. Divulgar a importância da sabedoria e conhecimentos dos povos indígenas, especialmente em relação a usos sustentáveis da biodiversidade.
6. Defender a priorização das políticas públicas de defesa dos direitos dos povos indígenas.

## **3. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO**

Enumere e descreva as atividades necessárias para atingir o(s) objetivo(s) desejado(s) e explique **COMO** pretende desenvolvê-las.

1. Criação de Prêmio anual para destacar comunidades, projetos, lideranças, empresas e organizações indígenas e parceiras dos povos indígenas.
2. Realização de eventos de entrega dos Prêmios com larga visibilidade.
3. Criação de Programa de Televisão com:
  - a) Recriação de episódios históricos;
  - b) Apresentação de manifestações culturais; reportagens sobre práticas virtuosas e ameaças enfrentadas pelos povos indígenas, no campo e na cidade.
4. Utilização de outros meios para a Campanha: programas de rádio, internet, edição de materiais didáticos e livros para campanha nos sistemas escolares.
5. Estímulo à produção, exibição de filmes e vídeos sobre a temática da campanha, bem como realização de mostras e festivais.
6. Campanha publicitária com “spots” e folheteria.
7. Conquistar visibilidade de etnias indígenas em campanhas institucionais do Governo Federal.

▪ **PARCERIAS**

Enumere e descreva **COM QUEM** pretende-se trabalhar:

Organizações culturais dos povos indígenas e ONGs.

Governo Federal – Poder Executivo: Ministério da Cultura, Secom, Secretaria de Direitos Humanos, Seppir, Radiobrás, Mec, Funai, Mma, Funasa, Mds, Nae, Mda, Mct.

Emissoras das redes públicas de Tv: Tve's, Sistema S, etc.

Rede Globo de Televisão (Fundação Roberto Marinho) e outras redes.

Organismos internacionais: Unesco, bancos de fomento.

Governos Estaduais e Municipais.

Redes de Ensino: Fundamental, Médio e Superior.

Rede de Museus.

ONGs indígenas e não indígenas.

▪ **PÚBLICOS-ALVOS**

**PARA QUEM** - Camadas da população/quantos/faixa etária (estimativa de público alvo)

▪ Segmentos da sociedade nacional brasileira.

▪ Povos Indígenas, especialmente a juventude.

▪ **PRINCIPAIS PERIGOS A SEREM EVITADOS**

• Reforçar uma imagem em que se destaca o exótico, o selvagem e o folclórico.

• Que a gestão da campanha exclua as lideranças e organizações indígenas.

**MINISTÉRIO DA CULTURA**

**SECRETARIA DA IDENTIDADE E DA DIVERSIDADE CULTURAL - SID**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS**

**CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE PROJETOS CULTURAIS E MECANISMOS DE INCENTIVO À CULTURA PARA MULTIPLICADORES INDÍGENAS**

O Grupo concentrou a Programação de Trabalho em Quatro Eixos Fundamentais:

▪ Fortalecimento das manifestações culturais indígenas;

▪ Valorização das culturas indígenas - luta contra o preconceito e promoção de campanhas de divulgação;

▪ Acesso aos bens culturais do país, rompendo com a marginalidade dos povos indígenas;

▪ Elaboração de uma política cultural indígena em parceria com os povos indígenas.

Foi decidido pelo GT que para melhor cumprir o objetivo de fortalecimento das manifestações culturais indígenas seria necessário fortalecer as organizações indígenas voltadas para o fortalecimento cultural, através do domínio das técnicas de formulação e implementação de projetos culturais que pudessem se beneficiar dos mecanismos de apoio e incentivo à cultura.

## 1. OBJETIVO GERAL

- Capacitar lideranças e quadros indígenas para a elaboração e formatação participativa de projetos culturais.
- Propiciar informações técnicas referentes aos formulários de acesso às linhas de fomento do MINC, facilitando o acesso das comunidades indígenas a estas linhas. Exercitar o acesso à internet e a navegação no portal do MINC.
- Estimular o registro e outras formas de fortalecimento das expressões da cultura material e imaterial das etnias indígenas brasileiras.
- Trocar experiências referentes a projetos de fortalecimento e fomento das expressões da cultura material e imaterial das etnias indígenas brasileiras.

## 2. PÚBLICO-ALVO

Trinta lideranças e/ou quadros indígenas vinculados a entidades indígenas representando as cinco regiões brasileiras a saber: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Nossa proposta de distribuição destas lideranças é a seguinte:

Norte: 3 de AM, 2 do PA, 1 de RO, RR, AP e AC = **9 participantes**

Nordeste: 1 de PE, BA, AL, SE, CE, MA, PB = **7 participantes**

Sudeste: 1 de SP, MG, RJ e ES = **4 participantes**

Sul: 1 do PR, SC e RS = **3 participantes**

Centro-Oeste: 2 do MS, 2 do MT, 1 de GO, 2 de TO = **8 participantes**

Com este critério entendemos estar abrangendo representantes de todos os estados que possuem população indígena, propiciando uma representação maior aos estados que possuem maior população e maior diversidade de etnias.

## 3. METODOLOGIA

Pretendemos utilizar a metodologia de elaboração participativa de projetos. Esta metodologia inclui a apresentação de alguns conceitos básicos que caracterizam etapas necessárias à elaboração de projetos de forma participativa e que propiciam as informações essenciais para a formatação dos projetos. Iremos diferenciar a etapa de elaboração (que inclui a mobilização comunitária e a construção da vontade coletiva de realizar determinados objetivos/projetos) da etapa de formatação (redação e preenchimento de formulários para captação de recursos).

A dinâmica da oficina será centrada na elaboração de projetos pelos participantes. O ideal seria que cada participante elaborasse o seu projeto. Entretanto, consideramos que é mais produtivo criarmos uma dinâmica de trabalho baseada em grupos (5 grupos de seis pessoas) que construirão juntas um projeto, podendo interagir, trocar experiências e se apropriar melhor dos conceitos e das informações que forem repassadas durante a própria oficina.

Pretendemos, no final da oficina, que os grupos consigam elaborar 5 projetos. Estes projetos serão socializados para todos os participantes e servirão de referência para a elaboração e formatação dos projetos em suas comunidades.

A oficina será dividida em dois módulos. O primeiro módulo incluirá um exercício prático de conceitos referentes à formulação participativa de projetos. Neste módulo os participantes irão elaborar e formatar um projeto de natureza cultural relacionado às expressões da cultura material e/ou imaterial de etnias indígenas. Serão constituídos cinco grupos composto por seis pessoas. Cada grupo selecionará um tema e formulará um projeto. Ao final teremos cinco projetos elaborados e formatados. Este módulo terá a duração de 5 períodos (dois dias e ½).

Neste módulo será utilizada a dinâmica de grupos e plenárias. Cada passo deste módulo será trabalhado pelo grupo e o resultado apresentado e discutido em plenária, socializando as experiências e equacionando as dúvidas e dificuldades.

Utilizaremos o recurso de tarjetas para objetivar e sistematizar as informações e formulações de cada grupo. As tarjetas serão elaboradas pelos grupos e organizadas em painéis. Todos os integrantes de cada grupo anotarão os resultados finais de cada passo para efetuar posteriormente o exercício com o formulário do FNC.

No segundo módulo, que terá a duração de três períodos (um dia e ½), todos os participantes terão a oportunidade de exercitar o preenchimento do formulário (no caso do FNC), ocasião em que irão transpor as informações do projeto elaborado para o formulário, ter contato com as dificuldades e com a linguagem e conceitos técnico-burocráticos do MINC.

Neste módulo os participantes vão simular uma situação de preenchimento do formulário do FNC (considerando as eventuais alterações que serão introduzidas referentes ao Edital de Culturas Indígenas). Pretendemos que sejam esclarecidas todas as dúvidas referentes a cada item do formulário assim como todas as demandas relacionadas à documentação necessária ao estabelecimento de convênios ou contratos.

Pretendemos também introduzir alguns conceitos básicos referentes à gestão técnica e administrativa de projetos, a partir de critérios participativos.

Este exercício será feito utilizando-se computadores. No primeiro momento deste módulo será possibilitado aos participantes o contato com o portal do MINC, o acesso aos formulários e esclarecidas as dúvidas relacionadas a isto.

#### **4. MANUAL**

Para dar suporte conceitual à oficina será elaborado um manual denominado “Elaboração Participativa de Projetos”, contendo conceitos e procedimentos básicos para a elaboração de projetos (inclusive de natureza cultural), considerando as especificidades deste público-alvo. Este manual será apresentado através de *Power Point* durante o primeiro módulo da oficina, orientando cada atividade deste módulo. Os participantes também receberão uma cópia deste manual.

#### **5. EQUIPE TÉCNICA**

A equipe será constituída por um moderador que terá o papel de coordenar todas as etapas da oficina e um monitor que dará o suporte técnico ao trabalho do moderador.

#### **6. RESULTADOS ESPERADOS**

Em relação à oficina de capacitação de lideranças indígenas esperamos que, ao final de la, os participantes atinjam os seguintes resultados:

- Aprendizado de conceitos básicos da metodologia participativa de elaboração de projetos.
- Aprendizado dos conceitos básicos comuns aos formulários voltados para o financiamento de projetos culturais (e também projetos de outras naturezas).
- Esclarecimento sobre os requisitos técnicos e burocráticos necessários para a apresentação de projetos e realização de convênio com o MINC.
- Aprendizado dos procedimentos básicos para acesso à Internet e navegação no portal do MINC.

## **7. PRODUTO**

Esperamos que cada participante elabore as linhas básicas de um projeto de acordo com os conceitos e as demandas técnicas do formulário do FNC, acumulando condições qualitativas para participar do edital de culturas indígenas e de outros editais que contemplem as culturas indígenas.

## **8. OFICINA DE PADRONIZAÇÃO DE LINGUAGEM TÉCNICA E**

### **ADMINISTRATIVA EM RELAÇÃO AOS FORMULÁRIOS DE PROJETOS DO MINC**

A experiência com o Edital de Culturas Populares (incluindo as oficinas de capacitação realizadas em algumas capitais do Nordeste e o processo de avaliação técnica e administrativa dos projetos) denotou a necessidade de homogeneização da linguagem entre os setores técnicos e administrativos do MINC responsáveis pela tramitação dos processos relativos aos projetos e também a necessidade de esclarecimento de alguns conceitos contidos nos formulários do FNC e Mecenato. Como um dos responsáveis pela realização das oficinas, constatei que os formulários não são autoexplicativos e que é necessário uma revisão e aprimoramento de seus formatos. Esta constatação foi atestada pelas dificuldades que os participantes das oficinas (e os próprios responsáveis por elas) de entender claramente o que é solicitado em alguns tópicos dos formulários. Isto se confirmou durante a tramitação de alguns projetos que acompanhei, onde ficou evidente que não há um consenso entre técnicos e quadros administrativos do MINC em relação ao que é solicitado em determinados campos dos formulários.

Neste sentido estamos propondo a realização de uma oficina de padronização de linguagem técnica e administrativa referente aos formulários de projetos MINC, com alguns membros de áreas técnicas, administrativas e jurídicas. Esta oficina terá como objetivo o esclarecimento e a homogeneização dos procedimentos referentes aos formulários e resultará num glossário de conceitos e exemplos práticos que terão como objetivo facilitar o processo de seu preenchimento.

Caso isto ocorra antes da oficina com as lideranças indígenas, teremos maior segurança para realizar o segundo módulo desta oficina, centrado na análise prática do formulário do FNC.



## **CONVIDADOS NAS REUNIÕES DO GT INDÍGENA**

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>NOME</b>
Secretaria Executiva	Letícia Schwarz
02. Secretaria de Programas e Projetos	Célio Turino
Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura	Telma Santos
04. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN	Ana Gita de Oliveira
Secretaria da Identidade e da diversidade Cultural	Marcelo Reges
Programa Fome de Livro – Ministério da Cultura	Galeno Amorim
07. Secretaria da Articulação Institucional - Ministério da Cultura	Roberto Lima
CAPEMA - Ministério da Educação	Márcia Spyer
09. Departamento Cultural do MRE – DAMC	Marcelo Dantas
10. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico – MTUR	Carolina Campos
11. Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Cultura	José Eduardo Mendonça
12. Secretaria de Comunicação de Governo e Ação Estratégica	Karla Lopes Mendes

## **CONVIDADOS PERMANENTES**

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>NOME</b>
01. Secretaria da Identidade da Diversidade Cultural	Sérgio Mamberti
	Ricardo Anair Barbosa de Lima
	Álvaro Pontes Magalhães Júnior
	Ana Maria Angela Bravo Villalba
02. APOINME – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo	Josafá Padilha Freire
03. Museu Rondon – UFMT	Aloir Pacini
04. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN	Ana Gita de Oliveira/ Ana Julieta Teodoro Cleaver
05. ATIX Associação Terras Indígenas do Xingu	Makupá Kaiabi
06. Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD	Ivaír Augusto Alves dos Santos/ Sidnei Costa
07. ORCCIP – Organização Resgate Crítica da Cultura Indígena do Paraná	Romancil Gentil Kretã
08. Secretaria de Políticas Culturais	Marcos Alves de Souza
09. COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira	Fidélis Baniwa
IDETI – Instituto das Tradições Indígenas	Jurandir Siridiwê Xavante
11. Associação Brasileira de Antropologia – ABA	Maria Fátima Roberto Machado
Museu Nacional – UFRJ	João Pacheco de Oliveira
13. CEPISP Conselho Estadual dos Povos Indígenas de São Paulo	Adolfo Timóteo Verá Mirim
14. Museu Magüta	Nino Fernandes
15. OIT – Organização Indígena do Tocantins	Ivan Luiz Guarany Silva
16. Secretaria de Articulação Institucional	Sérgio Pinto

## ANEXO IV

### Carta Encontro dos Povos Guarani da América do Sul



ATY GUASU ÑANDE REKO RESAKÃ YVY RUPA

#### **Tekoha Añetete - Diamante do Oeste, Paraná, Brasil. 03 a 05 de fevereiro 2010.**

Nós, Nhanderu'i kuery, Oresy'i kuery, Karaí kue'iry, Xeramoí kue'iry, Mburuvicha kuery dos Povos Guarani do Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia, reunidos no tekoha Añetete, município de Diamante D'Oeste, estado do Paraná, entre os dias 03 e 05 de fevereiro de 2010, vimos apresentar aos Senhores Ministros da Cultura do Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia as principais reivindicações discutidas nas plenárias da assembleia.

**Considerando a assinatura pelo Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia com o reconhecimento das recomendações da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT e da Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, vimos apresentar à Comissão de Coordenação Permanente do Povo Guarani do Brasil, Argentina, Paraguai e da Bolívia, instituída através deste Aty Guasu Nãnde Reko Resãkã Yvy Rupa, com o intuito de participar diretamente do processo de efetivação da Secretaria Especial Guarani no âmbito do Mercosul Cultural, que tratará da implementação dos direitos e interesses do povo guarani.**

São as seguintes as reivindicações acordadas na assembleia:

- Criação e manutenção de uma Secretaria Especial de Representação do Povo Guarani vinculado ao Mercosul Cultural com 20 componentes:
  - 06 indígenas do Brasil
  - 04 indígenas da Argentina
  - 06 indígenas do Paraguai
  - 04 indígenas da Bolívia

Os membros dessa Secretaria serão indicados através de suas comunidades e organizações sociais e políticas tradicionais, conforme a sua representação territorial e étnica da América do Sul.

- Criação de um foro permanente de discussão em defesa dos direitos dos Guarani, no âmbito do Mercosul Cultural
- Realização de atividades que promovam o intercâmbio cultural entre as diversas comunidades Guarani da América do Sul.
- Garantir a realização de Seminários e encontros (Aty) do povo Guarani entre Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia, buscando parcerias com as entidades privadas e governamentais, nacionais e internacionais, garantindo o apoio técnico, financeiro e de infraestrutura.

- Garantir e respeitar, a partir de mudanças das leis de fronteira, o livre trânsito cultural, de acordo com as tradições dos povos indígenas nas fronteiras entre Brasil, Argentina Paraguai e Bolívia, compreendendo que para nós, povo Guarani, os territórios étnicos e ancestrais sempre nos pertenceram – abertura das fronteiras.
  - Garantir a demarcação e/ou devolução das terras e territórios tradicionalmente ocupados pelo Povo Guarani, bem como a revisão de limites conformes seus usos, costumes e tradições.
  - Garantir programas de políticas públicas como gestão territorial (reflorestamentos, projetos agrícolas, outros), saúde, educação diferenciada, meios de comunicação e outros.
  - Garantir meio de transporte e alimentação para participação das delegações Guarani do Brasil, da Argentina e do Paraguai na reunião na Bolívia sobre mudanças climáticas em abril de 2010.
  - Garantir a punição contra a discriminação, preconceito e violência praticados contra o povo Guarani.
- 

Assinaturas:

Ministro da Cultura do Brasil  
**Juca Ferreira**

Ministro da Cultura do Paraguai  
**Ticio Escobar**

## ANEXO V

### Lista dos premiados por Região

#### Quadro demonstrativo das iniciativas selecionadas

#### Prêmio culturas indígenas 2006 – edição Ângelo Cretã

INICIATIVAS SELECIONADAS DA REGIÃO CENTRO-OESTE				
Insc	UF	Município	Projeto	Aldeia
265	MS	Amambaí	Projeto de Revitalização Cultural Guarani Kaiwoá	Aldeia de Amambaí
29	MS	Dois Irmãos do Buriti	Arte Terena	Aldeia Água Azul
189	MT	Água Boa	Projeto Uhö - Sonhos de Sibupá	Aldeia Wederã
39	MT	Aripuanã	Culinária Tradicional Arara do Rio Branco	Aldeia Boa Esperança
278	MT	Barra do Bugres	Jóias de sementes feitas com fibras. Artesanato feito por mulheres.	Aldeia Indígena Umutina
162	MT	Canarana	Kaiabi Araa: Revitalização Cultural da Cestaria e da Tecelagem Kaiabi no Parque do Xingu, Mato Grosso e na Terra Indígena Kaiabi, Pará.	Aldeia Tuiararé, mais as aldeias: Kwaruja, Barranco Alto, 3 Irmãos, Samaúma, Muitará, PIV Manito, Yekwawi e Kururuzinho
484	MT	Canarana	Cantos e Danças Tradicionais Kuikuro	Afukuri
432	MT	Canarana	Festa Jowosi da Etnia Kaiabi	Aldeia Ilha Grande e Demais Aldeias Kaiabi do Parque Indígena do Xingu/MT
451	MT	Colider	Fortalecimento e revitalização da língua e cultura Tapajúna	Aldeia Metyktire e Aldeia Kremôro
130	MT	Confresa	Projeto Aranowa'yao - Novos Pensamentos	Aldeia Tapi'itãwa - Tapiraré
140	MT	Gaúcha do Norte	Fortalecimento da Cultura Kamaiurá	Aldeia Kamaiurá de Ipavu
355	MT	Campinas	Revitalização e Documentação da Língua Yawalapiti	Aldeia Yawalapiti
138	MT	Paranatinga	Pinturas Corporais Femininas Bakairi – Kado	Aldeia Indígena Kuyakwre
132	MT	Paranatinga	Projeto Cultural do Povo Bakairi da Aldeia Painkum	Aldeia Indígena Painkum
192	MT	Rondonópolis	Dança de Bóe-Bororo	Aldeia Indígena Bororo Central Tadarimana
513	MT	São José do Xingu	Festas e Músicas do Povo Yudja	Aldeias Yudja do Parque Indígena do Xingu: Tuba, Paksába, Pequizal, Piaráçu e Boa Vista.
214	MT	Sapezal	Festas Tradicionais Nambikwara Wakaditesu	Aldeia Três Jacu
199	MT	Sapezal	Revitalização da Etnoagricultura e Culinária da Cultura Paresi	Aldeia Indígena Salto da Mulher
208	MT	Tangará da Serra	Medicina Tradicional Manoki	Aldeia Cravari
258	MS	Campo Grande	Artesanato Indígena – Aldeia Passarinha	Aldeia Passarinha / P.I Pilad Rebuá

**Continuação**

<b>INICIATIVAS SELECIONADAS DA REGIÃO NORDESTE</b>				
<b>Insc</b>	<b>UF</b>	<b>Município</b>	<b>Projeto</b>	<b>Aldeia</b>
422	AL	Joaquim Gomes	Buscando Valores Culturais Através das Ervas Medicinais	Wassu Cocal
81	AL	Palmeira dos Índios	Grupo Jovem Maninha Xucuru Kariri	Aldeia Indígena Mata da Cafurna
400	AL	São Sebastião	Resgate da Agricultura Tradicional karapotó	Comunidade I. Karapotó Terra Nova
223	PE	Águas Belas	Recontando a História Indígena	Aldeamento Indígena Fulni-ô
170	BA	Feira de Santana	Livro para as escolas da terra indígena e saberes tradicionais do povo pankararé	Aldeia Brejo do Burgo, Aldeia Serrota e Aldeia do Chico
101	BA	Pau Brasil	Cultura Pataxó Hã-hã-hãe	Caramuru Catarina Paraguaçu
187	CE	Caucaia	Festa da Carnaúba	Lagoa dos Tapeba
497	CE	ITAREMA	Tecelagem com desenhos em serigrafia	Aldeia Varjota
35	CE	Maracanaú	Toré Mirim	Aldeia Central - Santo Antônio do Pitaguary
512	MA	Montes Altos	Grupo de dança tradicional Krikati	Aldeia São José
534	PB	Baía da Traição	Semana Cultural Indígena Potiguara	Aldeia São Francisco S/N - Baía da Traição
150	PB	Baía da Traição	Revitalização da Dança do Toré	Aldeia Forte
274	PB	Marcação	Semana dos Jogos Indígenas do Povo Potiguara da Paraíba	Aldeia Ybykûara
413	PE	Floresta	Lugares da Ciência	Povo Pankará
164	PE	Ibimirim	Recuperação e Fortalecimento do Artesanato Tradicional Kambiwá	Aldeia Baixa de Alixandra
124	PE	Pesqueira	Mandaru no Reino de Ororubá	Cimbres, Cajueira, Pe de Serra, Pão de Açúcar
<b>INICIATIVAS SELECIONADAS DA REGIÃO NORTE</b>				
<b>Insc</b>	<b>JF</b>	<b>Município</b>	<b>Projeto</b>	<b>Aldeia</b>
103	AC	Rio Branco	Tradições Musicais Kaxinawá	Todos os povos indígenas do Acre - 14 povos
216	AC	Rio Branco	Parteiras Indígenas do Acre	A Org. representa 355 aldeias indígenas do Acre, 44 aldeias localizadas (Pauini e Boca do Acre) no Sul do Amazonas e 04 aldeias localizadas em Rondônia
33	AC	Rio Branco,	Yawa – Semana de Celebrações da Cultura Yawanawa	Povo Yawanawa
401	AC	Tarauacá	Cantoria e Língua	Novo Futuro, São Vicente, Boa Sorte, Boa Vista, Porto Brasil
246	AM	Benjamin Constant	Banda Wiwirutcha	Comunidade Filadélfia
197	PA	Belém	Festa da Moça	Tembé Tenetehara
93	AM	Manaus	Dança da Tucandeira – Satere Mawê	Comunidade Indígenas Satere Mawe
50	AM	S. G. da Cachoeira	Valorização de uso da medicina tradicional dos Baniwa	Nazaré, Ambaúba, Castelo Branco, Belém e Tayaçú

Continuação

266	AM	São Gabriel da Cachoeira	Projeto Wayuri – Reorganizando e Fortalecendo os Modos Tradicionais de Produção	São Felipe, Ilha de Aparecida, Ilha de Açaí, Tacira Ponta, Bawary, Yawawira, Miguel, Ilha das Flores, Sarapó, São Luiz, São Miguel, Cabarí, São Sebastião e São Joaquim Mirim
309	AM	São Gabriel da Cachoeira	Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro - "Wariró"	São Gabriel da Cachoeira - AM, com 750 Comunidades (Aldeias)
159	AM	São Gabriel da Cachoeira	Políticas linguísticas e gestão dos conhecimentos, dentro e fora da Escola Indígena Utapinozona Tuyuka	Möpoea ou São Pedro
275	AM	São Gabriel da Cachoeira	Heikura	Araibu, União e N. S. Auxiliadora Cachoeira/AM
330	AM	São Gabriel da Cachoeira	Enu Irine Idakie - Tariana	Comunidade Yawisa - Tariana
351	AM	Tabatinga - Portobras	Cultura Indígena Cokama	Sapotal
347	AP	Oiapoque	Resgate Cultural do Povos Indígenas do Oiapoque	Kumarumã, Kumenê, Manga, Kunamã, Galibi, Uahá, Ariramba, Japiim, Paxiubal, Tawary, Santa Izabel, Tipidô, Taminã, Espírito Santo, Jödef, Yawaká, Estrela, Kariá, Açaizal, Encruzo, Tukay, Samaúma, Curipí, Piquiá, Kamuywá, Puwaytyeket, Kwikwit, Amomi, Urubu
336	PA	Belém	Casa da Cultura Tembê	Aldeia Itaputyr
65	PA	Marabá	Nhemonguetá - Troca de Saberes	Tekoá Nova Jacundá - Pará
76	RO	Porto Velho	Criação da Casa de Língua Materna	Kyuoã
224	RO	Porto Velho	Programa Paiterey de Etno Desenvolvimento Projeto de Apoio e Valorização da Cultura Paiter - Os Suruí de Rondônia.	Aldeia Lapetanha
225	RO	Porto Velho	Coleta da Copaíba na aldeia Uru-eu-wau-wau	Uru-eu-wau-wau
51	RR	Boa Vista	Música dos Povos	Maturuca
292	RR	Boa Vista	Resgatar, Valorizar e Registrar as Tradições Culturais Macuxi	Lagoa
215	RR	Pacaraima	Grupo Nômunkí (Filhos da Terra)	Comunidade Santa Rosa
479	TO	Itacajá	Escola Agro Ambiental Catxêkwyj	Aldeias Água Branca, São Vidal, Lagoinha, Serra Grande, Serrinha, Galheiro Velho, Forno Velho, Morro do Boi, Pedra Branca, Pedra Furada, Macaúba, Santa Cruz, Água Fria, Campo Limpo Cachoeira, Rio Vermelho, Aldeia Nova e Bacuri.
<b>INICIATIVAS SELECIONADAS DA REGIAO SUDESTE</b>				
<b>Insc</b>	<b>UF</b>	<b>Município</b>	<b>Projeto</b>	<b>Aldeia</b>
491	ES	Aracruz	Centro de Cultura Guarani Mbýá	Aldeia Três Palmeiras - Boapy Pindó
247	MG	Itapecerica	Escola Indígena Pataxó	Muã Mimatxi
282	MG	Martinho Campos	História, Costumes e Tradições da Etnia Caxixó	Capão do Zezinho
63	MG	São João das Missões	Preservação dos Modelos Culturais Xacriabá	Barra do Sumaré I e II
114	MG	São João das Missões	Medicina Tradicional Xacriabá	Aldeia Barreiro Preto

**Continuação**

501	RJ	Angra dos Reis	Narrativas Guarani e Animação	Aldeia Sapukai em Angra dos Reis
323	RJ	P12-araty	Ymaguaré e Mongaraí	Araponga
492	RJ	Paraty	Livro Nhandereko - Religião Guarani	Aldeia Itoxi
472	SP	Cananéia	Plantio de mudas de palmito na aldeia Rio Branco II	Aldeia Rio Branco II
220	SP	Mongaguá	Fortalecimento da Culinária Tradicional	Aldeia Itaóca
463	SP	Sete Barras.	Casa de Parto Guarani – Aldeia Peguao ty	Aldeia Peguao ty - Município de Sete Barras -SP.
456	SP	Ubatuba	Xondáro Nhembo'ea - Aula da Dança Xondáro	Aldeia Boa Vista
<b>INICIATIVAS SELECIONADAS DA REGIÃO SUL</b>				
<b>Insc</b>	<b>UF</b>	<b>Município</b>	<b>Projeto</b>	<b>Aldeia</b>
509	PR	Chopinzinho	Grupo Nheèporã - Espírito Bom	Aldeia Guarani - Palmeirinha do Iguaçu
393	PR	Londrina	Paris (armadilha de pesca)	O Conselho Indígena Estadual do Paraná representa 7 terras Indígenas que são Laranjinha, Pinhalzinho, Posto Velho, São Gerônimo, Apucarantina, Mococa e Barão de Antonina
310	PR	Santa Amélia	Resgate Cultural Guarani Nhandewa	Aldeia Indígena Laranjinha
459	RS	Nonoai	Artesanatos, Ervas Medicinais e Alimentos	Aldeia Sede
324	RS	Porto Alegre	Vitalização do papel do Kuiã.	Morro do Osso
94	RS	Riozinho	Mburaei Nhemoeeruba Porã	Itapoty
240	RS	Tentente Portela	Resgate de Sementes Antigas e Tradicionais do Povo kaingang	Setor Três Soitas
36	SC	puaçu	Resgate da Medicina Tradicional	Aldeia Fazenda São José
129	SC	José Boiteux	Revitalização do Artesanato Xokleng, Guarani e Kaingang	Comunidade da Aldeia Bugiu
295	SC	Palhoça	Tradição na Oralidade dos Guarani – Morro dos Cavalos	Comunidade Indígena Guarani do Morro dos Cavalos

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE****Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Américo José Córdula Teixeira****Data da defesa: 22/08/2022****Nome do Prof. (a) orientador (a): Prof. Dr. Sérgio Bairon Blanco Sant'anna**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 18/10/2022



---

*(Assinatura do (a) orientador (a))*